



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Nilo Sergio Gomes

Em busca da notícia

Memórias do *Jornal do Brasil*

1901

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, para obtenção do Grau de Mestre, em junho de 2006.

Orientadora

Prof^a Dr^a Lúcia M. A. Ferreira.

Rio de Janeiro

2006

RESUMO

Ler as páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 é ter notícias de como o Brasil entra no século XX; é reconstituir, através dessas notícias, memórias sobre um período em que grandes transformações vão acontecer no Rio de Janeiro, da arquitetura urbana à saúde pública. Na imprensa, essas mudanças são percebíveis no próprio *Jornal do Brasil*, que inicia uma gestão empresarial e capitalista, modernizando suas máquinas, sua sede e seu discurso. O jornal deixa de ser uma atividade quase artesanal e seus discursos passam a buscar públicos mais amplos, transitando das formas mais literárias para o que mais tarde viria a ser identificado como “linguagem jornalística”. São objetivos dessa dissertação abordar, analisar e problematizar essa linguagem e seus discursos – quem diz o quê, como e para quem diz, com base nos estudos de análise do discurso propostos por Orlandi –, e reafirmar o jornal como lugar de memória, na compreensão desenvolvida por Huyssen, reconstruindo memórias e vestígios daquela época através das páginas do *Jornal do Brasil* de 1901.

Palavras chave: memória, jornal e linguagem jornalística.

ABSTRACT

To read the pages of *Jornal do Brasil* of 1901 is to have news about how Brasil enters the XX century; is reconstituted through this news memories about a period in which great transformations are going to happen in Rio de Janeiro, from urban architecture to public health. In the press, these changes are observed in the *Jornal do Brasil* itself, which begins a capitalist enterprise administration, modernizing its machines, its headquarters and its discourses. The newspaper is no longer an almost amateur activity and its discourses begin to look for a wider public, leading towards a more literary form to that which later will be recognized as “journalistic language”. The objective of this dissertation is to approach, analyze and question this language and its discourses – who says what, how and to whom – based on the principles of the analysis of the discourse formulated through studies by Orlandi – and to reaffirm the newspaper as a place of memory, in the comprehension proposed by Huyssen, reconstructing memories and vestiges of this era through the pages of *Jornal do Brasil* of 1901.

Key words: memory, newspaper, journalistic language.

Nilo Sérgio Gomes

Em busca da notícia

Memórias do *Jornal do Brasil*

1901

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, para obtenção do Grau de Mestre, em junho de 2006.

Aprovada em junho de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Paula Goulart Ribeiro
Escola de Comunicação - UFRJ

Prof^o Dr^o Nilson Moraes
UNIRIO

Prof^a. Dr^a Lúcia M. A. Ferreira
PPGMS - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Devo a conclusão deste meu Mestrado à persistência nos estudos que minha mãe me ensinou, com sermões, ela mesma sem ter podido estudar muito, a não ser a vida. Nesta trajetória aprendi muito e agradeço a compreensão de mestres, professores, amigas, amigos, mulheres que me amaram e que me amam, filho e filhas, tias, tios, primos e primas, colegas do mestrado, das redações de jornalismo em que trabalho, parceiros, chefes, dirigentes partidários, que me incentivaram a não desistir de um projeto que acalento desde a mais tenra adolescência: estudar, pesquisar e escrever. Se possível, ensinar.

Agradeço, especialmente, a Nilson Lage e Lúcia Ferreira, sem os quais teria sido bem mais difícil chegar aqui. Gostaria de algum modo retribuir a tudo que vi, ouvi e aprendi, na Unirio. Aqui, nesta universidade, encontrei pessoas – professores, estudantes e funcionárias/os – tão interessantemente vivas, sábias e loquazes, que devo de algum modo retornar à sociedade tudo que aprendi na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, instituição universitária do poder público, público ao qual eu agradeço.

À minha mãe, filhas e filho, companheiras e ex-companheiras. À memória de meu pai.

E ao povo, com quem aprendi e aprendo a cada dia.

SUMÁRIO		
	Apresentação	8
	Introdução	13
I	Jornal, lugar de memória e poder	
	1. Lugar de memória	21
	2. Lugar de poder	32
	3. A edição da memória	38
II	As falas e vozes do jornal	
	1. Quem diz o quê para quem	46
	2. O martelar da mídia	56
III	Memórias de jornal	
	1. Enfim, os jornais viram empresas – o caso do <i>Jornal do Brasil</i>	65
	2. Páginas de história	84
	3. Páginas de um velho jornal	94
	4. O Rio de Janeiro de 1901	99
	5. Como era o <i>Jornal do Brasil</i> de 1901	104
	5.1 O que (e quem) dizia o <i>Jornal do Brasil</i> de 1901	113
	5.2 Primórdios da reportagem policial	129
	5.3 Datas e heróis nacionais	137
	5.4 Os anúncios classificados e o jogo do bicho	142
	5.5 Silêncios que produzem sentidos	146
IV	Considerações finais	155
V	Referências bibliográficas	161
VI	Anexos	
	1. Entrevistas de Candido Mendes	168
	2. Imagens de primeiras páginas	185

Apresentação

O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo.
(Nora, 1993, p.17)

Voltei para a Universidade com um firme propósito: retomar os estudos acadêmicos, portanto, sistemáticos e sob disciplina minimamente férrea, tendo por campo de pesquisa a imprensa brasileira, em especial, a carioca. Despertavam a minha curiosidade a história dessa imprensa e o seu próprio discurso: quem fala o quê, para quem e de que modo. “O ponto de partida não será muito difícil”, pensei. Ir à Biblioteca Nacional e ler tudo, comparar, fazer as devidas anotações no inestimável caderninho que todo bom jornalista carrega sempre consigo, e, partir para o estudo, abraçar memórias e histórias. Tudo parecia possível e viável de se realizar, e iniciei minhas idas à BN, com este objetivo em mente, mas sem ter muito claro como alcançá-lo.

Selecionei as primeiras edições: abril, maio, junho de 1891. Anotei particularidades, o texto inaugural justificando o jornal, a diagramação dele e, depois de algumas semanas, não tive mais tempo e nem me senti competente e preparado para continuar a pesquisa. Afinal, o que estava fazendo? O que iria fazer com todas aquelas anotações. O que responder à pergunta que ouvi: “quais são suas referências teóricas e bibliográficas?” Eu não tinha um projeto. Era isso! Percebi o quanto era vaga e difusa minha proposta.

Tentei elaborar um anteprojeto para a Universidade Federal Fluminense, com a ajuda de um ex-companheiro de redação, Alceste Pinheiro, que se preparava para o doutorado. Ao ler minha proposta, em três páginas, o bom e velho Alceste me perguntou: “não dá para escrever um pouco mais, ser menos conciso?”

Apreendi minha segunda lição: não sabia escrever um projeto! E o mais doloroso: não tinha qualquer metodologia e nem uma base teórica à qual me referir, ou me filiar, e a partir dela desenvolver meus estudos, tirando conclusões das minhas investigações. Estava ao acaso tentando um diálogo com o chamado “mundo científico”, como se ao rigor da Academia bastasse minha “competência” para escrever. Sequer tinha um fichamento

razoavelmente organizado. Onde estava armazenado tudo que eu lera, até então? Na memória vaga e imprecisa das lembranças...

Compreendi que a lição preliminar para o meu anteprojeto era saber escrevê-lo, expor minimamente as idéias, os objetivos e os pressupostos que motivam e justificam aquela proposta de pesquisa, de forma a ser entendida pela mais simples leitura. O mais importante e que teria de estar destacado no anteprojeto é o objetivo da pesquisa, o que ela se propõe problematizar? Isso, de forma objetiva e sustentável, teoricamente.

E foi o que busquei fazer, com algumas reprovações no caminho. Em fins de 2002, por exemplo, considerei que pudesse entrar para a Unirio. Um colega havia me perguntado: “E a Unirio?” E lá fui tentar a sorte, levando meu pequenino projeto de algumas páginas. Nem fui classificado. Escrevi a um amigo e ex-professor na Escola de Comunicação da UFRJ, nos anos 70. Generoso, Nilson Lage me respondeu, em resumo: não é assim que se escreve um projeto. E propôs um projeto acadêmico, em anexo da mensagem, a partir das minhas idéias.

Parti para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que ocupa o prédio da antiga Politécnica, ex-Escola de Engenharia da Universidade do Brasil, no Largo de São Francisco. Lá, a professora Jessie Jane, recém doutorada no mesmo IFCS, não economizou palavras ao ler meu anteprojeto de pesquisa: “Acho que você deve buscar ser mais sintético, diminuir o tamanho das frases. Lembre-se que a banca examinadora terá muitos trabalhos para analisar e se o seu texto for seco e objetivo ajudará muitíssimo. Procure tirar tudo aquilo que não for relevante”.

As recomendações não eram para menos. O título do anteprojeto já traduzia a ambição nele contida: “Da era das certezas às incertezas do novo milênio – uma releitura do *Jornal do Brasil* nos anos de 1901 e 2001”. Melhorei o foco da pesquisa, enxuguei o texto, e o anteprojeto foi classificado, mas fiquei no exame de currículo, sem chegar à entrevista. Minha última graduação era de 1978, um segundo bacharelado na Escola de Comunicação da UFRJ.

Com duas reprovações e uma razoável base de leitura, não desisti e voltei à Unirio, agora mais concentrado no foco da memória da imprensa na virada para o século XX, quando o país consolida o regime republicano e as empresas jornalísticas ganham mais organicamente o seu caráter capitalista, com estrutura e objetivos que não apenas a difusão e propaganda de idéias e ideais. Com o anteprojeto “A imprensa no Rio de Janeiro na virada para o século XX” fui aprovado, enfim, após um percurso em que, mais que reprovações, conheci meus limites e dialoguei com o meu objeto de pesquisa. Comecei, na verdade, a tateá-lo, conhecê-lo melhor e, sobretudo, ouvi-lo. Como se diz, “o *corpus* fala!”

Os dois primeiros semestres de aula deram-me novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que fortaleceram minha base de sustentação teórica e a confiança em meu objeto de pesquisa: a imprensa carioca na virada para o século XX, mais exatamente, o *Jornal do Brasil* de 1901. Comecei não somente a priorizar os fichamentos, como também a estabelecer uma base principal de referência teórica, bibliográfica, com a qual trabalhar, discutindo e desenvolvendo meus conceitos, suposições e investigações. Foquei melhor minhas perguntas: que imprensa era essa, a que entra o século XX, no Rio de Janeiro, capital do Brasil; e o que essa imprensa dizia, para quem, com que discurso, discurso de quem?

Além das inovações e novidades das quais o *Jornal do Brasil* era portador, na virada do século XX, a escolha dele como meu objeto de pesquisa acrescentou um item na relação que com ele mantenho em minha vida. Nele, tive a oportunidade de trabalhar algumas vezes, e em momentos carregados de conteúdos simbólicos, como a famosa edição de 12 de setembro de 1973, que noticiou o assassinato e a deposição do Presidente Salvador Allende, do Chile, ou a do também 12 de setembro, mas de 2001, que noticiou a queda das torres gêmeas de Nova Iorque.

Tão emblemáticos quanto esses fatos é o dado pessoal: como repórter do *JB* e, depois, como editor de economia do *JB Online*, estive presente tanto na mudança da sede para a Avenida Brasil, no início dos anos 70, como no retorno, desta vez, em uma situação

completamente diferente, para o mesmo Centro da cidade, no mesmo número, aliás, do antigo prédio na Avenida Rio Branco, mas não mais naquele que fora um dia o primeiro arranha-céu da cidade.

Introdução

Conhecido entre os concorrentes como *O popularíssimo*, alcunha com a qual buscavam desclassificá-lo, o *Jornal do Brasil* da virada para o XX era um jornal dirigido por capitalistas, empresários que buscavam trazer para suas atividades as “últimas” novidades e que, independentemente, de serem republicanos ou monarquistas eram capitalistas. Desde 1894, após um ano e 45 dias de censura do Governo Floriano, o jornal estava em mãos dos irmãos Fernando Mendes de Almeida e Candido Mendes de Almeida, sócios da empresa que editava o jornal – a Mendes & Cia.

Eram homens do que se poderia chamar de uma corrente pró-modernidade do país, responsáveis por alguns feitos como a criação da primeira Escola de Comércio, no prédio da Praça XV, no Rio. Eles estão entre os fundadores da primeira instituição de ensino superior de ciência jurídica, no Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito da UFRJ, no Campo de Santana, além de renovadores do próprio *Jornal do Brasil*. Tanto na linguagem, com notas curtas, as notícias como as conhecemos hoje, quanto nos objetivos comerciais de alcançar públicos mais amplos de leitores, com a publicação de anúncios de serviços populares, o *Jornal do Brasil* que vira o século é renovador. Não por acaso a nova sede do jornal será o primeiro arranha-céu da capital do país, símbolo da modernização do Rio – a Avenida Central. O novo prédio do jornal, com sua imponência e abrigando o novo maquinário de impressão, é ao mesmo tempo símbolo e coroamento dos esforços empreendidos para, também, nas empresas jornalísticas, praticar e desenvolver novas formas de gestão, não mais as artesanais ou voltadas apenas para a garantia da difusão de idéias, mas aquelas capazes de impulsionar e reproduzir condições, meios e objetivos capitalistas, inovadores para os padrões da época.

O *Jornal do Brasil* que vira o século é, portanto, uma imprensa que busca ampliar sua circulação, define um público alvo – a então emergente classe média e uma faixa ampla de um público popular, que começa a ocupar os subúrbios da cidade – e desenvolve uma linguagem que, sem perder contato com o linguajar das elites de sua época, seja também familiar e até instrutor daquele público mais amplo. E faz tais investidas com um projeto em mente. Matérias, títulos, reportagens, chamadas, ilustrações e entrevistas são ainda linguagens em construção. Não há ainda o discurso jornalístico tal qual conhecemos

hoje, mas já há uma linguagem em busca da notícia. Um discurso em busca das suas identidades próprias, de suas principalidades.

O que sai publicado no jornal de 1901 já é, em certa medida, a notícia como a conhecemos e a concebemos hoje: as principais ocorrências, fatos, crimes, reclamos, denúncias, problemas da população, anúncios, editais etc. E, no caso do *Jornal do Brasil*, com os anúncios que mais tarde seriam chamados de “classificados”, eram publicadas as ofertas dos mais variados serviços, daí o chamarem de “o popularíssimo” ou ainda, mais tarde, por volta dos anos 30, de “o jornal das cozinheiras”. Exatamente pela publicação de anúncios como, por exemplo:

Precisa-se de uma empregada de cor, prefere-se crioula de cerca de 14 anos, na rua Souza Franco, em Vila Isabel.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 2 de fevereiro de 1901)

Aluga-se uma boa ama de leite, francesa, na rua Gonçalves Dias, n. 81, 3º andar, quarto n. 10.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 20 de fevereiro de 1901)

Cada anúncio desses ocupava duas a três linhas de coluna, em corpo menor do que os demais textos das páginas, com essas ofertas de serviços caseiros, como também de tipógrafos, alfaiates, desenhistas, um mercado que se expandia com a nascente classe média, ela própria ao mesmo tempo demandadora e ofertante de alguns desses serviços. Em entrevista concedida especialmente para esta pesquisa, o neto e sobrinho neto dos donos do *Jornal do Brasil*, na virada para o século XX, o professor Candido Mendes ainda tem na memória as lembranças contadas pela avó, defendendo a publicação dos anúncios, que, a partir de 1906, inclusive, saíam na primeira página do jornal.

(...) inclusive, a minha própria avó, Maria da Glória Teixeira de Almeida, neta do Marquês do Paraná, ainda a ouvi dizendo que ela insistiu muito com o meu avô para que isso (publicar os anúncios) se fizesse porque era preciso criar, com a modernização, um efetivo mercado de trabalho à condição, já, de uma nova classe

média, isso é que é muito interessante. Por que aquele anúncio surge e se desenvolve com tanta força naquele momento? Porque era preciso circular informação do trabalho doméstico, do trabalho de empregadas, do trabalho de modas, de ofertas de serviços que estavam tipicamente dentro daquele assunto, daquela elite comerciante e de terciário que estava se criando no Rio de Janeiro, naquele momento. (Ver Anexo I, Entrevistas)

Desenvolver e debater o tema do jornal como lugar de memória, retirando do esquecimento o *Jornal do Brasil* publicado em 1901, problematizando as memórias e os discursos nele impressos nas notícias publicadas são os objetivos desta dissertação. Aqui trataremos a notícia, a matéria jornalística, tanto quanto lugar de poder, quanto possível lugar de memória. Poder “sair no jornal”, ter uma iniciativa, um fato social divulgado na imprensa é uma proeza, nos dias atuais, muitas das vezes uma estratégia de marketing e assessoria de imprensa bem sucedida, porque o espaço no jornal muito se valorizou. No *Jornal do Brasil* de 1901, diferentemente, publicar notícias e anúncios populares era um meio de aumentar as vendas do jornal, tornando-o também popular.

Ler o *Jornal do Brasil* de 1901, reconstituir parte da memória daquela época, o que diziam as notícias do jornal e como diziam são objetivos, portanto, desta dissertação – quem dizia o quê, para quem e como? Para alcançar esses objetivos pesquisei o acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, principal fonte de consulta sobre a imprensa brasileira. Consultei todas as edições da tarde do primeiro e do último trimestre de 1901, mais datas e períodos de importância nacional, como 7 de setembro, 21 de abril, 15 de novembro, os feitos de Santos Dumont etc.

Cerca de 200 edições foram lidas, algumas relidas mais detalhadamente que as outras, em razão do maior número de notícias. A escolha do primeiro e do último trimestre é em busca de colher informações sobre como o jornal iniciou o ano, do ponto de vista de sua edição, pauta de assuntos, diagramação e linguagem gráfica e de textos, e como era no final do ano. A escolha das datas e períodos de relativa importância nacional teve por objetivo saber como o jornal tratava tais eventos.

Em 1901, o *Jornal do Brasil* era publicado em duas edições diárias. Escolhi a da tarde, por conter fatos do dia e uma atualização sobre os principais eventos locais e da vida nacional. São, infelizmente, precárias as condições de pesquisa de boa parte dos jornais do início do século. Isto porque, apesar de a maioria já estar microfilmada, há muitas páginas e até mesmo edições que estão ilegíveis, com diversos espaços das manchas do jornal apagados, quando não sob rasuras ou mesmo faltantes. As ilustrações (poucas) deste trabalho foram limpas de toda a sujeira que suas reproduções contêm, através de programas de computador, e para serem publicadas tive que obter a autorização da atual administração do *Jornal do Brasil*.

A escolha do *Jornal do Brasil* tem suas justificativas. Era ele, então, o jornal que divulgava notícias populares, reclamações de moradores sobre as condições de vida da população do Rio de Janeiro, em especial, nos bairros mais distantes e nos nascentes subúrbios da cidade; e era ele também que publicava anúncios sobre serviços domésticos e profissionais, entre um punhado de informações que não era disponível em outros jornais, na mesma abundância e diversidade. Uma outra motivação é o fato de ser um jornal que, fundado em abril de 1891, é publicado até hoje. Neste sentido, divide com o *Jornal do Commercio* a primazia de ser uma instituição que atravessou séculos. Desafiado em sua própria história, o *Jornal do Brasil* de hoje é, ele também, emblema maior da memória contemporânea. Uma vasta e enraizada memória. É de parte desta memória que tratamos nesta dissertação.

Na sua primeira parte, ela aborda a discussão teórica sobre o jornal enquanto lugar de memória, a partir das concepções desenvolvidas por Nora (1993) sobre os lugares de memória, tendo por base o conceito de memória social de Halbwachs (1990), que retira do individual para o coletivo, para o grupo social, a tarefa e a responsabilidade sobre a produção, a preservação e a reprodução da memória de uma época, de grupos sociais, familiares, etnias sócio-culturais, religiões etc. É enquanto social e coletiva que a memória é reavivada e é também esquecida.

A mídia, ao transmitir suas notícias, análises e comentários produz e reproduz sentidos, realidades, deixando gravados registros e vestígios de sua época, a semantização dos fatos e acontecimentos de uma cidade, de um país, grupos sociais etc., que são extrações do presente que poderão ou não ser buscados no futuro, em um acordar da memória, um despertar da “insignificância” (Davallon, 1999). A mídia é, pois, lugar de muita memória, como problematiza Huyssen (2000). Mas se é lugar de memória a mídia é também lugar de poder, pois a memória é disputada; a seleção e a edição dos registros (notícias, imagens, artigos) que ficarão para os olhos e as buscas do futuro não se dão sem conflitos, sem exclusões, que, por sua vez, reproduzem as relações de força da sociedade da época.

Na segunda parte, tratamos de problematizar os discursos jornalísticos, as linguagens jornalísticas, ao mesmo tempo dialógicas como toda linguagem, na compreensão bakhtiniana, mas que são editadas, reguladas por uma série de padronizações e limites, em um processo que transcorre também sob conflitos, disputas, resistências, silêncios. As análises dos discursos jornalísticos aqui empreendidas compreendem os discursos como materialidades lingüísticas, onde “a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma” (Orlandi, 2003, pp. 19-20).

A língua, como a linguagem, está na história, no meio social em que produz sentidos e se transforma. Na linguagem jornalística esta ancoragem na história e no coletivo, no social, é ainda mais acentuada. Nela a palavra é ainda “mais tensa” (Kramer, 2001), mais grávida de sentidos, de vozes, “capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (Bakhtin apud Souza, 2001), mesmo sendo ela uma linguagem “transfronteira” (Lage, 2004), com peculiaridades que independem e transcendem os idiomas. Afinal, todo discurso tem um sujeito e todo sujeito uma ideologia. Ou, no dizer de Pêcheux (apud Orlandi, 2003, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.”

Na terceira parte mergulhamos no objeto de nossa pesquisa: as páginas do *Jornal do Brasil* de 1901, e as memórias ali esquecidas, saindo do arquivo e contando do seu tempo. O aparecimento da imprensa é tardio, no Brasil, o que vai repercutir no próprio desenvolvimento dessa imprensa. O *Jornal do Brasil* que entra o século XX é, sob certos aspectos, símbolo, no jornalismo, da modernidade de uma “era das certezas” (Costa e Schwarcz, 2000), em um Rio de Janeiro que vive a sua própria *belle époque*. O capitalismo passa a se desenvolver e expandir com mais solidez, o regime republicano completa sua primeira década e o *Jornal do Brasil* é, entre os jornais, muito provavelmente um dos primeiros a assumir caráter capitalista de forma profissionalizada, deixando para trás a imprensa artesanal, aquela mais voltada para a divulgação e propaganda de idéias e ideais, sem a organização e o discurso que vão caracterizar os jornais e a imprensa, em geral, a partir já das primeiras décadas do século XX.

Na última parte da dissertação apresentamos nossas considerações finais, com sugestões e conclusões proporcionadas pela pesquisa. Muito provavelmente o *Jornal do Brasil* é, na virada do século, na imprensa, o jornal mais identificado com a modernização em curso no país, em especial, na sua capital, o Rio de Janeiro. A leitura de suas páginas nos informa sobre uma cidade prestes a ser revolvida pela reforma urbana de Pereira Passos, onde proliferam epidemias, reclamações do povo contra a falta de água, transportes, os excessos policiais e o distanciamento dos políticos em relação aos problemas vividos pela população. Ou seja, é possível reconstituir vestígios e memórias daquela época, através da leitura das edições da tarde do *Jornal do Brasil*, por ser o jornal lugar de memória e, cada vez mais, de muita memória.

Enfim, buscamos aqui reunir pistas e evidências de que não só a forma de gestão e administração da empresa *Jornal do Brasil* transita do arcaico para o moderno, como também o discurso transita do literário para uma linguagem outra, mais direta, informativa, com uma outra “economia de palavras”. A própria forma e apresentação gráfica do jornal não são as mesmas no último dia de 1901, comparadas às da edição de primeiro de janeiro daquele ano. O jornal mudava a sua feição, a sua gestão e o seu discurso.

I

Jornal

Lugar de memória e poder

1. Lugar de memória

“Você que é o pai da escrita, atribuiu-lhe – por carinho natural – um poder que é o oposto da sua verdadeira função. Pois essa invenção produzirá o esquecimento na mente daqueles que vierem a usá-la; pois não exercitarão sua memória. A sua confiança na escrita, produzida por caracteres externos que não são parte de si mesmos, reprimirá neles o uso da própria memória. O que você inventou não é um elixir da memória, mas do recordar”. (Platão)¹

(...) Mas desde que a abençoada imprensa foi criada, multiplicou-se o número de livros e o número daqueles que os podem ler, porque na sua maioria são publicados na nossa língua materna. E assim os gatinhos abriram os olhos. (Fioravanti, 1572)²

A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence”. (Lage, 2001)

O jornalismo é cada vez mais fonte de memória. Memória escrita, sonora e visual. Do diálogo platônico, evocando as palavras do Deus Thamus ante a invenção da escrita por Toth, até a época do escritor renascentista veneziano, das citações acima, foram 18 séculos de desenvolvimento da escrita, do papel e das máquinas de impressão que permitiram a produção e distribuição de livros pelo mundo, e depois a distribuição de jornais. Em quatro séculos, desde o seu aparecimento no início do XVII, na Alemanha, até este jovem XXI, os jornais passaram por transformações descomunais, desde os processos gráficos de impressão, as tecnologias, a sua apresentação e forma gráfica ao seu discurso, o texto jornalístico ou a “linguagem jornalística”; e também à sua constituição mesma

¹ Citado in DUARTE, Luiz Fernando Dias. *A construção social da memória moderna*. In: Boletim do Museu Nacional, nº 48. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

² FIORAVANTI, Leonardo (in *Dello Specchio di scientia universale*, Veneza, 1572), citado in: GINSBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Editora Difel, 1989.

enquanto empresas capitalistas, não mais artesanais, e com fortes e determinantes vínculos econômicos e com o poder.

No jornalismo a memória está presente sob diferentes abordagens, como memória coletiva, na concepção formulada por Halbwachs (1990). O jornalista que escreve a notícia, o editor, o publicitário, isto é, os que fazem jornalismo são eles próprios portadores, carregam esta memória social, uma memória da época em que se escreve ou se monta uma peça publicitária. Afinal, como escreveu Halbwachs, “nunca estamos sós”, “temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (p. 26).

É a memória que nos vem por herança social, coletiva. Tudo “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”, na síntese de Halbwachs (p. 70). São nossas tradições, costumes, preconceitos, toda a informação que temos sobre o passado do país, de nossas famílias, do mundo, da vizinhança, o nosso passado com todas as relações trocadas e desenvolvidas, apagadas, silenciadas, reprimidas, tudo que eu fiz e aprendi, toda a “memória de minha época” ou de “minha geração” ou, ainda, de “minha família”, todas essas memórias estão presentes na hora em que escrevo, em que produzo um artigo, uma peça, uma edição, um editorial, um poema.

Uma memória, portanto, carregada de implícitos, de interdiscursos, memória social de dizeres e de sentidos que carregamos e que a análise de discurso estuda. Orlandi (1999) diz que é essa memória que faz com que nossas palavras tenham sentido, que em um texto eu possa escrever, por exemplo, “o 11 de setembro” e isso produzir sentido, hoje, na referência ao ataque às torres de Nova Iorque. No passado, embora de forma reprimida pela censura, a data fez referência ao golpe militar no Chile, em 1973, coincidentemente no mesmo dia do mês. Ou seja, mudaram-se os implícitos. Sobre essa memória do dizer Orlandi afirma que:

A memória – o interdiscurso, como definido na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer. (p. 64)

No discurso jornalístico o uso desses implícitos é muito comum, como, por exemplos, em expressões do tipo “a economia cresceu”, “aumenta o superávit”, “cai o PIB” etc. são usadas para designar uma imensidade de informações aqui sintetizadas e presentes, como sentidos já produzidos e ativos em nossa memória. Achard (1999), analisando enunciados “no domínio da Economia Política”, como no caso da palavra “crescimento”, diz serem esses implícitos “sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização” (p. 12).

É como em uma comunicação ou um comentário aludir-se aos “moinhos de vento”, referindo-se aos embates “que teve o valoroso Dom Quixote na espantosa e jamais imaginada aventura” (Cervantes, 2002), para falar de falsos problemas e imaginárias adversidades. A noção e compreensão sobre o que sejam os “moinhos de vento” perpassam gerações há quatro séculos, inscrevendo-se e aparecendo nos mais diferentes tipos de discursos e de formações discursivas. Portanto, nada mais natural que essa “memória de dizeres”, memórias contemporâneas de uma época, estivessem presentes e correntes no jornalismo de 1901. Na coluna “A Nota”, de 23 de janeiro, V. de Algerana, a respeito da morte da rainha Victória, da Grã-Bretanha, escreve:

Quase não é possível compreender a Inglaterra sem a Rainha Victória – Parece um dia sem sol, um céu sem estrelas.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, 23 de janeiro de 1901)

Em nenhum momento do texto da coluna de Algerana é consumida uma palavra sequer para explicar quem foi a “Rainha Victória”, pois o significado da era vitoriana estaria na memória social daquela época como um “já-dito”, uma “memória de dizeres” (Orlandi, 1999), enunciados e enunciações. Nada é dito sobre quem foi a “rainha Victória”, pois é sabido e preconcebido que todos saibam, está na memória coletiva. O dito jornalístico será o novo, a notícia, o que é novidade: a morte da rainha Victória, da Inglaterra. Sobre esses implícitos, Pêcheux (1999) faz uma inquietante observação:

A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da seqüência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro oculto? (p. 53)

Esses implícitos marcados por sentidos e significações, enunciados e enunciações tomados de ideologia são muito comuns no jornalismo, quando as manchetes anunciam: “a economia cresceu”, “Bolsa de Valores sobe e dólar cai”, ou ainda, mais recentemente, “a memória do 11 de setembro”. Mas o jornalismo ao noticiar o hoje, ao criar memórias nos meios sociais através de seus leitores e seus produtores, é também memória para amanhã. O que eu escrevo, o que sai publicado no jornal, vai para o arquivo – o “documento conservado e depois exumado para fins de comprovação”, que nos diz Rousso (1996, p. 86).

Mais tarde, em futuros não determinados, essa época poderá ser buscada, entre tantas fontes de pesquisa, através das páginas dos jornais. Olhares no futuro buscarão notícias e memórias de hoje, com suas inquietações, indagações e olhares, confirmando as palavras de Rousso no texto acima citado.

Chamaremos de fontes todos os vestígios do passado que os homens conservam, voluntariamente ou não, sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais ou até mesmo, daqui para a frente, ‘virtuais’ (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória), que o pesquisador elege a fim de reconstituir uma seqüência especial do passado. (p. 86)

Ser um lugar de memória implica em ser também lugar de escolhas e de procedimentos porque a memória não é espontânea. Pelo contrário, ela é organizada e desta forma passa a ser “atributo de alguns”, como observa, com alguma inquietação, Abreu a partir das concepções desenvolvidas por Nora (1993). Estendendo essa inquietação para os jornais, cujos conteúdos de linguagens e informações são lidos diariamente, ao mesmo tempo em que são fontes possíveis de memória de pesquisas

futuras, cabe um olhar sobre como se produz hoje essa possível fonte de memória para o futuro, nem que seja para sabermos e tomarmos consciência sobre as memórias que estamos deixando hoje para algum amanhã, uma curiosidade que no futuro possa retomar, através das notícias de jornal, os dias de hoje.

Nora nos diz que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (p. 13)

E Abreu (1994) conclui, a partir desta formulação, que:

No mundo moderno, a memória teria deixado de estar incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, sendo substituída por 'lugares de memória'. Ou seja, a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. (p. 20)

Diferentemente do passado mais antigo, quando boa parte dos acontecimentos em um grupo social era transmitida oralmente, o jornal, cada vez de forma mais acentuada e instantânea, informa à sociedade o que ocorre com ela e no mundo, no qual e com o qual ela está incorporada. Conhecer, portanto, a dinâmica e as relações em que se dá a produção jornalística é saber como a sociedade é informada, como se processam os meios e sob quais relações, condições e disputas as notícias chegam até cada um de nós; elas que depois serão arquivadas, disponíveis para consultas futuras como vestígios de memória, esta que hoje se tornou "atributo de alguns". Estendendo a compreensão de Abreu, a memória é "atributos de alguns" tanto em sua preservação quanto em sua produção mesma, com escritores, artistas, autores, jornalistas, propagandistas, políticos, atores sociais, personalidades, professores etc.

Sobre esses vestígios ou “fontes” de memória, Rousso (1996) nos diz que:

(...) É quase um truísmo lembrar que um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio, e não enquanto ação inscrita no seu tempo, e, portanto, capaz de antecipar o olhar que lançarão sobre ele as gerações futuras, ainda que às vezes exista em alguns atores a vontade de deixar rastros de sua passagem (...). (p. 87)

E afirmamos que, literalmente, em jornal, a matéria é memória que poderá ser ou não recordada, ficar ou não para sempre esquecida. Se sair de seu silêncio, do esquecimento e da insignificância, lembrando Davallon (1999), a matéria irá se tornar vestígio e fonte de memória. Afinal, nos diz ele que “(...) para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (p. 25). Ou seja, que a matéria saia do esquecimento e se torne vestígio da memória de uma época, de um acontecimento, de um momento, seja lá o que será contado e/ou virar história. Como as páginas do *Jornal do Brasil* de 1901, retiradas do esquecimento – desarquivadas – para esta dissertação.

Em jornalismo, matéria é um termo para além da compreensão que a física, a biologia e a química lhe conferem, embora, em certo sentido, seja o mesmo conjunto de moléculas (signos) que constituem um corpo, um jornal, por exemplo. Matéria é o fato novo, que vai se tornar ou já é notícia transmitida pelo rádio, a tevê ou a internet. Esses fatos que vão se tornar matérias, ocupando páginas de jornais, dizem respeito a novos acontecimentos ou a fatos já conhecidos, mas vistos sob outras abordagens que não as rotineiras, como as “matérias especiais”, reportagens mais amplas sobre ocorrências já sabidas do público leitor e que são retomadas com uma “nova pauta”.

É o caso de temas e assuntos como trabalho escravo, prostituição infantil, violência contra a mulher, acidentes de trânsito, suicídios etc. As matérias, como são reconhecidas, em redações de jornalismo, as reportagens em andamento, que estão sendo apuradas, investigadas, pesquisadas, tornam-se notícias reproduzindo fatos, denúncias e

acontecimentos, e junto com as fotos, entrevistas, editoriais, desenhos, caricaturas, notas, colunas, carta de leitores, constituem a corporeidade do jornal. Adicionando-se a este conjunto a publicidade – os anúncios, editais, classificados, comunicados, avisos fúnebres, balanços, promoções; publicidade que mais ainda no capitalismo é uma atividade fundamental para a sobrevivência da esmagadora maioria das empresas jornalísticas, pois fornece receita no atacado e não no varejo das bancas – este é o jornal. Pode ser impresso ou ir ao ar em algum meio eletrônico – rádio, televisão e internet.

Conjunto que, nos tempos modernos, tem cada vez mais se distinguido de todas as demais publicações, de todos os demais conjuntos de escritas e discursos, com sua linguagem e formatação próprias que o distingue e identifica, o jornal cumpre papel cada vez mais central na sociedade moderna, da era da informática e da globalização – a era do conhecimento: o papel de informar a esta sociedade e de certa forma, ao fazer isso, com ela interagir. O jornal noticia e influencia o desenrolar daquilo que é notícia.

Diariamente, a cada minuto do dia somos bombardeados e infiltrados por uma quantidade admirável de informação, que secundariamente vai se acumulando e constituindo um grande armazém ou uma grande rede de memórias. Através da internet, hoje é possível, por exemplo, a cada segundo, saber o que ocorre em cada parte do mundo: da derrubada das torres de Nova Iorque aos estragos e vítimas da “tsunami”; podemos acompanhar, *on line* e ao vivo, junto com milhões de internautas ou telespectadores as últimas notícias, os dados mais recentes sobre as eleições nos Estados Unidos, no Brasil, no Iraque. Podemos ver as imagens da prisão de Saddam Hussein ou o seqüestro de um ônibus em uma rua da zona Sul do Rio de Janeiro. Hoje podemos em qualquer portal de busca, na internet, pesquisar todo conhecimento disponível em meio digital sobre determinado assunto. É muita informação.

Huyssen (2000) chama a atenção para o tanto de memória que vem sendo produzida pela mídia e sugere, contrapondo à noção de esquecimento produtivo, de Nietzsche, que agora “precisamos mais de rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo” (p. 35). A memória é seletiva. Há que se fazer escolhas. O

volume de informação e a diversidade de notícias veiculadas diariamente constituem um banco de dados de uma imensidão cada vez mais inalcançável. Guardamos tudo ao mesmo tempo em que com os novos meios eletrônicos temos tudo à disposição. Sobre essa imensidão de arquivo Nora (1993) cita uma avaliação feita por especialistas, somente para arquivos públicos, que “traduziu-se numa multiplicação por mil”, no que ele reconhece como “revolução quantitativa”, pois guardamos um “repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (p. 15).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (p. 15)

Mas esta visão de “guardar tudo”, arquivar todas as coisas para deixá-las como vestígios do hoje para uma futura busca de memória deste hoje, é vista com inquietação e alguma dose de ceticismo por Huyssen (2000).

Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis nesse processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total. Trata-se então da fantasia de um arquivista maluco? Ou há, talvez, algo mais para ser discutido neste desejo de puxar todos esses vários passados para o presente? Algo que seja, de fato, específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentado do mesmo modo nas épocas passadas (...).

Mas eu penso que é preciso ir mais fundo para dar conta daquilo que se pode chamar agora de uma cultura da memória, na medida em que se disseminou nas sociedades do Atlântico Norte a partir dos últimos anos da década de 1970. (p. 15)

Esta “cultura da memória” faz o autor lembrar de postulados antigos da Escola de Frankfurt, “o velho argumento da velha indústria cultural, tal como Adorno o propôs contra a posição de Benjamin sobre a mídia tecnológica, por ele considerada excessivamente otimista” (p.23). E ele retoma palavras que bem poderiam ser de Adorno, muito provavelmente com a concordância, aqui, de Benjamin, que adoraria, penso, esta iconoclastia em relação à chamada “cultura da memória”:

Trocando em miúdos: o passado está vendendo mais do que o futuro. Mas por quanto tempo, ninguém sabe. (pp. 23-4).

A inquietação não pára por aqui. Onde vai dar tanto arquivo? Huysen problematiza as concepções formuladas por Halbwachs, a respeito da estabilidade dos grupos e comunidades produtores de memória social, partindo exatamente das considerações que faz sobre o poder de fogo da mídia em nossa contemporaneidade, na produção, distribuição, edição e arquivamento de notícias, informações, depoimentos, imagens, memórias...

É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? Qualquer que seja a resposta para estas questões, fica claro que velhas abordagens sociológicas de memória coletiva – tal como a de M. Halbwachs, que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. (...) Está claro que a memória da mídia sozinha não será suficiente, a despeito de a mídia ocupar sempre maiores porções da percepção social e política do mundo. (p. 19)

Um dos locais mais freqüentados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é exatamente a seção de periódicos, jornais, revistas e muito mais. Faz gosto ver lá as mesas

quase sempre totalmente ocupadas, com os já precários equipamentos de leitura dos microfiches servindo a tanta gente que procura a BN para ler jornais do passado. Muitas vezes se é obrigado a esperar vagar mesa para se pesquisar. Até mesmo aos sábados, quando funciona até o início da tarde.

É grande o número de quem quer olhar, investigar e conhecer o passado reconstituindo memórias, “vestígios e trilhas” desse passado através dos jornais. São pesquisadores, muitos estudantes de nível médio, que passam dias folheando todo o tipo de periódico e publicação impressa, por vezes somente os anúncios, assuntos específicos, determinados, fotografias etc., com os mais diversos interesses, objetivos, buscas e olhares. E que depois, com base no que leram, tiram conclusões, escrevem trabalhos, estendem e aprofundam conhecimentos. Guardar os jornais do presente para o passado e conservar o acervo desses periódicos estão entre as mais importantes incumbências da Biblioteca Nacional, monumento, reservatório público da memória brasileira.

Pêcheux (1999) não adota essa noção de “reservatório de memória”, que fornece uma idéia de estabilidade. Ele prefere compreender esses lugares de memória como um “espaço móvel”, diferente do estático reservatório. Afinal, tudo vai depender do olhar de quem vai retirar do silêncio, do esquecimento, aquele determinado arquivo de memória:

A certeza (...) é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (p. 56)

É como se a memória vivesse em silêncio, esquecida, até que um recordar a despertasse e a fizesse produzir sentidos. Sobre esses lugares, ou mais que isso, sobre esses monumentos de memória, Nora (1993) também nos diz que “todos os lugares de

memória são restos”, “são objetos no abismo” e, “Na mistura, é a memória que dita e a história escreve” (p.24):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (p.17)

Como saber do Rio de Janeiro de 1901? Como o país, em sua capital republicana, entra o século XX, com quais preocupações, problemas, cotidianos, qual era a memória contemporânea de sua época, em 1901, além da era vitoriana do colunista aqui já citado? Estas indagações, inquietações em busca de uma “continuidade histórica”, da primeira década republicana, podem ser parcialmente respondidas pela leitura dos jornais da época. O *Jornal do Brasil*, nesta época, traçado seu rumo eminentemente capitalista, partia para a situação que o iria colocar como um dos mais modernos jornais do país, na primeira década do século XX, o primeiro arranha-céu da mais moderna avenida do país, o “popularíssimo”, segundo seus concorrentes.

2. Lugar de poder

Essa imprensa que se torna arquivo de memórias dos dias do hoje, do que lhe é contemporâneo, detém cada vez mais um papel central na sociedade e influencia, quase sempre, o desenrolar e os desdobramentos dos fatos que ela própria noticia. No primeiro semestre de 2000, no Rio de Janeiro, o seqüestro de um ônibus (o episódio que se tornaria conhecido como “o seqüestro do 174”) por um único assaltante foi transmitido ao vivo pela televisão, provocando profundo impacto social e político, ao mesmo tempo em que foram registrados os maiores índices de audiência da tevê.

Como um rastilho de pólvora, a informação de que a televisão estava mostrando ao vivo o seqüestro de um ônibus, em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro (Jardim Botânico), foi correndo pelas casas, pelas ruas, pelos estabelecimentos públicos que têm aparelhos de tevê (bares, restaurantes, lojas), provocando uma verdadeira comoção social que se repetiria em setembro de 2001, durante o ataque às torres de Nova Iorque. As pessoas paravam nas ruas para ver e saber o que estava acontecendo.

Esse fenômeno de comportamento social que, no Brasil, só era observável em Copas do Mundo ou em casos extremos, como morte e enterro de personalidades, hoje vem se tornando comum através exatamente da mídia e do poder e impacto dos próprios acontecimentos, das notícias. Curiosamente, são acontecimentos que ao mesmo tempo em que mobilizam a atenção pública também a paralisa em frente às telas de tevê, no acompanhamento das situações em que vão se desdobrando os fatos, quase sempre diante de nossa impotência em alterar o rumo desses fatos. A mídia, hoje, pode paralisar uma sociedade, um momento mundial, com a sua notícia.

Baczko (1985), em seu texto sobre a imaginação social, já chamava a atenção para o poder cada vez mais acentuado dos meios de comunicação, que garante “a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida” (p. 313). E atribui este poder descomunal não só aos avanços tecnológicos que nos levam cada vez mais longe e mais rapidamente, sem sair do lugar,

bastando estar à frente da tela de um computador, mas também à formação “daquilo a que se dá o nome, à falta de melhor, de ‘cultura de massa’”. E aponta o caráter fragmentário desta notícia que, em um instante, pode paralisar o mundo e, logo depois, ser esquecida.

Os *mass media* não se limitam a aumentar o fluxo de informação; modelam também as suas características. A informação é recebida de forma contínua, diversas vezes por dia, englobando o planeta inteiro, conjugando os dados estatísticos com as imagens e afetando todos os domínios da vida social, etc. A informação está centrada na atualidade, sendo, portanto, necessariamente atomizada e fragmentada: o acontecimento que é hoje posto em foco, amanhã será esquecido e recalado. (p. 313)

Selecionar, ter o poder de escolher o que vai ser notícia é, portanto, exercitar o poder de escolha sobre o que poderá no futuro ser lembrado e ser esquecido; ou recalado, como sugere Baczkof. E a imprensa é hoje, no dia-a-dia de nossas vidas, o olho e o olhar do mundo: a tudo quer ver e por todos é e quer ser vista. Há uma disputa pela concorrência. A notícia mais impactante vai atrair um público maior. O mesmo pela internet, pela qual, por exemplo, foi possível acompanhar a resistência a uma tentativa de golpe de Estado, na Rússia, em meados dos anos 90, quando a circulação e a rapidez com que as informações eram repassadas foram estratégicas para abortar as chances de êxito da iniciativa. Essa rede de informações e a velocidade com que são nela colocadas novas notícias foram também estratégicos na reação ao golpe contra o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 2002.

É assim também no mundo político, econômico e financeiro, onde as informações circulam com uma rapidez capaz de derrubar, em minutos, a alta ou a queda de uma ação em bolsa, quando não a própria bolsa, ou um ministro e até mesmo um Chefe de Estado. A internet, a rede mundial de computadores interligados em tempo real – *on line* –, muda de certa forma a correlação de forças nas sociedades, sob diversos aspectos, ao fazer circular com enorme rapidez informações que divulgadas correm o mundo na razão de um instante. Há casos recentes notáveis.

Em 2003, o então chefe de governo espanhol, José Maria Aznar, em questão de horas perderia as eleições que as pesquisas já lhe indicavam vitoriosas. Uma mobilização percorreu toda Espanha através de mensagens na internet, desmentindo Aznar e seu governo quanto à autoria do atentado em Madri, e informando a verdade. Aznar culpa o ETA, braço armado do movimento pela independência basca. A poucas horas das eleições, a velocidade com que a informação correu, sendo retransmitida por outros meios, mudou a opinião da maioria dos eleitores, que elegeu o premier socialista José Luiz Zapatero.

Em meados de 2005, no Brasil, a notícia sobre uma iniciativa de um ex-presidente da Câmara Federal para aprovar aumento no salário dos parlamentares (que já ganham suficientemente bem, comparado à média salarial da maioria da população), provocou tamanha repulsa na sociedade que, em poucas horas, milhares de mensagens de protesto lotaram os correios eletrônicos dos deputados que, surpreendidos pela reação, abandonaram a idéia, sepultando, ao menos temporariamente, o projeto em que se autobeneficiavam. Ou seja, a circulação da informação e das notícias cumpre função fundamental e estratégica para o bem e/ou para o mal da sociedade, alterando muitas das vezes o próprio rumo dos acontecimentos que noticia.

Em sua origem, a imprensa teve papel relevante na consolidação das línguas nacionais, o que também aconteceu no Brasil, principalmente a partir do início do século XX, quando os jornais deixam suas pequenas tiragens em busca de um público mais amplo, reformulando e modernizando para isso suas próprias condições materiais de produção. A imprensa brasileira não só ajuda a consolidar a língua brasileira, como também, com notícias e informações, dá os primeiros passos no exercitar um de seus papéis centrais que é começar a unir e dar sentido às inúmeras pontas do país, papel que décadas mais tarde a televisão cumpriria, com excelência, ajudando a formar consciência sobre as enormes disparidades regionais e da necessidade de garantir o vasto e diversificado território nacional, contribuindo assim para a unificação das diversidades de identidades étnicas, culturais, políticas e sociais brasileiras.

A primeira grande reportagem publicada em série no país, sobre a luta de Canudos e a figura histórica de Antonio Conselheiro, por Euclides da Cunha, no jornal *Estado de São Paulo*, publicado em livro, em 1902, com o título “Os sertões”, é emblemática desse papel integrador cumprido pela imprensa: pela primeira vez, leitores no Sudeste e no Sul do país puderam tomar conhecimento das condições em que vivia a população de Canudos, para que e porque ela lutava sob a liderança de Conselheiro.

Nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 somos informados sobre a luta no Acre, no Norte do país, pela anexação do estado ao Brasil. Uma pequena nota na terceira página da edição do dia três de janeiro republica informação do jornal *Folha do Norte* sobre “incursões do exército boliviano no Acre”. A nota seguinte é também republicação de matéria da mesma *Folha* e tem o título “Galvez não morreu”, que é mais um desabafo ou uma palavra de ordem, pois a nota informa exatamente da “morte de Luiz Galvez de Arias, célebre iniciador do movimento revolucionário do Acre”.

O noticiário do jornal neste 1901 vai além das fronteiras do país e publica um texto que exprime, a seu modo, o que hoje denominamos de integração sul-americana. Na edição de seis de fevereiro, o jornal publica em sua segunda página, na seção “Telegramas”, parte da “carta enviada ao *La Nacion*”, jornal argentino, “por Emilio Mitre, diretor do jornal em Paris”. Diz o texto:

Estamos vingados, nós sul-americanos, de todos os desprezos, injúrias e mentiras com que o juízo severo da civilização européia nos criticou, criando a fama que aqui pessoas de povos sanguinários e indiferentes aos impulsos do sentimento humanitário, com a crueldade e o extermínio que os ingleses praticam no sul da África contra os boers, e com os incêndios, saques, violações, mortandade e roubo dos aliados na China, cujos atos vandálicos demonstram que a civilização européia é mais bárbara que as da idade antiga e média.

(*Jornal do Brasil*, página dois, edição da tarde, 6 de fevereiro de 1901)

O jornal publicava já com regularidade os telegramas das agências internacionais, inclusive, com notícias sobre os países da América do Sul. Mas ao colocar nas suas páginas um texto com muito mais caráter editorial do que noticioso, o *Jornal do Brasil* no mínimo sinalizava um alinhamento de opinião com o jornal argentino, na crítica à ação militar dos ingleses na África do Sul e no resgate de uma certa unidade de sentimentos entre os povos sul-americanos.

Essa noção do papel integrador das nações cumprido pela imprensa, pelo jornal impresso, estava de certa forma presente e implícita na compreensão de Halbwachs (1993), inclusive a respeito do jornal enquanto lugar de memória. Falando sobre “nossas sociedades nacionais tão vastas”, ele chama a atenção para o quanto das vezes os acontecimentos públicos se desenrolam a nossa volta sem que prestemos atenção.

(...) Mais tarde pensaremos, talvez, em reagrupar os acontecimentos públicos contemporâneos mais notáveis. O que aconteceu no mundo e no meu país, em 1877, quando nasci? (p. 56)

Hoje esta importância da imprensa e do jornalismo está amplificada ante a velocidade com que circula uma notícia, uma informação. Um país, um mercado, uma iniciativa, uma ação em bolsa de valores, um jogador de futebol, uma modelo, tanto faz o gênero, todos podem se dar bem ou não, dependendo do impacto e da receptividade da informação pela qual são expostos publicamente ou transformados em notícias. E isso em questão de segundos.

Uma notícia com informações confidenciais pode abortar ou incentivar o êxito da venda de um título, de uma empresa ou o resultado de uma eleição presidencial. Visto sob outra forma, pelo reverso, a não divulgação de uma informação pode contribuir para que um falso êxito se imponha como sucesso, enganando muita gente. Os interesses que motivam ou impedem a divulgação de uma notícia, de uma informação são e estão cada vez mais intrincados e embolados com o poder, de tal forma que há um certo ceticismo e também uma visão crítica sobre a forma como age a imprensa.

Dupas (2003), em seu livro sobre as grandes tensões contemporâneas entre o que é público e o que é privado, aponta para o grande poder da mídia na era eletrônica e revela uma certa inquietação e também constrangimento em relação a este poder midiático.

(...) A imprensa escrita e o jornalismo eletrônico – incluindo as *empresas de notícias* – tendem a se concentrar em empresas globais, subordinando-se a grandes corporações internacionais de negócios, com interesses comerciais que tornam cada vez mais complicado o exercício do *jornalismo independente* (...).
(p. 66)

A afirmação atualiza, de certo modo, e contextualiza no mundo dos negócios das grandes empresas transnacionais o que já despertara anteriormente a atenção de Huyssen (2000), quando disse que “sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma” (p. 22). Tanto ou talvez mais do que “transportar” a memória pública a mídia hoje a influencia, a dispute, a produza e reproduza, quando não a determine. Não é à toa que no mesmo texto acima Huyssen, em referência ao “velho ideal americano – mais é melhor”, observe que “‘mais’ é medido agora em bites de memória e no poder de reciclar o passado” (p. 23).

3. A edição da memória

No Brasil, até hoje é motivo de discussão a edição do debate entre os candidatos Lula e Collor no segundo turno das eleições de 1989, nos telejornais da maior rede de televisão do país, a TV Globo. Influuiu ou não na decisão dos milhões de eleitores telespectadores? Volta e meia essa questão reaparece, como uma memória ainda bastante viva, mais até do que o próprio debate em si, entre os candidatos. Ou seja, a memória sobre uma possível manipulação da edição do debate exibida nos telejornais da emissora parece estar mais gravada na memória social brasileira contemporânea do que o desempenho mesmo dos candidatos.

Por sua vez, uma consulta aos jornais e telejornais do primeiro semestre de 1984 provavelmente vai localizar poucas informações a respeito do maior movimento de massas do país, até então, a mobilização popular pelas *Diretas Já*. Um ou outro jornal deu espaço, mas a maioria ignorou até quando não foi mais possível deixar de noticiar que multidões vinham ocupando as ruas em várias cidades do país para reivindicar eleição direta para a Presidência da República. Uma situação que, possivelmente, nos dias de hoje, com o poder de alcance de informação da internet hoje não se reproduziria.

Assim como esses temas, tão evidentes, há no dia-a-dia uma sucessão de interesses, de injustiças, denúncias que não saem nos jornais, não são pautadas pela imprensa. A mesma imprensa que hoje, no dia-a-dia, quer ser o olho e o olhar do mundo, a tudo quer ver e por todos é e quer ser vista – essa imprensa atende ao interesse público sob quaisquer conseqüências e comprometimento? Ou a imprensa noticia com um olhar próprio, mediador entre o que é público e os interesses privados, nem sempre tão ocultos e sutis, e que estão por trás de todas as grandes empresas jornalísticas da atualidade?

Não deve caber dúvida sobre a resposta. Instituição mesma do capital, nascida nos burgos de uma Alemanha ainda semifeudal, a imprensa, em última instância, enquanto empresa capitalista, isto é, voltada para o lucro e a melhoria crescente dos negócios, serve ao capital. Contudo, ela precisa legitimar-se perante a sociedade em que atua, até mesmo

para ser reconhecida e cumprir o seu papel de “informar” a sociedade, tornando-se, enfim, um bom negócio, em termos capitalistas, para obtenção e reprodução do lucro e do capital. Para tanto, terá então que publicar assuntos, notícias, informações que mesmo desagradando e em discordância com os interesses que ela defende e propugne são necessários de ser publicados para que, enquanto imprensa, ela cumpra e legitime o seu papel de “informar” a sociedade. Mesmo que o resultado dessa publicação não altere em nada o desenrolar dos acontecimentos.

Analisando, por exemplo, a mídia brasileira nos anos 90, Lage (2001) revela profundo ceticismo e conclui com duas sentenças que estão em uma das epígrafes da primeira parte desta dissertação. Diz ele:

Para o bem ou para o mal, nunca se denunciou tanto, e nunca foram tão inúteis as denúncias; também nunca se exaltou tanto a *modernidade* cosmopolita contra o *conservadorismo* nacional e popular; ou se mostrou tão unânime o discurso da mídia – submissa a uma espécie de onda que varre o mundo, define como simpáticos os Estados e os políticos que se deixam levar, e silencia ou condena aqueles que tentam resistir.

A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence. (p. 47, grifo do autor)

No mesmo livro em que trata da imaginação social, Baczkof (1985) cita um texto de Mirabeau, de 1791, em plena efervescência revolucionária, portanto, em que o grande tribuno da Revolução Francesa afirma os motivos pelos quais o poder deve subjugar os meios de difusão:

Assim, o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos (p.302)

O poder dos meios sobre a “imaginação coletiva” não passou despercebido do tribuno, ao orientar o controle sobre eles. Ou seja, o poder deve controlar os meios de difusão, de propagação de idéias, notícias, informações. Em última instância, divulgar somente o que interessa. Recentemente, no Brasil, um ministro de Estado perdeu o cargo ao dizer, no intervalo de uma entrevista a uma emissora de televisão, quando pensava não estar sendo gravado, que “o que é bom a gente divulga”³ e o que não é, fica escondido. Interditado. Foucault (1970), referindo-se às interdições produzidas pela sociedade nos discursos que ela própria produz, assinalou que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (p. 9). Isso porque:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (pp.8-9)

Em jornal, no processo de produção das notícias, esse “controle, seleção, organização e redistribuição” a que se refere Foucault na produção do discurso são explícitos e obviamente hierárquicos. Em uma redação de jornal, ainda mais hoje, pode-se falar na “voz do dono”, a “voz do chefe”, “matérias recomendadas...”, referindo-se a notícias que serão publicadas e se tornarão, depois, fontes de possíveis memórias. Quem sabe, pensando nisso, duas décadas após o escrito de Foucault, Le Goff (1990), abordando o documento arquivado e disponível para consultas que poderão ocorrer ou não no futuro, nos afirma que “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder” (p. 545). E nos diga também que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a

³ Ministro Rubem Ricupero, da Fazenda, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em entrevista ao jornalista Carlos Monforte, na TV Globo.

viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (p. 545)

O produzir da notícia, que vai virar documento, arquivo na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, é constantemente um processo de escolha, de opções, segundo “as relações de força” que têm e/ou disputam o poder, e, portanto, ser notícia é poder estar na mídia, e é também se tornar possível fonte de memória para o futuro. Em se tratando de memória, Gondar (2003) nos lembra que “Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (p. 32). Essa seleção que a sociedade faz da memória é hoje institucionalizada, ocorre nas e com as instituições sociais, por dentro e por fora delas, instituições essas entre as quais a imprensa adquire crescente importância e centralidade, difundindo a memória social, conservando-a, reconstruindo-a, e ao mesmo tempo selecionando os fatos e acontecimentos que serão memórias para futuros.

Lembrando as conclusões de Abreu, de que agora a memória “é atributo de alguns”, e estendendo essa conclusão para os jornalistas, encarregados, em última instância, de noticiarem o hoje que será memória amanhã, como documento, essa seleção ou esse controle tanto do discurso quanto da escolha do que vai ser memória – a pauta – na imprensa aparece também nas lacunas, ausências e silenciamentos presentes nessas escolhas.

Lendo hoje as edições da tarde do *Jornal do Brasil* de 1901 ficamos sabendo, por exemplo, que na virada para o século XX nevou em Londres, o Papa Leão XIII estava doente e não rezou a missa do galo, os “boers”, segundo a Agência Navas, atacaram uma tropa britânica numa capital da “África Austral”, prendendo 200 soldados e conquistando um canhão; e que o presidente brasileiro foi o único “dos grandes estadistas” do continente que não se pronunciou sobre “o século que ora finda” para o *New York Herald*, segundo matéria publicada pelo *El Comercio*, do Chile. No lugar dele falou o vice, o conselheiro Rosa e Silva, o que valeu o seguinte comentário do redator.

“Todos estranham o dr. Campos Salles ter recusado enviar também a sua opinião sobre os grandes acontecimentos que se desenrolaram durante o século que ora finda, máxime sobre política sul-americana, quando acaba de na visita feita à República Argentina demonstrar as boas intenções de que está animado para a paz e concórdia das nações deste continente”. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 1º janeiro de 1901, p. 2)

Mas em nenhuma das mais de 200 edições pesquisadas encontrei, por exemplo, informações sobre o que acontecia com os índios ou ainda com os negros libertos do interior fluminense ou do país, como estavam vivendo após uma década de libertação formal da escravidão. Não há também qualquer referência ao que restou de Canudos, por exemplo, mais de três anos após a morte de Antonio Conselheiro e do incêndio de todas as casas do povoado. Canudos cujos combatentes, derrotados, muitos deles vieram para o Rio de Janeiro onde fundaram a primeira favela da cidade, no Morro da Providência, atrás da Central do Brasil.

Ficamos sabendo também, lendo a edição do dia nove de setembro de 1901, do *Jornal do Brasil*, que nas celebrações do dia da Independência, que caiu em um sábado, uma horda saiu a praticar a “capoeiragem”, aprontando confusão na cidade. A polícia agiu, prendeu alguns, mas o impacto da “confusão” foi de tal dimensão que no dia 10 a charge da primeira página, com os traços firmes de Bambino, traz por tema e título exatamente “A capoeiragem”. Quem são os caricaturados? Gente do povo, com destaque para os negros, os capoeiras. É assim que ficamos sabendo como estão os negros na cidade... Aprontando confusão e praticando nas ruas a capoeira.

Este silêncio sobre os índios ou sobre a memória de Canudos, forçosamente colocada no esquecimento, ou ainda o silêncio sobre os negros, que só aparecem quando são notícias policiais – a prática da capoeira, que tanto assustava as elites e era proibida, em 1901 – este silêncio produz sentidos; e, afinal, é deles que estamos tratando aqui. Orlandi (2002) propõe a seguinte compreensão sobre o silêncio:

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito”. (p.11-12)

Ela diferencia, portanto, o silêncio do implícito porque ele, silêncio, tem um sentido próprio, não é alguma significação que se junte ou se sobreponha ao que se diz, como o implícito. “(...) o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor: há um sentido no silêncio (...)” (p.11-12). O índio, por exemplo, ele não está implícito em nossa história. Pelo contrário, como nos diz Orlandi, está silenciado:

Ele não fala, mas é falado por missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo. (p. 59)

Para compreender este silêncio, nos foi preciso refazer toda uma trama discursiva que foi construída pela ciência, pela política social e pela religião (a catequese) ao longo de uma história de 500 anos. Por seu lado, este silêncio pode ser compreendido como resistência do Índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o Índio, processo que os colocou *no* silêncio. Nem por isso eles deixam de significar em nossa história. (p. 59)

A ausência, o silêncio, produz sentidos, significações, tantas delas não “administráveis”, capazes mesmo de provocar “ruídos”. Nem sempre, contudo, eles são percebíveis na contemporaneidade; mas acabam eventualmente aparecendo quando uma pesquisa, um olhar no futuro busca notícias do passado sobre alguma coisa que desperte a atenção. Lendo as páginas do *Jornal do Brasil* ouvimos silêncios, como os dos índios e dos negros, das mulheres, da juventude...

Mas nos deparamos com notícias sobre as crianças que são bem reveladoras das contradições sociais da época. Na mesma edição da tarde de 26 de janeiro somos informados, em nota de destaque na primeira página, com o título “Proteção à infância”, que “Evaristo de Moraes ofereceu 100 exemplares de seu livro sobre “crianças abandonadas” para que o Instituto de Proteção à Infância arrecade finanças com a venda”. Nos “anúncios classificados”, a novidade da época na imprensa, inicialmente publicados na última página, a quatro, era comum a procura por mão-de-obra infantil. Na edição da tarde de primeiro de julho de 1901, por exemplo, publicou-se o seguinte anúncio:

Precisa-se de um pequeno de 10 anos para serviços leves, na travessa do Paço.
(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 1º julho de 1901)

II

As falas e vozes do jornal

1. Quem diz o quê, para quem

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.
(Orlandi, 2003, p. 10)

Tal vez por eso
cada palabra o signo
debe volver a nacer constantemente en otra parte.
El lugar de una palabra
es siempre otro.
(Juarroz, 2001, p. 133)

O que sai publicado no jornal, o que vai se tornar memória possível de ser resgatada, reconstituída pelas páginas dos jornais arquivados em bibliotecas, não é ingênuo e nem está somente sob o controle dos interesses políticos e econômicos que o editam. O discurso jornalístico – notícias de jornal – é produzido diariamente sob tensões, conflitos, escolhas, interdições e silêncios que também poderão significar e ser notícia. A linguagem jornalística com o seu discurso acontece e atua na produção social dos sentidos, isto é, na intimidade do imaginário social e da ideologia.

Baczko (1985) anota que são os discursos que tornam o “imaginário social inteligível e comunicável”, discursos “nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”, assentando-se o imaginário, então, num simbolismo “que é, simultaneamente, obra e instrumento”:

(...) aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes etc.

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (p. 310)

Ou seja, os discursos, que “tornam inteligíveis e comunicáveis” os imaginários sociais, estão eles próprios contidos de representações deste imaginário que é, ao mesmo tempo, “obra e instrumento”. Contudo, mais do que isso, os discursos que “os *mass media* fabricam e emitem” podem ou não validar aspectos desse imaginário social, estendendo-os, reforçando-os, legitimando-os ou, pelo reverso, a eles se opondo, já que o imaginário social, como o próprio discurso, é também “lugar e objeto dos conflitos sociais”.

Nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901, por exemplo, os capoeiras fazem parte deste “imaginário social”, porém, como vimos anteriormente, como figuras marginais da sociedade, que devem ser combatidas, excluídas, presas. Assim como os capoeiras, os anotadores do popular jogo do bicho, os bicheiros, tão conhecidos no Rio de Janeiro, na virada para o século XX já estão presentes no imaginário social da época. Na edição da tarde do dia 26 de janeiro de 1901, um sábado, uma pequena nota na primeira página do jornal informava que “um italiano foi preso na rua Goiás, quando vendia aos incautos o celeberrimo jogo dos bichos”. Se é “celeberrimo”, não precisa explicar que jogo é esse. Ele faz parte do jogo dos sentidos no imaginário social da época. É um “já-dito”.

Esse poder de fogo da mídia, que reforça ou combate posições, sentidos, interesses, não é de hoje que é alvo de atenções. Em páginas atrás, lembramos as palavras de Mirabeau, em plena Revolução Francesa, aconselhando o controle dos “meios que formam e guiam a imaginação coletiva” (Baczko, 1985, p. 302). Girardet (1987), escrevendo sobre os mitos e mitologias políticas, recupera princípios dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, citando, especialmente, o décimo segundo, que afirma: “A literatura e o jornalismo são as duas forças educadoras mais importantes” (p. 39).

Estudar e problematizar a linguagem jornalística, portanto, é ter acesso aos modos e procedimentos de produção dos discursos jornalísticos, através dos quais a sociedade é informada. Mesmo sendo uma linguagem “transfronteira” (Lage, 2004), com sua “fala” tecnicamente acima dos idiomas, os discursos jornalísticos resultam de processos de produção de sentidos que ocorrem em meio a disputas, conflitos, contradições, escolhas e imposições de pautas, resistências, enfoques e abordagens, tudo isso por ser um discurso que é produzido no meio social, sob certo ponto de vista “obra e instrumento” deste meio social em que se reproduz.

Reconhecendo, então, como Lage (2004), que a linguagem de jornal “transcende o idioma em que as matérias estão escritas” e “mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação lingüística” (p. 25), afirmaremos, contudo, que ela é também lugar de trama e de conflito em qualquer idioma. Até mesmo porque ela se realiza, acontece e se transforma através dos discursos das palavras que produzem sentidos. E “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (2002, Pêcheux apud Orlandi, p. 99). Orlandi (2002) propõe que:

“Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. (p. 21)

Por ser resultado de uma prática social, o discurso jornalístico é, então, lugar de disputa, de diferença, de outras “vozes” e “falas” que também querem ser ouvidas e ter o direito de falar. A notícia não é ingênua e nem pura; ela exprime dramas como escondedores, escolhas e relações de poder. E ela é popular, o povo gosta de notícia, precisa e busca por ela em seu dia-a-dia, quer saber a última, mesmo que ela seja má; e faz isso mesmo que seja lendo apenas as manchetes nas bancas de jornais. Ler jornal é uma das atividades humanas. Assim como a linguagem de jornal transcende qualquer idioma, “por ser o jornalismo uma prática social transfronteiras” (Lage, 2004, p. 5), o ato de ler um jornal é também ele muito peculiar, em qualquer língua: lê-se jornais como não se lê livros, atas, documentos etc.

Mobilizando sujeitos e ideologias por ser um discurso, ocorrendo e se transformando enquanto um processo de produção social dos sentidos, através de uma linguagem própria – a jornalística –, os discursos jornalísticos ocorrem na história e, portanto, não ficam isentos às injunções e contradições do seu tempo. Mais do que isso, as notícias são reuniões e escolhas de palavras, palavras com muitos sentidos, sempre em muitos lugares – o lugar de uma palavra é sempre outro, como no verso do poeta argentino Roberto Juarroz, citado na epígrafe desta seção. Para Bakhtin (2002):

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo (...) A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.(p. 36)

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (...) A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (41)

Essa compreensão da palavra levou Kramer (2001) a escrever que “a palavra é tensa”, ao que acrescentaríamos e também grávida de muitos sentidos. Diz Kramer:

(...) na palavra estão presentes o sentimento, a emoção, o calor; mas estão presentes também o movimento na e da história, as contradições da vida social, os preconceitos e estereótipos, a exclusão e a possibilidade da contestação, da rememoração e do diálogo. A palavra é tensa, pois, valente e ambivalente, palavra que tem franjas por dizer para além do que diz, palavra que carrega sempre um conteúdo ideológico e vivencial, marcada que é pelos muitos significados que historicamente ela vai absorvendo, que nela vão se impregnando. (p. 220)

Esse impregnar de sentidos está presente sob diferentes aspectos da vida social que é notícia nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901. Além dos negros que aparecem no noticiário apenas como vilões, das crianças que aparecem ou como vítimas,

“abandonadas”, ou como mão-de-obra – “precisa-se de uma rapariguinha de 12, 13 anos” –, o noticiário do jornal informa, por exemplo, no dia 18 de janeiro que “a terrível desordeira Chica Perna Inchada”, suspeita de ter cometido crime no Clube dos Celibatários, “junto com o facínora Bode, criminoso que pegou oito anos pela morte de um vigia, jogador de vermelhinha e conhecido pederasta”, entregou-se à polícia “por se julgar inocente”. Chica não tem nome, assim como Bode, embora fosse um “conhecido pederasta”. Mesmo admitindo a possibilidade da inocência de Chica, o texto já a qualifica como “terrível desordeira”, conhecida pelo inchaço da perna. Os sentidos já estão dados.

Se a linguagem é, como formula Bakhtin (2002a), necessariamente dialógica, pois implica o outro (seja quantos forem o outro, ou externo, no auditório social, ou que carregamos dentro da gente), a linguagem de jornal muito mais o é ainda porque a notícia trata do outro, do diferente, do inesperado, o que transgride e que está fora das redações dos jornais; o fato que é notícia está nas ruas, nas empresas, nos transportes públicos, nos palácios, gabinetes, em um incêndio, na nevasca ou na “consagradora” vitória de um time de futebol.

Como a palavra, o fato que desperta a atenção e vai ser notícia por fugir do que seria um padrão de normalidade também está em outro lugar. A notícia é o outro, por isso, tantas “vozes” e “falas” no jornal, na linguagem jornalística, mesmo que harmonizadas aos interesses do que se quer e sobre o que se quer falar e dizer, produzir sentidos. Mesmo que “editorializadas”, nas notícias sempre há falas e vozes que não são discurso oficial, como os discursos do poder. Como no caso da “terrível desordeira Chica Perna Inchada”, citado acima, onde Chica não fala, mas sobre ela é dito que se entregou por “se julgar inocente”. Como o índio, na análise de Orlandi (2002), o discurso jornalístico fala por Chica para que ela não precise falar e seja silenciada.

Esse silenciamento em que pelas ausências temos notícias sobre os negros ou sobre os índios, nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901, não se contrapõe ao silêncio que, conforme Orlandi (2002), transpira ou é transportado pelas palavras, elas próprias “atravessadas de silêncios”. Isso porque “As palavras são cheias de sentidos a não se dizer

e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (p. 14). Por isso, os discursos jornalísticos, constituídos por palavras “tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos” (Bakhtin, 2002-a), revelam mesmo quando omitem, mesmo quando silenciam, pois as palavras são cheias e grávidas de sentidos e de silêncios.

Três notas publicadas na página dois da edição da tarde do dia primeiro de fevereiro do *Jornal do Brasil* sugerem e fornecem pistas sobre o lugar dos negros e o das elites na sociedade brasileira e nos discursos jornalísticos que atravessam o século XX. Na primeira delas, sob o título “A canivete, uma agressão”, ficamos sabendo que “Pedro Moleque é um crioulo levado dos diabos, conhecido no Andaraí como desordeiro” e que agrediu, com um canivete, um morador, que foi queixar-se à polícia. A segunda nota é uma notícia vinda de São Paulo, informando sobre o assassinato de “Preto Ignácio, pernambucano, célebre pelas suas façanhas de desordeiro perigoso, que morreu ao tentar agredir outros dois homens”. Nada é dito sobre os assassinos de Preto Ignácio.

Mas há silêncios e omissões que convêm aos silenciados, como, na página três da mesma edição das duas notas acima, uma notícia de curtas três linhas, informando sobre a “agressão e perseguição de um homem a uma mulher”, no então Centro da cidade. “Ele bacharel e ela dama da sociedade”, conclui a nota, sem mais o que dizer.

O jornalismo e o seu discurso são, portanto, práticas sociais que se dão e se produzem na história, através da linguagem, da língua, das palavras. Sendo uma linguagem, um fenômeno de linguagem, o jornalismo deve ser visto, analisado e compreendido no meio social e no tempo histórico em que se produz e reproduz. Bakhtin (2002-a:70) sugere que para observar o “fenômeno da linguagem” devemos nos comportar como o cientista que, para observar o processo de combustão, coloca o corpo no meio atmosférico. Para observar o fenômeno da linguagem, então, “é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social”.

Colocar em silêncio ou recobrir palavras de outros sentidos, ou mesmo interditá-las, são práticas que ocorrem no tempo histórico, resultam de relações sociais e de poder.

O jornalismo que constrói e reproduz e reconstrói sua própria linguagem – a de jornal – se dá no espaço social, em um tempo dado historicamente e através da língua e da linguagem, do imaginário, das palavras e dos múltiplos sentidos e silêncios que elas carregam como signos de sua contemporaneidade, das relações de força e poder presentes no meio social.

Scliar (1996:78) escreveu que “a imprensa nasceu fazendo oposição”. Pode ser. Afinal, são vários os autores que afirmam o surgimento do jornal nas cidades alemãs do início do século XVII, quando a burguesia lutava pela sua definitiva emancipação política e econômica, em uma Europa ainda carregada pelos velhos poderes que apodreciam no curso do Renascimento. Mas a atividade da imprensa é anterior ao jornal dos burgos alemães, prósperos e ansiosos de poder. É conhecida a figura do “mensageiro”, que chegava a galope às cortes ou às frentes de batalhas levando as últimas notícias, as correspondências e os ultimatoss. Lage (2001) conta que nos séculos XIII e XIV aparecem folhas manuscritas na Itália – os *Avisi* – e também na Alemanha – as *Zeitungem* –, escritas pelos “gazetistas”. “Quebrava-se o monopólio do Estado e da Igreja sobre os meios de comunicação”, escreve Lage (p. 24).

Briggs & Burke (2004) não só fazem referência ao surgimento dos jornais na Alemanha de 1609, como acrescentam o vínculo entre a popularização dos panfletos na Europa no decorrer do século XVI e o surgimento dos jornais, no início do século seguinte. Os dois autores destacam a revolução que significou o surgimento da impressão gráfica, com o exemplo da Reforma Protestante, cujas idéias rapidamente se propagaram e difundiram pela Europa, com textos de Lutero se multiplicando em milhares de reproduções. E retiram do esquecimento palavras ditas por um protestante inglês da época, John Foxe, que dizia, referindo-se à crescente perda de poder de Roma, que “o papa deve abolir o conhecimento e a impressão gráfica, ou esta, a longo prazo, vai acabar com ele” (p. 84). Não por acaso, logo depois, a Igreja Católica criava o Índice dos Livros Proibidos.

Na tardia imprensa do Brasil, desde cedo o jornal mostrou sua importância seja para confrontar o poder ou para legitimá-lo. Depois do pioneiro *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, cuja circulação se encerraria em 1822, com a Independência, o

primeiro jornal com repercussão nacional e de oposição que irá circular na Corte é o *Correio do Rio de Janeiro*, entre 1822 e 1824, defendendo o Brasil e o republicanismo, redigido pelo português João Soares Lisboa, que se apaixona pelo Brasil, escreve virulentos artigos contra o governo e contra d. Pedro, e morre na forca ao lado de Frei Caneca e de mais dois líderes da Confederação do Equador (Leite, 2000; Morel, 2000).

Desde o nascimento, portanto, a imprensa cumpre na história do país o papel de divulgar e discutir idéias, denunciar os conflitos sociais, as demandas e carências da sociedade, com suas notícias e reportagens, mesmo que sob o aparente filtro do que vamos denominar de “linha editorial”, a voz do dono, ou, às vezes, mesmo, como veremos adiante, contra essa voz ou burlando esse filtro. O que não a exime de omissões ao longo desse processo histórico, contudo omissões, quase sempre, determinadas pela voz do dono ou pela censura de regimes políticos ditatoriais.

Isso porque o jornal vive de notícia, dela se alimenta e se atualiza, renova-se, porque, afinal, a notícia é a novidade; e como novidade se propaga como um raio. Um jornal que deixe de publicar uma notícia pode perder sua credibilidade. É a notícia e também a forma como ela é noticiada que conferem credibilidade ou não a um jornal, ao mesmo tempo em que são traços marcantes e característicos das identidades com as quais o jornal busca se associar ou mesmo incorporar. Um jornal que deixe de publicar um fato importante pode perder credibilidade e público se mantiver essa linha ou essa “desatenção jornalística”, se for esse o caso.

Há notícias que não interessam aos donos e editores deste ou daquele jornal publicar, como o movimento *Diretas Já!*, no Brasil dos anos 80. Ou em casos de suicídio, por exemplo, que não são em sua maioria noticiados pelos jornais, sob a alegação de linhas editoriais que entendem a publicação dessa informação como possível estímulo e incentivo a essa conduta, de suicida. Em meados dos anos 90, um importante consultor de empresas e organizações não governamentais atirou-se aos trilhos do metrô do Rio de Janeiro, quando chegava à Estação Cinelândia uma composição de trem. O fato foi quase que totalmente abafado tanto pela imprensa quanto pela própria administração do metrô,

sob a justificativa de a notícia não vir a servir como exemplo para esse tipo de atitude. Mas muita gente ficou sabendo, tanto pelo testemunho dos que estavam na estação e presenciaram a ocorrência, quanto pelas informações de amigos e familiares do consultor. Ou seja, muita gente soube da notícia, embora não pelos jornais. Contudo, como fazer em casos como o da atriz Marilyn Monroe ou do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954?

A notícia se impõe, o que se pode alterar é a forma de noticiá-la. Lage (2001:79) escreve que “A notícia exclui a argumentação (...). A notícia não questiona, afirma”. Esta caracterização da notícia, este seu caráter – de ser ou não ser – é porque o palco da notícia é o meio social. É no social que ela acontece; é no social que ela se produz, reproduz e propaga. Impossível não noticiá-la, sob o risco de ficar para trás em termos da atualidade tão exigida e intrínseca ao jornalismo. A notícia é muitas vezes rebelde aos interesses dominantes e aos que a publicam, até mesmo porque muitas das vezes ela coloca em discussão exatamente esses interesses.

Amaral (1969), tratando das técnicas dos jornais e periódicos, conta um pouco da história da imprensa brasileira e nos lembra um texto publicado em 1854, no jornal *O Espelho*, do Rio de Janeiro, por Machado de Assis.

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) Ora, pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples matéria organizada, um ente superior na criação, a palavra foi sempre uma reforma. Falada na tribuna é prodigiosa, é criadora, mas é o monólogo; escrita no livro, é ainda criadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monólogo; esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora, mas não é o monólogo, é a discussão.

E o que é a discussão? Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. (p. 222-3)

Machado, portanto, já assinalava em meados do século XIX o caráter dialógico do jornal – que “não é o monólogo” –, chamando a atenção para o poder de repercussão social que a publicação de uma notícia pode produzir. Curiosamente, há aqui uma aparente contradição entre Lage, quando diz que “a notícia exclui argumentação (...), A notícia não questiona, afirma”, e Machado ao firmar que jornal “não é monólogo, é a discussão”. Um fato quando se torna notícia – “a ponte caiu”, “o rio transbordou”, “deputado foi pego na boca do caixa dois”, “o presidente sabia”, “John Lennon morreu”, “Congresso aprova privatização”, “chefe da polícia é preso com prostituta”, “jornalista é o assassino de Rosemary”, “repórter do *Times* inventava notícias” – é quase impossível tentar detê-la, contê-la, abafar o fato que a gerou.

A notícia se impõe, “exclui argumentação”, afirma-se, mesmo que cada jornal a afirme e a noticie de um modo diferente um do outro. Mesmo que ela seja noticiada de uma forma ambígua, por ser esta a solução encontrada pelos editores para não deixarem de publicar uma notícia relevante, que, certamente, os concorrentes publicarão, contudo, mesmo assim, ela é de alguma forma publicada. E é a publicação mesma da notícia que provoca e produz “a discussão”, esse ouvir outras vozes que não mais “o monólogo” que Machado atribui às palavras ditas da tribuna e pela escrita. O jornal, portanto, é “a discussão” e seu aparecimento “fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares”. Machado aqui não considera o caráter dialógico do discurso, na concepção que, sete décadas depois deste texto do jornal *O Espelho*, Bakhtin viria formular e desenvolver. Mas, mesmo assim, para ele, “a palavra foi sempre uma reforma”, “esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora”, “é a discussão”, ou seja, outras vozes e falas, outros dizeres que não “o monólogo”.

2. Resistência e submissão

Dialógico e polifônico, tanto pelo instrumento com o qual trabalha, a linguagem, como pela própria natureza do que produz, a difusão da notícia, da informação, a produção social dos sentidos, o jornalismo não é isento, contudo, de manipulações, ocultações e silenciamentos porque, como vimos, se é lugar de memória e de disputa é também o jornal lugar de poder. O exercício do poder no jornal, no jornalismo, em geral, se dá tanto de formas sutis como descaradas, assim como são muitas vezes sutis e dissimuladas as resistências, as burlas às normas editoriais através de matérias e notas que deixam escapular e vazar outros sentidos, outras vozes e falas que são “abafadas”, interditas para não serem ditas, ouvidas e sabidas. Onde há poder há resistência, diz Foucault (1970:244): “A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem ser separadas”.

O poder no jornalismo aparece e se exercita desde a linha editorial, que “sugere” que este ou aquele assunto não são importantes ou que esta ou aquela matéria de denúncia devem ser minimizadas, até a voz do dono transmitida, geralmente, pelo editor que a repassa a seus subordinados e determina o que deve ou não ser publicado. A partir da reunião que pauta os principais assuntos da próxima edição, a matéria é pré-configurada e seus contornos e falas são delineados. A própria escolha dos assuntos já implica e traduz um olhar. Em geral, os profissionais do texto jornalístico – repórteres e redatores – sabem de antemão o que não pode ser dito. Certamente também por isso, tantas e tantas vezes a imagem “fale” muito mais do que tantas e tantas palavras.

Mariani (1998), analisando o discurso jornalístico, aponta que ele é “assujeitado” à memória do dizer, ao interdiscurso. Natural que seja assim, sendo ele uma prática social. O jornalista que tece a “linguagem jornalística” é, como o identificou Bakhtin (1970-71, *apud* Tagé, 2003), “acima de tudo um contemporâneo”; vive na extremidade do agora, à espreita do que vai acontecer em instantes, carregando, nessa expectativa, em si, a memória da sua época, as memórias emprestadas (Halbwachs, 1990) na família, entre os amigos, os mais velhos, a memória das últimas notícias.

É de se esperar que o texto que esse jornalista escreva contenha as inscrições e letras de sua época e das épocas sobre as quais ele ouviu dizer, e que repassa adiante, reproduzindo e ampliando memórias e dizeres do vasto e diversificado imaginário social que lhe é contemporâneo. São as memórias dos dizeres já consagrados, que mudam com a história e que são depois esquecidos para, quem sabe, renascerem diante de novos olhares, indagações, em vez de continuarem para sempre esquecidos na gaveta de um arquivo.

O jornalista, portanto, é este “acima de tudo um contemporâneo”, conforme a identificação bakhtiniana, por cujo texto, impresso ou na fala, há fragmentos, às vezes, continentes de realidades dos mais amplos e generalizados aspectos da vida social de uma época dada. Do jornalismo, talvez se possa dizer que é aquela atividade nascida com a ascensão da burguesia, mas cuja vida útil está para muito além dela, burguesia. Tanto é assim, que Mariani (2001) chama a atenção para a análise do discurso jornalístico, que “se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente” (p. 33). Este discurso, segundo ela, não só “capta, transforma e divulga” o presente como “organiza um futuro”, seleciona fatos e acontecimentos que serão lidos no futuro. Diz a autora:

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento do imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. (p. 33)

Se o jornalismo é e está na história, ele se renova e se transforma a cada época, sem se extinguir. A informação e com ela o jornal chegaram para ficar, como a siderurgia, a aviação e o navio; ou o relógio. Páginas de jornais registram a hora e os dizeres da vida social de hoje e de ontem, (re)produzindo sentidos e falas, ou ressemantizando-os, dando-lhes novas significações do presente. São lugares de memória que serão lembrados ou

esquecidos até quando não se sabe. A qualquer momento uma investigação, um olhar curioso, um interesse pode acender memória, abrindo gavetas de arquivos, como as que pesquisei na Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

Contudo, vale chamar a atenção para o fato de de tão codificada está essa linguagem “transfronteira” (Lage, 2004) – a jornalística – que ela, de certa forma, hoje é refém de sua própria tentativa de objetividade. Na escolha do que dizer, muitas vezes se esconde (ou se esquece?) o principal. Ou, com outras palavras, muitas vezes a escolha do que é o principal da notícia escamoteia (ou deixa no esquecimento) o secundário, que seria mais importante segundo um outro olhar, uma outra forma de editar a notícia. Essa escolha se dá segundo “escolas de jornalismo”, isto é, fontes do dizer, onde o que prevalece, em última instância, é o interesse (o conjunto dele) que edita o jornal. Nada é publicado sem que o próprio fato de ser publicado já seja, em si, uma mensagem. Daí, se perguntar: o que é o principal e o que é o secundário?

Esse modo de dizer atual da linguagem jornalística é um modelo que, segundo Lage (2001, 2004, 2005), tem sua origem na imprensa dos Estados Unidos e se difundiu pelo mundo afora pela sua praticidade e objetividade para informar e comunicar, daí se ter tornado um modo “transfronteira” de dizer, seja lá qual for o idioma. O “texto da notícia”, no diz Lage (2001), é “um texto de produção industrial”. Modo de dizer, de enunciar a notícia, ele também produz a “previsibilidade” que está presente no discurso jornalístico, já apontada por Mariani (1998), para quem a quebra desse modo e a instauração de novos sentidos e dizeres só se tornam possíveis mediante o fenômeno da “irrupção dos acontecimentos”, que desloca regularidades e sentidos. Ou mesmo os lapsos e atos falhos por onde vazam outros sentidos, lembrando Pêcheux (1991), quando diz que uma nova ordem, isto é, a ruptura com o que seria a velha ordem é possível porque “não há ritual sem falhas”.

Pêcheux (1988) associa essas “falhas do ritual”, isto é, as inobservâncias aos códigos e costumes dos discursos, que nada mais são tantas vezes do que lapsos (ou

esquecimentos?) por onde vazam outras vozes, aos procedimentos de revolta, de resistência. E mais nos diz:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio. (ibid., p. 301)

Estendemos à linguagem jornalística e dos seus manuais essa mesma compreensão para as “falhas do ritual” abordadas por Pêcheux, essas “formas de aparição fugidias”, “de uma outra ordem”. Quantas vezes uma notícia não coloca “em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio”. Mariani (1998), a partir do autor francês, esmiúça um pouco mais o que é essa resistência no discurso:

Nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. (p. 25)

E, conforme Pêcheux, o que é a resistência, em termos discursivos? É a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É resignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um lapso, um equívoco), seja incorporando o *non sens*, ou simplesmente não dizendo nada. (p. 26)

Fora os lapsos ou as irrupções das notícias para além da pauta, falas e vozes que escapem aos controles da edição, a linguagem jornalística com o seu discurso jornalístico se aproxima muito do que Bourdieu (2000) chamou de “horizonte das expectativas”, a “previsibilidade” do discurso já apontada por Mariani (1998), recontando

o já-dito, redizendo uma narrativa onde se alternam nomes e lugares para se contar sempre a mesma velha história. O “de novo” outra vez. A repetição que é tanto na forma como no conteúdo, como observa Borges (2003), analisando o discurso de parte da imprensa brasileira em matérias e artigos a respeito das cotas para negro(a)s nas universidades, em que conclui: “E não se repetem apenas os argumentos, mas as formas de dizê-lo” (p. 251).

Esta função da imprensa, de repetidora dos conceitos e das idéias dominantes e hegemônicas da sua época, é apontada por Bourdieu (1998) como um “martelamento” da mídia, isto é, a repetição das mesmas “verdades”, mesmas conceituações, mesmas perspectivas e cenários, e até mesmo as mesmas perguntas. Ele cita como exemplo uma entrevista do presidente do Banco Central da Alemanha, Hans Tietmeyer, no final dos mais recentes anos 90:

Um indício do efeito produzido pela repetição midiática são as perguntas do jornalista, que de certa forma satisfazem as expectativas do sr. Tietmeyer: ele está tão impregnado, de antemão, pelas respostas, que poderia até mesmo produzi-las. É através de tais cumplicidades passivas que foi, pouco a pouco, se impondo uma visão dita neoliberal, na verdade conservadora, repousando sobre uma fé de outra era na inevitabilidade histórica fundada na primazia das forças produtivas, sem outra regulação a não ser as vontades concorrentes dos produtores individuais. (p. 68)

Por atuar e se desenvolver no exercício do discurso, da pergunta e da informação o jornalista é um “contemporâneo” do poder, porque informação e discurso são poderes; o jornalista transita entre a prestação do serviço de informação à sociedade e o deslumbramento diante do poder que rege essa sociedade, um poder sempre repleto de glamour, fonte de informações e de notícias. Daí ter se tornado comum o jornalista se confundir com a sua própria fonte e perguntar não o que interessa ao leitor, ouvinte, telespectador, mas, sim, à fonte responder, somente aquilo sobre o qual ela se dispõe a falar, muita das vezes negociando a própria exclusividade do dizer.

Para fugir a esse “martelamento” da mídia ou das interpretações “hostis” dos jornalistas, Bourdieu, na seqüência do texto da citação anterior, defende ser necessário criar outras formas de comunicação:

É preciso inventar novas formas de comunicação entre os pesquisadores e os militantes, ou seja, uma nova divisão do trabalho entre eles. Uma das missões que os pesquisadores podem cumprir, talvez melhor que ninguém, é a luta contra o “martelamento” da mídia. Ouvimos, durante dias inteiros, frases feitas. Não se pode mais ligar o rádio sem ouvir falar de “aldeia planetária”, de “mundialização”, etc. São palavras que parecem inocentes, mas através das quais passa toda uma filosofia, toda uma visão do mundo, que gera o fatalismo e a submissão. Pode-se enfrentar este martelamento criticando as palavras, ajudando os não-profissionais a se municiarem de armas de resistência específicas, para combater os efeitos de autoridade, o domínio da televisão, que desempenha um papel absolutamente capital. Hoje, não é mais possível conduzir lutas sociais sem dispor de programas de luta específica com e contra a televisão. (p. 77)

Borges (2003) observa as conseqüências deste procedimento da imprensa, na análise que faz sobre a presença da discussão das cotas para os negro(a)s:

Articulando e distribuindo o saber (informações) sobre o tema, a imprensa brasileira se converte neste e em outros casos como um grande território social comum, compartilhado em grande escala, planificando os horizontes simbólicos de seus (suas) leitores (as). Ao fazer isso, ela engendra um discurso que se pretende universal sobre as desigualdades raciais no Brasil, aciona sentidos já cristalizados, inviabiliza posturas e posições diferenciadas das que comumente noticiam e se apóiam e, conseqüentemente, silencia a proliferação de outros. (p. 252)

Ou seja, o jornal que “não é o monólogo, é a discussão”, dialógico pela sua própria natureza, “grande território social comum”, atua em muitos casos “planificando os horizontes simbólicos de seus (suas) leitores (as)” e “inviabiliza posturas e posições diferenciadas das que comumente noticia” – o jornal “silencia”. O discurso jornalístico, portanto, em muitos casos, quase que oculta as diferenças, querendo nos fazer crer que a

diversidade presente na vida, a cada segundo, possa ser padronizada, como o é a sua linguagem, “transfronteira”, que se capta e percebe-se como tal em qualquer idioma. É a morte do narrador anunciada por Benjamin (1985).

A linguagem jornalística, assim, se torna prisioneira de um só “jeito de contar” à sociedade o que já passou e o que vai passar; e o que acaba passando/acontecendo, no aqui e agora, corre sempre o risco de permanecer inédito, oculto, ou não visto, invisível, ou mesmo silenciado pelos interesses políticos e econômicos que editam as publicações que levam a informação à sociedade (como nos casos já citados das manifestações pelas Diretas e dos negros e índios na imprensa da virada para o século XX).

Mesmo que um acontecimento seja vivenciado por uma comunidade representativa da sociedade ele pode não interessar à pauta do jornal e ao seu noticiário, caso assim o determine a linha editorial da casa, a voz do dono da voz. Retomando Mariani (1998), o discurso jornalístico apaga/silencia falas e práticas divergentes ou antagônicas aos discursos dominantes. Para Bourdieu (2000:78) “é capital saber que uma parte enorme do que podemos dizer ou fazer será filtrado, isto é, muitas vezes aniquilado, por aquilo que os jornalistas dirão”.

Lage (2003:19) nos diz que “É erro crasso exagerar o papel do jornalismo como ditador da opinião pública”. Mas também será tão crasso o erro de não considerar a possibilidade dele enquanto tal, mesmo que relativizando esse papel. Há “ditadores” da opinião pública; o jornalismo é um deles. Lembrando Adorno e Horkheimer, o discurso jornalístico e a mídia são constituintes da “indústria cultural” e o seu papel é “levar a notícia com o menor dano” (1985:7). Ou maior, se for esse o interesse. Mas é visível e inegável que os meios de difusão da notícia – *mass media* – têm hoje papel central na sociedade e o que publicam, o que editam, pode mudar o hoje e o ontem, e quem sabe até que ponto o amanhã, planificando os horizontes.

Não fossem essas “irrupções dos acontecimentos” (Mariani, 1998), muitas coisas não seriam conhecidas. Realidades tantas vezes surpreendentes são reveladas a partir de

fatos inesperados, como o pós-maremoto na Ásia (“tsunami”) e de como ele afetou com mais intensidade os países e as populações mais pobres da região; ou a fratricida luta interna no Haiti, uma enorme tragédia social, política, cultural e econômica de nossa época, que passou a ser notícia quase todos os dias nos jornais. No Brasil, em 1973, a notícia sobre a manipulação dos índices de inflação pelo governo, fraude descoberta pelo Dieese e que provocou mais perdas ainda para os assalariados, em plena ditadura militar, ecoou como um grito. Não fossem essas “irrupções”, não ficaríamos sabendo sobre esses países, suas dores, suas carências, suas precariedades. É como a África atual: é notícia por causa da epidemia do vírus da aids e pela enorme pobreza. É o que se conhece do continente africano – doença e miséria, embora lá haja também cientistas, escritores, produções culturais etc.

É compreendendo e esmiuçando os interesses que estão por detrás do que é publicado e difundido pela mídia que poderemos, afinal, responder à pergunta formulada por Foucault (1970):

Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (p. 8)

III

Memórias de jornal

1. Enfim, os jornais viram empresas – o caso do *Jornal do Brasil*

Eu vim trazer, eu vim mostrar

Novo jornal, novo sorriso

(*Durango Kid*, canção de F. Brant e M. Nascimento)

(...) e a imprensa nasceu fazendo oposição.

(Scliar, 1996, p. 78)

O jornalismo é, como já dito, tardio no Brasil. Certamente, a proibição imposta pela Corte portuguesa a que no Brasil Colônia se desenvolvessem a indústria, a universidade e a imprensa projetou sobre a vida do país repercussões das quais ele demoraria a se libertar, mesmo quando já republicano. A virada para o século XX é um momento de afirmação da República brasileira, vencidos os últimos embates contra a restauração da monarquia. O Brasil entra no século XX plenamente integrado ao sistema de poder mundial, como nação de importância secundária, embora com sua dimensão continental. O café era seu principal produto e a economia cafeeira sua principal base econômica.

A burguesia, agora, sim, não tinha mais dúvidas de que retomara o poder, passado longínquo que era o período florianista, dos jacobinos e positivistas da primeira fase da república brasileira. Os mesmos cafeicultores e escravocratas que já mandavam no país, na monarquia, voltavam ao poder, sob a insígnia do “café com leite”, sem o monarca que dizia não gostar da política; e em uma democracia extremamente restritiva e reservada até mesmo entre as elites.

O povo – os “capoeiras”, os “desordeiros”, os “mulatos”, os de “cor parda”, os “de cor negra” – conforme o relato das páginas do *Jornal do Brasil*, cumpria apenas o papel de garantir a eleição do “doutô”, com suas navalhas, intimidando os poucos eleitos ao direito

do voto, pois voto mesmo o povo não tinha. De uma população em torno de 17 milhões, em todo país, havia não mais que 300 mil eleitores, se tanto⁴. Prudente de Moraes, que sucedeu Floriano, no primeiro governo autenticamente civil da república brasileira, em 1894, seria apenas o primeiro paulista... Os tempos heróicos da jovem República, no Brasil, no Governo Provisório, jacobino, sob forte influência das idéias de Benjamin Constant, e ao mesmo tempo liberal, com Rui Barbosa, e mais intelectuais republicanos como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, ocupando ministérios no governo, tinham ficado para trás. Floriano Peixoto assumiu, contribuindo para a consolidação do regime no país, afastando qualquer possibilidade de restauração da monarquia, mas cumpriu esse papel sob uma ditadura que fechou o Congresso, aboliu as liberdades civis, com censura à imprensa e fechamento de jornais, e enfrentou uma revolta militar. Essa República acabaria de volta às mãos da burguesia paulista. Sem projeto para o país, uma característica herdada do período monárquico, a burguesia brasileira, gananciosa, amante de Paris e Londres, reassumiria o poder com Prudente de Moraes, e depois dele Campos Sales, Rodrigues Alves... Todos paulistas.

O Brasil, em 1901, estava às vésperas da eleição do governo Rodrigues Alves, que seria agente de transformações de toda ordem. Buscava-se tanto a modernização da então capital da República, com a reforma urbana, o combate às epidemias e a restauração da credibilidade financeira do Brasil, no âmbito internacional; quanto o exercício de políticas públicas que se tornaram possíveis, com a reestruturação das finanças. Campos Sales renegociou a dívida externa do país, basicamente com os principais banqueiros da vida brasileira, da monarquia à primeira república, os Rothschild, e manteve o controle dos gastos governamentais por quase uma década, iniciada por ele próprio quando ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, e prosseguida por Joaquim Murinho, que ele nomeou para a Fazenda quando foi eleito presidente da República, em 1898, sucedendo a Prudente. Controle dos gastos públicos e renegociação da dívida externa foram pilares do grande salto para a “modernização autoritária”, como a denomina Sevckenko (1998), retratando o

⁴ Dados do IBGE, disponíveis no Portal www.ibge.gov.br. Em 1900, a população brasileira era de 17.438.434 habitantes, sendo 8.900.526 homens e 8.537.908 mulheres. Não há dados sobre o número oficial de eleitores. Mas, nas eleições de 1910, o *Jornal do Brasil* informa em sua primeira página do dia três de março de 1910, “que até o momento de entrar a nossa folha para a impressão era o seguinte o resultado conhecido da eleição”: 216.892 votos para Hermes da Fonseca e 116.570 para Rui Barbosa.

período do “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos e toda a transformação que passa a cidade do Rio de Janeiro, metrópole e capital do país, nas duas primeiras décadas do século XX, a partir do governo Rodrigues Alves. O país voltara a obter créditos no mercado internacional e havia arrumado as suas finanças internas. Era hora de investir.

Autoritária, pois foi uma modernização que excluiu o povo, que acabou dependurado nos morros ou espalhado na periferia da cidade, ocupando espaços que a modernização até então não tocara. Na virada para o século XX morria-se no Rio de febre amarela e peste bubônica. Quase que diariamente, os jornais noticiavam a peste bubônica, não só no Brasil, mas, também na Argentina. “Soube-se de mais duas vítimas da bubônica, em São Paulo”, noticiava a edição do dia cinco de janeiro de 1901. O *Jornal do Brasil* publicava uma coluna da Associação contra a Tuberculose, com donativos e promoções para angariar fundos e prestar assistência aos doentes.

Sinal dos tempos que trariam para o centro das atenções da sociedade brasileira o sanitarista Oswaldo Cruz (Scliar, 1996), que munido da carta branca que lhe fora entregue pelo presidente da República, Rodrigues Alves, empreendeu um dos mais notáveis trabalhos da história da saúde pública, na época combatido pelos jornais e gerador de elevadas tensões sociais que eclodiriam na Revolta da Vacina, onde, talvez, menos em oposição à vacina e mais à forma autoritária como ela foi imposta pelo governo, a população foi às ruas manifestar sua rebeldia diante daquela imposição.

Com a reafirmação da hegemonia do capital financeiro-industrial paulista, a partir da “burguesia cafeeira”, como nos diz Silva (1976) – uma burguesia já, desde então, intimamente relacionada, quando não associada ao capital internacional, tendo à frente os capitais ingleses – a economia brasileira retomou o crescimento e a expansão de suas atividades, gerando condições objetivas para que a imprensa se transformasse também em um negócio, envolvendo lucro e mercado, modernizando e profissionalizando sua gestão e o seu produto.

O *Jornal do Brasil*, no Rio, e o *Estado de S. Paulo*, em São Paulo, surgido com o nome de *A Província de S. Paulo*, nos idos anos 60, do século XIX, defendendo as idéias republicanas (Toledo, 2004), ao contrário do primeiro, monarquista, em seu nascedouro (Ferreira, 1984), são exemplos dessa imprensa brasileira que, na virada para o século XX, ganha cores e tónus de empresas capitalistas. Mas ainda era um capitalismo incipiente, este que a burguesia cafeeira proporcionava à economia do país.

O próprio *Jornal do Brasil* seria também exemplo das dificuldades de sobrevivência de uma empresa jornalística capitalista, aqui, pois a dívida contraída pela Mendes & Cia. para os investimentos no jornal, em especial, a nova sede, ao que parece, a partir de determinado momento tornou-se fonte de desequilíbrio da situação econômica e financeira da empresa, até que os irmãos perdessem a propriedade da sede e do título do jornal para Ernesto Pereira Carneiro, em 1924, que era dono de uma companhia comercial marítima e a quem tomaram empréstimos. Esta é uma passagem polêmica na história da imprensa do Brasil. Candido Mendes, na entrevista (Anexo I), conta o seguinte:

A polêmica era de se saber se efetivamente na garantia estava entregue também o título, ou não, porque meus avós estavam absolutamente tranqüilos de que na pior das hipóteses eles perderiam o imóvel, como garantia hipotecária; mas o outro lado já tinha o título também na hipoteca...Ou seja, um impasse. Meu pai contava que meu avô foi lá de manhã e encontrou as fechaduras trocadas. Houve uma imposição, quase que de força, de uma situação de desocupação pelo Mendes de Almeida da administração e começou uma das pendengas judiciais mais demoradas da história do Brasil. (...) Foi uma pendenga longa e toda ela resultante de que a minha família se endividou demais para construir aquele prédio. É uma história ao mesmo tempo bonita e angustiante de uma época.

Os ideais do espírito empreendedor e capitalista com que os irmãos Mendes de Almeida administraram o *Jornal do Brasil* caíram por terra, 30 anos depois de a Mendes & Cia. assumir o jornal, levando-o a se tornar um dos maiores e mais populares jornais do país, tendo já atravessado dois séculos até os dias de hoje. Na ausência de um mercado acionário e de capitais vigorosos, os irmãos Mendes de Almeida tomam empréstimos em

uma empresa comercial e, por fim, não conseguem liquidar a dívida e perdem o jornal. Independentemente da polêmica sobre se o título estava ou não na garantia hipotecária do empréstimo, há uma realidade mesma que são as condições objetivas do capitalismo brasileiro, na primeira República. Talvez, esse incipiente e frágil capitalismo que caracteriza a economia nacional, por toda essa época e, em especial, na virada do século, foco dessa dissertação, reflita bem mais a ausência de um projeto para o país por parte da burguesia e das elites brasileiras. Essa mesma burguesia que não fizera a República e nem lutara pela monarquia; e que, certamente, tinha muitas divisões de pensamento a respeito do que seria uma república.

Em 19 de janeiro de 1901, por exemplo, o *Jornal do Brasil* noticiaria uma “consulta aos diretórios” pelo Partido Republicano de São Paulo, antecipando “a previsão que membros dele deverão romper e fundar um grande partido oposicionista, chefiado pelo dr. Prudente de Moraes”. Essa ausência de capitalismo pareceria crônica ao pensamento econômico e social não só brasileiro, mas latinoamericano, até que Celso Furtado (1957) – numa época em que estudiosos começavam a analisar a realidade local, a partir de outra perspectiva teórica e intelectual que não mais a européia, desenvolvendo ferramentas próprias também de análise – percebesse que o que havia de crônico no processo econômico brasileiro e da região era o fato de sermos um capitalismo de periferia, dependente do centro como, depois de Furtado, Cardoso e Faletto (2000) constatariam:

A situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de funções ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. (...)

Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve

início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (p. 507)

O Brasil que entra o século XX, portanto, não tem ainda uma imprensa capitalista e, portanto, de massas. A tiragem dos jornais brasileiros é pequena mediante os números já milionários que rodavam por mês na Europa e nos Estados Unidos, até porque a imprensa, fazer jornal, ainda não era um objetivo claramente definido como meta empresarial capitalista. Os jornais brasileiros ainda carregam o ranço de uma origem vinculada apenas à propagação de idéias políticas ou de interesses muito específicos, particularistas, como os do comércio (Sodré, 1966). E artesanais, como se deduz das observações do mesmo Sodré, a respeito da passagem para o século:

A passagem do século assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores.

Essa transição (...) está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. (p. 15)

É interessante observar que nas pesquisas que tratam do processo de desenvolvimento econômico das empresas capitalistas no Brasil, não há a presença de jornais. No amplo levantamento feito por Levy (1994), sobre o aparecimento da indústria no Rio de Janeiro, entre as poucas referências à imprensa há a citação dos jornais *O Globo* (o primeiro) e *O País*, como propriedades do conselheiro e financista milionário Francisco de Paula Mayrink. O mesmo se dá em Bonelli (1996).

Mas as empresas jornalísticas surgiam na virada do século, muitas desaparecendo dos registros de hoje, como é o caso de um jornal chamado *O Dia*, que nada tem a ver com o jornal que conhecemos hoje por este título, no Rio de Janeiro. A este primeiro *O Dia* não é feita qualquer referência, por exemplo, no verbete que com este nome consta no Dicionário Histórico-Biográfico (CPDOC/FGV, 1984), um amplo levantamento histórico e biográfico que trata também dos jornais brasileiros. Mas através de uma nota publicada na edição do dia primeiro de janeiro de 1901, na página dois do *Jornal do Brasil*, ficamos sabendo que, naquele dia, estava sendo lançado *O Dia*, “um novo jornal, repleto de informações e munido de todos os elementos necessários ao jornalismo moderno, especialmente a estética agradável”.

Diz a nota ainda que “não é um jornal neutro, é republicano”, citando o jornalista Cunha e Costa “e seus *suelos* em francês e espanhol”, o sucesso da festa de lançamento e o maquinário do novo jornal – “a máquina é do autor Marinom, rotativa, singela, com motor de oito cavalos”. Os “*suelos*” a que se refere a nota eram pequenos comentários, alguns até mesmo em tom sarcástico. Mendes de Almeida, na entrevista (Anexo I), diz que os “*suelos*” não são editoriais, mas “são um pouco aquilo que o Bastos Tigre depois retomaria em ‘pingos e respingos’: a anotação rápida e marcada do fato, do fenômeno, da intriga do dia”.

A imprensa que atravessa o século XX no Brasil não é, ainda, uma empresa capitalista, na acepção moderna, mas já não é também somente aquela velha empresa individual, artesanal. As formas de gestão e organização empresarial ainda eram embrionariamente capitalistas. Mas as preocupações com novas formas de apresentação gráfica e do texto jornalístico para alcançar maior público, oferecendo novos serviços, como os anúncios publicados na forma que mais tarde consagraria o *Jornal do Brasil*, como o pioneiro dos “anúncios classificados” – “precisa-se...” –, mais as notícias populares, como até então não se fazia, além da charge que passara a publicar desde 1898, sempre à primeira página, como um editorial, uma opinião sobre um assunto do dia – toda essa combinação de ofertas e de novas características jornalísticas começava a mostrar os seus primeiros resultados.

É também na virada do século que o jornal começa a ser identificado pelos concorrentes, com desprezo, diga-se de passagem, como “o popularíssimo”. Havia, segundo Candido Mendes na entrevista citada (Anexo I), “uma tríplice inovação”: a busca de um público, a modernidade tecnológica que viria com os novos equipamentos para a nova sede, ainda na primeira década do novo século, e, ligada à primeira das inovações por ele apontada, “uma primeira visão dessa sociedade que sai do ceticismo imperial”, isto é, uma sociedade em busca de sua própria modernidade e modernização.

O *Jornal do Brasil* é um exemplo dessa época. Ele vira o século lançando as bases empresariais que o irão transformar em um dos mais populares jornais do período, o mais moderno, cuja sede vai ser o primeiro arranha-céu do país, na Avenida Central, símbolo da chegada da modernidade à capital da república, uma coqueluche para as elites da época. É por isso um pioneiro na transformação dos jornais em empresas capitalistas, provavelmente o primeiro cujos donos arregaçaram as mangas e se prepararam para atuar em um mercado que exigia cada vez mais profissionalização, em uma economia que começava a ganhar tônus e musculatura e a se complexificar.

A imprensa tardia no país buscava acelerar o passo, recuperar o tempo perdido, definindo objetivos, alvos e lucros a serem conquistados e uma estratégia discursiva como instrumento e meio para essa conquista. Estava em pleno curso e desenvolvimento, portanto, a visão que mais adiante se tornaria predominante, de uma imprensa moderna e contemporânea dos avanços tecnológicos de sua época, capaz de incorporar diversidades de discursos e atender interesses e demandas cada vez mais presentes e diversificadas na sociedade, através de um produto chamado jornal.

No Rio de Janeiro, capital do país e sua principal metrópole, como em São Paulo, então, cada vez mais importante, já existiam jornais com penetração junto ao público. Mas poucos como o *Jornal do Brasil* investiram tanto na modernização, tanto da empresa quanto da linguagem. O chamado discurso jornalístico era um dom em construção nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901. Lendo-as, percebe-se que o jornal que começou o

novo século (ver Anexo de Imagens) não era mais o mesmo que o findou. Mudanças substantivas em busca da notícia já haviam ocorrido, e a própria primeira página do jornal mudara, senão de apresentação gráfica, mas, com certeza, de conteúdo.

Era o Rio de Janeiro, afinal, capital dos acontecimentos, da moda e o centro nervoso do país, e – por que não? – centro produtor de uma nova linguagem. O que acontecia no Rio, atraía os olhares de todo o país. Costa e Schwarcz (2000:52) contam que, na virada para o século XX, as principais notícias dos jornais de São Paulo eram os eventos cariocas, “como se o espaço da festa fosse ainda uma propriedade da capital”.

No Rio, por exemplo, havia *O País*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, entre os principais. Mas eram todos ainda portadores de um discurso extremamente literário, embora publicassem charges, ilustrações e anúncios; e suas formas de gestão e administração ainda espelhavam bem mais as velhas formas gerenciais da economia do período monárquico.

Não é à toa que será o *Jornal do Brasil* o mais moderno jornal do país, na primeira década do novo século, com suas novas máquinas e sua bela e pioneira sede, ao mesmo tempo em que um dos mais populares jornais, aliás, como dito, *o popularíssimo*, pelos anúncios e notícias populares. Era o único jornal a publicar uma coluna chamada “Queixas do povo”⁵. Na edição da tarde do dia 30 de janeiro de 1901, esta coluna noticiaria carta de leitores informando de “um caso suspeito de peste bubônica na rua Felipe Camarão, em Vila Isabel”, da “falta d’água no Caju” e dos “efeitos do temporal no Engenho Novo”.

Candido Mendes, na entrevista (Anexo I), aponta o que seriam as principais diferenças do jornal de seus avós com as demais folhas da época. Diz ele:

⁵ Na década de 80, do século passado, esta coluna do jornal seria o foco de um projeto de estudos sobre a cidadania, no Rio de Janeiro, por parte do pesquisador Eduardo Silva, no âmbito do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa Rui Barbosa, cujos resultados foram publicados no livro “As queixas do povo” (ver referências bibliográficas).

A *Gazeta* e o *País* eram jornais tipicamente político-partidários, vinculados ostensivamente às lutas presidenciais e às facções da República do “café com leite”. O outro é um jornal mais dedicado à contemporaneidade da informação, se assim pudesse dizer, e há uma certa distância do fato político, como era o *Jornal do Commercio*, frente ao que era efetivamente a *Gazeta*, o *País* e depois *O Imparcial*, dentro da mesma seqüência. O *Jornal do Commercio* seria o jornal da cultura letrada, muito mais do que da informação. Com a informação dessa modernidade vem o terceiro momento do *Jornal do Brasil*, na mão de meus avós.

Dos três jornais citados acima, os dois primeiros desapareceriam nas décadas seguintes, a *Gazeta*, inclusive, de forma trágica para um jornal, após sucessivas mudanças de sua linha editorial e de seus donos, tornando-se, em seus últimos dias, um jornal que publicava somente notícias sobre crimes e que pouco a pouco foi perdendo público para seus concorrentes, até deixar de circular. Já o *Jornal do Commercio* existe até hoje, com sua espaçosa sede encostada ao Morro da Providência, na rua do Livramento, mas a inovação tecnológica e da linguagem não eram suas características, na virada para o século XX.

Nesta virada, Londres e Paris já contavam com modernos jornais cujas tiragens alcançavam o primeiro milhão. Nos EUA, a tiragem mensal de todos os jornais passava dos 180 milhões, segundo Hobsbawm (2002). O historiador inglês chama a atenção para o fato de ser através dos jornais que se difundiam os novos produtos de consumo criados pela revolução industrial-tecnológica, com o surgimento da publicidade impulsionando a venda das novas indústrias, canalizando a poupança gerada nos países ricos na última década do século, no processo de retomada da expansão da economia que trouxe benefícios, inclusive, para os trabalhadores da Europa e da América do Norte.

Esta febre publicitária também aconteceria no Brasil, com ênfases e períodos diferenciados. Mas só que, aqui, uma mídia alcançará um público muito maior do que os jornais de então, por inúmeras razões (o analfabetismo, prioritariamente): as propagandas no interior dos modernos bondes elétricos. Estávamos em um período áureo, entre a o fim da Grande Depressão (1870-90) e o desmoronamento que a Primeira Guerra Mundial

produziria, com o ruir dos velhos impérios da Europa, uma reviravolta no poder e na geopolítica mundial que na virada do século, entre as luzes e as celebrações, ninguém ousava prever. A imprensa, segundo Schorske (2000), era junto com o teatro a grande vedete da capital do Império Habsburgo, do chamado mundo da cultura – a sociedade vienense. O poder de fogo dessa imprensa, não passou despercebido ao historiador.

O crime da imprensa era deformar a pura função referencial da linguagem na reportagem factual com as cores pessoais dos jornalistas. A arte, ou melhor, a arteirice no jornalismo era o meio pelo qual a elite do poder e seus criados jornalísticos manipulavam o público. O método de Krauss para redimir a palavra da corrupção estética da imprensa era a análise crítica cerrada de determinadas matérias jornalísticas. Ele sabia como fazer a linguagem distorcida do noticiário revelar a sua verdade profunda factual e ética que expunha o abuso a que fora submetida. (p.186)

Por esse texto de Schorske podemos concluir, com pouca possibilidade de engano, que Karl Krauss denunciava e expunha o que seria uma “oculta” manipulação dos sentidos através dos textos jornalísticos, das matérias com “as cores pessoais dos jornalistas”, ou com a “linguagem distorcida”, cuja “verdade profunda, factual e ética” ele sabia “revelar”. Bourdieu (1998), um século depois de Krauss, irá também denunciar as “cumplicidades passivas” da imprensa com o poder, ou as interpretações “deformadas” quando não “hostis” dos jornalistas que muitas das vezes “interceptam” e impedem a informação e o conhecimento de chegarem ao público em sua integralidade factual e conceitual.

No discurso do *Jornal do Brasil* de 1901, como se verá adiante, há muitas ausências e silêncios (negros, índios e mulheres) e muitas associações possíveis de se fazer com negros e mulheres, por exemplo, aparecendo no noticiário do jornal quase sempre como ladrões, criminoso(a)s, arruaceiro(a)s e prostitutas. Na edição do dia três de janeiro, por exemplo, na página dois, uma nota informa sobre um roubo em uma residência, acrescentando que “A polícia não deu pela coisa, porque estava apurando a moral das mulheres de vida fácil”. Logo a seguir, sob o título “Briga de mulheres”, trata da detenção de mulheres, “amigas”, que acabam brigando, na Praça XV. Discursos que, relembrando

Baczko (1985), “fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, os imaginários sociais”.

Mas Hobsbawm tem olhares diferenciados para esta imprensa que brilha na Viena imperial que chega ao século XX. Para ele, ela teve uma importância menor, especialmente em relação ao que ele considera “mercado de massas”, por se basear em um meio antiquado: a palavra impressa.

(...) a verdadeira arte da revolução tecnológica, baseada no mercado de massas, desenvolvia-se com rapidez sem precedentes. Dois desses veículos tecnológico-econômicos ainda tinham uma importância menor: a difusão mecânica do som e a imprensa. O impacto do fonógrafo era limitado pelo custo (...). O impacto da imprensa era limitado por se basear na antiquada palavra impressa. Seu conteúdo era dividido em porções pequenas e independentes para um tipo de leitor de menor nível cultural e menos disposto a se concentrar que as sólidas elites de classe média, que liam *The Times*, o *Journal des Débats* e o *Neue Freie Presse*, mas nada mais. (p.331)

Suas inovações visuais – cabeçalhos em caixa alta, *lay-out* da página, mistura de texto e imagens e especialmente a apresentação da publicidade – eram plenamente revolucionárias (...); mas talvez as únicas formas de comunicação genuinamente inovadoras que a imprensa renovou foram os desenhos (*cartoons*), inclusive as primeiras versões das modernas tiras (...). A imprensa de massa, que começou a alcançar tiragens que totalizavam um milhão de exemplares ou mais nos anos 1890, transformou as condições da impressão, mas não seu conteúdo (...). Ademais, em princípio não havia nada de novo na atividade dos jornais e revistas. (p.331)

O desenvolvimento tardio da imprensa no Brasil teve, certamente, conseqüências de todo tipo, dos fundamentos aos métodos de gestão e – por que não? – ao discurso, linguagem, concepção, soluções gráficas, impressão, divisão de trabalho etc. Se Hobsbawm reclama da falta de novidade na imprensa que demarcaria paradigmas mundiais – a imprensa escrita européia e a estadunidense – imaginemos o Brasil, onde o primeiro jornalista a peitar a Corte portuguesa, João Soares Lisboa, editor do *Correio do*

Rio de Janeiro (Leite, 2000), que circulou entre 1822 e 1824, morreu enforcado, após lutar ao lado de Frei Caneca e outros mártires brasileiros na republicana Confederação do Equador, em 1824.

Na Europa desse mesmo período do primeiro reinado brasileiro já se publicavam jornais operários, como o *L'Atelier* (Touchard, 1970). Antes disso, no ano em que João Soares Lisboa morreu enforcado a atividade jornalística fervilhava em algumas capitais européias. Benjamin (1994) conta sobre as novidades na imprensa parisiense, entre elas, uma faria muito sucesso na segunda metade do século XIX, no Brasil, especialmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo: os folhetins literários. Escreveu ele:

Durante um século e meio, a atividade literária cotidiana se movera em torno dos periódicos. Por volta de 1830, as belas-letas lograram um mercado nos diários. As alterações trazidas para a imprensa pela Revolução de Julho se resumem na introdução do folhetim. (p.23)

No Brasil, da virada do século, a imprensa nem era uma “vedete da sociedade”, conforme nos diz Schorske, referindo-se a Viena – mas queria sê-la; nem era algo que não contivesse alguma novidade, como no olhar de Hobsbawm para a imprensa européia. As tiragens eram bem mais modestas, alguma coisa próxima a 10 mil exemplares diários, no caso do *Jornal do Brasil*, diferentemente dos jornais europeus que, segundo Benjamin (1994), já somavam dezenas de milhares, só de assinantes: “Em 1824, havia em Paris 47 mil assinantes de jornal; em 1836, eram 70 mil, e em 1846, 200 mil” (p. 23).

Mas a lógica do lucro que já predominava em praticamente todos os segmentos da economia brasileira, e se modernizava em alguns setores de ponta, como a indústria e os negócios financeiros, agora chegava à imprensa. A partir de agora, criar um jornal passaria cada vez mais a exigir capital, um mercado e um público alvo, este último um desafio paradoxal, visto a grande massa da população ser analfabeta. Lins (1991), na reconstituição da obra e das memórias do jornalista e crítico de artes plásticas Gonzaga Duque, que vive essa época da virada do século, afirma que:

A lógica da mercadoria organiza a nova ordem. Se, como diz Rocha Pombo, e Gonzaga Duque coloca em seu diário “esta terra até hoje tem sido exclusivamente um trapiche, com maior ou menor estoque de mercadorias”, agora o ritmo se intensifica, provocando oscilações sociais e econômicas que geram insegurança entre a intelectualidade. Para se protegerem, escritores e artistas começam a procurar o jornalismo, o funcionalismo ou a política. Ou ainda, a entrada para a Academia, já que o analfabetismo da população impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial. (p. 38)

Nesse trabalho, Vera Lins reconstrói parte do que seria o clima daquele Rio de Janeiro da *belle époque*. A cidade dos bares e cafés onde a “espuma dos chopes, em meio a paredes de espelho, mesinhas de tampo de mármore, cadeiras Thonet” atraíam a elite pensante e os artistas de todos os gêneros, da poesia à música e ao teatro.

Rio de Janeiro, 1900. Os cafés do centro borbulham de homens impecáveis, elegantes, de chapéu, bigode e *pince-nez*. São intelectuais, poetas e pintores que falam, se agitam, discutem (...). (p. 38)

Mas na entrada do século o Rio era ainda mais parisiense. A Exposição de Paris, em 1900, havia sido uma festa mundial, com a presença de futuros ilustres brasileiros, como Santos Dumont, Pereira Passos, André Rebouças, Paulo de Frontin, Lauro Sodré, todos, à exceção do aviador, tendo retornado ao país com a cabeça cheia das idéias da Cidade da Luz e da modernidade urbana dos traçados do barão Haussmann, prefeito todo poderoso da Paris sob Napoleão III. É essa modernidade européia e, mais exatamente, parisiense que se vai estabelecer e se implantar no Rio de Janeiro, “sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais” (Sevcenko, 1998).

O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as

disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. (p. 522)

Vivia-se a “era das certezas”, cunhada por Hobsbawm (1988) e assumida por Costa e Schwarcz (2000), que escrevem: “Se a chegada de um novo século sempre fez sonhar, talvez tenha sido o final do século XIX o que melhor concretizou este tipo de utopia”.

O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações. (p. 12)

Um mundo cujas certezas e sonhos só viriam desmoronar com a Primeira Guerra, em 1914. A entrada no XX é uma época de luz, resplendor, era da velocidade, dos pioneiros vôos de Santos Dumont, os automóveis, os novos transportes públicos, como o metrô de Paris, os bondes elétricos, as luzes das cidades, uma sucessão irrefreável de avanços, inventos e conquistas. “*Catch me who can*”, dizia slogan da época (Costa e Schwarcz, 2000). O ano de 1901 marca, no Brasil, a circulação do primeiro carro. Seu dono e motorista, um jornalista: José do Patrocínio. Esta é também a época dos primeiros gramofones, do barbeador, do primeiro Prêmio Nobel, da máquina de escrever elétrica e da chegada dos bondes movidos à eletricidade, que tantas desconfianças provocara. Sevcenko (1998) registra as memórias de Oswald de Andrade e os temores sobre a chegada do bonde elétrico, na São Paulo de 1900:

Anunciou-se que São Paulo ia ter bondes elétricos (...) Como seriam os novos bondes que andavam magicamente (...)? Eu tinha notícia pelo pretinho Lázaro, filho da cozinheira de minha tia, vinda do Rio, que era muito perigoso esse negócio de eletricidade. Quem pusesse os pés nos trilhos ficava ali grudado e seria esmagado fatalmente pelo bonde. Precisava pular (...). (p. 546)

A virada do século marca também a primeira partida de futebol no Rio de Janeiro, exatamente em 1901, seis anos após chegar ao país Charles Miller, o inglês que nos trouxe o jogo da bola; 1901, quando é criado o primeiro clube de futebol, o *Rio Football Club*, conforme Costa e Schwarcz (2000). Três anos depois surge o Botafogo, que se tornaria conhecido como *O Glorioso* (Pepe e Miranda, 1996), no mesmo ano de 1904, das inaugurações de algumas das obras que mudariam o perfil e o perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, na “modernização autoritária” assinalada por Sevckenko da capital.

Em tom de ensaio, como ainda era dominante na linguagem dos jornais da época, o *Jornal do Brasil* se despede do século XIX em sua edição de 31 de dezembro de 1900, reafirmando “as conquistas do direito (...) A sociedade saiu de uma existência de modorra para desenvolver-se. Os povos deixaram a sua posição de passividade para entrar em uma época de atividade, de que não há exemplo na história”. Este balanço do chamado Século das Luzes foi feito praticamente por todos os jornais. Alguns, com exageros os mais curiosos, como no caso de *O Estado de S. Paulo*, cujo redator, certamente impregnado pelo positivismo da época e empolgado pelas conquistas científicas e tecnológicas, escreveu a seguinte pérola:

(...) A ciência de curar já não anda às tontas, ou amparada na muleta rude do empirismo. Os homens ainda morrem, mas morrem em muito menor quantidade do que morriam (...). (Costa e Schwarcz, 2000, p. 58)

É uma época extremamente rica e de múltiplos avanços na ciência, nas tecnologias e no conhecimento. Em 1900, por exemplo, é publicado o livro de Freud, *A interpretação dos sonhos*. O mundo entrava em um novo século tomado de novidades, perplexidades e descobertas, mas também com ausências de personalidades que anteviram algumas dessas novidades e anteciparam o fim de velhas crenças. No último ano do século XIX morrem Nietzsche, Oscar Wilde e Eça de Queiroz.

Em janeiro de 1901, após longa enfermidade, conforme notas do *Jornal do Brasil*, morre o maestro e compositor Giuseppe Verdi. Sua morte não teve a mesma repercussão,

nas páginas do jornal, que a da rainha Vitória, que se manteve no noticiário por muitos e muitos dias. A edição da tarde de 25 de janeiro traz o registro de que Verdi está doente, e no dia seguinte o jornal publica, na página dois, junto aos telegramas, a informação em três linhas de que o músico está em “estado desesperador”. Conclui o texto: “No quarto onde se encontra Verdi reina silêncio sepulcral”. Verdi morreria dois dias depois, justamente as edições que faltam no acervo disponível na Biblioteca Nacional, em microfilme, na seção periódicos, por estarem ilegíveis as respectivas páginas. Nas edições da tarde de março de 1901 do *Jornal do Brasil*, nada se encontrou da memória ou lembrança de Verdi.

Dos últimos representantes daquele jornalismo voluntário e artesanal que fez história no país, desde Hipólito da Costa, João Soares Lisboa e José Bonifácio, os jornais de Rui Barbosa e José do Patrocínio deixaram de circular exatamente na virada do século. *A Imprensa*, de Rui, lançado em 1898, fecha suas portas em 1901, coincidentemente mesmo ano da morte de Rodolfo Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*, substituído no cargo de redator-chefe pelo mesmo Rui que, já no governo Prudente de Moraes, participaria das negociações, em 1894, para a reabertura do jornal e o seu repasse para os irmãos Fernando e Candido Mendes de Almeida. A edição da tarde do dia 19 de janeiro de 1901 do *Jornal do Brasil* noticiaria o desfecho de *A Imprensa*, de Rui, concluindo com o seguinte comentário: “todos lamentam a decisão inesperada de abandonar o campo de luta nesse momento”. É de supor que a expressão “abandonar o campo de luta” exprima também uma acusação e uma crítica, bem mais do que um lamento...

Um ano depois da morte do jornal de Rui, é a *Cidade do Rio*, fundado por Patrocínio, em 1887 (com várias interrupções, voltando a circular em 1895), que também desapareceria, agora para sempre. Patrocínio dedica seus últimos anos a tentar seguir Santos Dumont, planejando voar pelos ares do subúrbio do Rio. Curioso por natureza e estudioso da física e da mecânica, além das letras, morreu sem conseguir realizar seu último projeto: construir e sobrevoar em seu próprio balão os céus da cidade. Morreu em sua casa, em Inhaúma, em 1905 (Guilhon, 2001), um ano antes de *Monsieur Santôs* (Silva, 2001) realizar o célebre vôo do *14 Bis* sobre Paris. Já Rui vai seguir carreira ascendente de

político e tribuno, que o levará à Holanda, de onde voltou reconhecido como o *Águia de Haia*, após a Conferência pela Paz (d’Amaral, 2001), em 1907, onde os tremores da I Guerra Mundial começaram a se fazer sentir com mais intensidade.

Para os jornais de Rui e de Patrocínio não havia mais espaço em um mercado que se profissionalizava, aonde finalmente o capital chegara para impor a lógica da sua ordem e da sua reprodução. Lima Barreto (1943), em “Recordações do escrivão Isaiás Caminha”, escreve um diálogo bem representativo desta chegada do capital à imprensa brasileira, nos primeiros anos do século XX. São dois personagens, Plínio de Andrade e Leyva.

– A imprensa! Que quadrilha! Fiquem Vs. sabendo que, se o Barbaroxa ressuscitasse (...) só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno; a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova (...) Todos nós temos que nos submeter a eles, adúlalos, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... (...) E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que...

– Você exagera, objetou Leyva. O jornal já prestou serviços.

- De certo... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata... (p. 104)

A corrupção da imprensa apontada por Benjamin (1994:23), quando afirma que “Dificilmente a história da informação pode ser escrita separando-a da história da corrupção da imprensa”, é evocada por Lima Barreto através de uma de suas personagens que, como *alter ego* do autor, qualifica a imprensa como “uma quadrilha”, associando o jornalista à personalidade de um pirata. Esta “ausência de senso moral” apontada no jornalista pode ser comparada ao “crime da imprensa”, assinalado por Schorske (2000:186), em citação anterior, que “era deformar a pura função referencial da linguagem na reportagem factual com as cores pessoais dos jornalistas”, aos quais “Todos nós temos que nos submeter”, como reclama o personagem de Lima Barreto.

A passagem da imprensa artesanal para a forma de empresa capitalista é aqui sobejamente assinalada pelo autor das “Recordações do escrivão Isaías Caminha”. A imprensa, reconhece no diálogo acima o personagem Plínio Andrade, prestara, sim, serviços, “quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro”. Assim como nesses tempos modernos que chegavam com o novo século não havia mais lugar para os jornais de Rui Barbosa e de José do Patrocínio; nesses tempos não era mais possível “a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata”. Aquele jornal que provocava discussão, no saber de Machado de Assis, quando escrevia para *O Espelho*, agora tinha outra face, outra missão, outro discurso. Agora, como já observara Benjamin (1994:23), “a informação curta e brusca começou a fazer concorrência ao relato comedido. Recomendava-se pela sua utilidade mercantil”. Agora, “o texto da notícia”, lembrando Lage (2001:78), era “um texto para produção industrial”.

2. Páginas da história

Surgido em nove de abril de 1891, por iniciativa do conselheiro Rodolfo de Souza Dantas, o *Jornal do Brasil* esteve proibido de circular, a partir de 1893, durante um ano e 45 dias, no Governo Floriano Peixoto. Não foi a única vez em que o jornal esteve proibido de circular. Em 1930, sofreria novo empastelamento e sairia de circulação por quatro meses (CPDOC/FGV, 1984).

À época de sua primeira proibição, o seu redator-chefe era Rui Barbosa, e os motivos eram muitos, entre eles, o *habeas corpus* que o advogado, ex-ministro da Fazenda do primeiro governo republicano do país, conseguira para o Almirante Eduardo Wandenkolk, no episódio que deflagraria a Revolta da Armada e que levaria ao fechamento do jornal e ao exílio do redator-chefe. O dia nove de abril tem registro histórico: nele, em 1943, foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Ou seja, nove de abril é o dia de nascimento de duas empresas históricas para o país.

Mas a escolha do nove de abril para lançar o jornal tinha outras razões. Nas páginas destinadas ao *Jornal do Brasil*, no segundo volume do Dicionário Histórico-Biográfico (CPDOC/FGV, 1984), Ferreira conta que a data comemorava o 60º aniversário do *Te Deum*, celebrado quando da ascensão de D. Pedro II ao trono. O *Jornal do Brasil* nasceu, portanto, monarquista e cultor das tradições religiosas e da velha corte. Souza Dantas quando convida Joaquim Nabuco, em carta enviada a Londres, em fins de 1890, defende um instrumento político que lhe permita questionar o novo regime. E é nele, este instrumento chamado jornal, que Nabuco escreve as séries “As ilusões republicanas” e “Outras ilusões republicanas”, lembrando que a instauração da República no país levava à extinção do Partido Republicano, ou seja, o novo regime não realizava aquilo a que se destinara, e que havia uma ausência de propósitos verdadeiramente republicanos.

Nabuco assume a chefia de redação dois meses depois de lançado o jornal e a linha editorial, segundo Ferreira, divulgava as últimas descobertas científicas, defendia a reforma urbana e urbanística do Rio e era “crítica em relação ao governo, mas com limites”. Talvez, por isso, o jornal fosse questionado tanto pelos republicanos quanto pelos monarquistas históricos, “que consideravam Joaquim Nabuco moderado diante do novo governo” (p. 2868). O jornal fez campanha, na época (1891), pela criação de um instituto contra a febre amarela; e a reforma urbana que propugnava defendia “a abertura de grandes avenidas, arborização, prédios e a adoção de padrões higiênicos”; e até mesmo a construção de um metrô, e elaboração de um plano arquitetônico, estabelecendo disciplina e código municipal.

Na morte de D. Pedro II, em cinco de dezembro de 1891, exilado em Paris, o *Jornal do Brasil* publicou edição extra com a manchete: “O grande morto”. Dez dias depois o jornal foi invadido “por uma multidão”, aos gritos de “Mata Nabuco, Mata Nabuco”. Havia sentimentos confusos, contraditórios na sociedade brasileira que atravessa a monarquia para a República. Existia desde o “pessoal da malandragem” contratado pelos mandantes da época para criar o caos e conturbar o processo eleitoral, como nas charges das duas últimas edições da tarde de 1901, comentadas mais acima; ao fato que os republicanos eram, em maioria, intelectuais, sem maiores acessos à massa do povo, à exceção, por exemplo, do abolicionista José do Patrocínio.

A tiragem dos jornais era pequena porque o povo não sabia ler. Aliás, o povo, em especial a enorme população negra, gostava de Dom Pedro II, o festejara na comemoração de 13 de Maio de 1889, que celebrou um ano da Lei Áurea, quando ocupou as ruas do Centro e o entorno do Paço Imperial para saudar e celebrar o imperador brasileiro, seis meses antes da sua queda... O povo não questionava, em especial, os ex-escravos, a ausência do acesso ao ensino público e gratuito e nem imputava ao ex-monarca a responsabilidade pelo atraso na abolição da escravatura e a falta desse acesso ao ensino básico, público e gratuito.

Os republicanos achavam, por sua vez, que qualquer contestação ao governo colocava em xeque o regime; e viam fantasmas da “restauração monárquica” por todos os poros sociais. Por isso os capoeiras eram notícia, pois, majoritariamente negros, gostavam do imperador e da princesa Isabel. Até a morte, e depois dela – quem sabe até hoje – D. Pedro II foi muito querido, seja pela áurea de único monarca dos trópicos, seja pela tolerância que demonstrava no trato com a adversidade e a diferença, com capacidade de ouvir e aprender, embora, no balanço geral, os seus 50 anos de governo tenham sido extremamente conservadores, sem abrir muitos espaços para o exercício e o desenvolvimento de um projeto de país independente, soberano, tal qual José Bonifácio pensou, assim que voltou ao Brasil, nos idos de 1819 (Costa, 2001).

O *Jornal do Brasil* foi empastelado, portanto, em 1893, suas oficinas quebradas aos gritos de “Mata Nabuco”. Souza Dantas, então, divulga comunicado informando o desligamento dele e de Nabuco do jornal, cuja administração passaria a Henrique de Villeneuve (seu primeiro gerente, na fundação, em 1891), que comanda a transição de uma “sociedade comanditária” para uma sociedade anônima. Neste período de transição, ainda de acordo com Ferreira (1984), Villeneuve defendeu nas páginas do jornal o *impeachment* de Floriano Peixoto e a convocação de eleições.

Em abril do ano seguinte à fundação é formalmente constituída a sociedade anônima, mas os novos donos do jornal eram também simpatizantes do velho regime: conde de Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e o conselheiro Manuel Pinho de Souza Dantas. Nabuco voltaria a escrever para o jornal, sob o pseudônimo de Axel, e no editorial “O que queremos” os novos proprietários reafirmam a simpatia com o regime monarquista. Para escapular à censura, o jornal passa a adotar uma linha editorial mais noticiosa, com destaque para a área policial.

Ferreira (1984) conta que, em abril de 1893, ao completar dois anos de existência, o grupo ligado a Rui Barbosa negocia a compra do jornal, que volta a ser uma “sociedade comanditária”, tendo à frente Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo. Em 20 de maio daquele ano, Rui, já na chefia de redação, escreve artigo programático da nova linha do

jornal, sob o título “Traços de um roteiro”. Nele, defende o regime republicano, combate a “degeneração” do regime promovida por Floriano e a sua ditadura, e faz veemente defesa da Constituição de 1891.

A linguagem do jornal se torna mais agressiva e contundente, mas logo depois ocorre o episódio do almirante Wandenkolk, que se apoderara do navio Júpiter. Toda a imprensa da época noticia que o militar seria condenado por pirataria, enquanto o *Jornal do Brasil*, de Rui, afirma que “Pirata ou conspirador, o almirante Wandenkolk está sujeito aos tribunais do país: não tem por juiz o marechal Floriano” (pp. 2866 e seguintes). Rui defendia a legalidade republicana, e assumia com o *Jornal do Brasil* a resistência à ditadura florianista.

Na edição de 31 de agosto, toda a primeira página do jornal é ocupada pela publicação do pedido de *habeas corpus*. Rui Barbosa não aceita as pressões de Floriano e quando explode a Revolta da Armada, em 6 de setembro, ele deixa o país. Joaquim Lúcio assume a chefia da redação e publica, na coluna “O dia de ontem”, o que nenhum outro jornal tivera coragem de fazer: a notícia sobre a revolta. Como o jornal não aceita suspender o noticiário, é uma vez mais invadido e fechado, ficando proibido de circular durante um ano e 45 dias. O *Jornal do Brasil* voltaria às ruas somente depois de prolongadas negociações, nas quais o ex-redator-chefe Rui Barbosa intercedeu em favor dos irmãos Mendes de Almeida. Mas aí, já no período pós Floriano. A burguesia brasileira voltara a respirar; e, agora, outra vez, o cheiro do café com leite, a nova hegemonia antiga.

O novo *Jornal do Brasil* ressurgiu das cinzas monárquicas, buscando um projeto empresarial, uma diferença em relação a tudo que até então se fizera na imprensa. E se diferenciava dos concorrentes exatamente por tratar de interesses daquele público até então sem porta-voz, sem espaço na imprensa, público esse que era tanto a emergente “classe média” e setores da elite, quanto o povão que começava a ocupar as periferias da cidade imperial, agora, capital da República. Uma classe média e um povão cujas demandas passavam a tomar parte do corpo editorial do jornal, inclusive, com a criação de uma coluna que hoje, como já dito, é referencial de pesquisa para o estudo do Brasil na

virada do século – “Queixas do povo”, onde também eram publicados reclamos e denúncias do povo simples; além das notícias, os anúncios com as ofertas de serviços populares, como cozinheiras, jardineiros, passadeiras, lavadeiras, artesãos, alfaiates...

Essa idéia de uma imprensa empresarialmente capitalista, através do *Jornal do Brasil*, não era uma iniciativa isolada, mas a compreensão das oportunidades e momento para o surgimento de um “novo capitalismo acionário e popular e anônimo”, como disse Candido Mendes na entrevista (Anexo I). Ao responder sobre os motivos que levaram seus avós a investir no *Jornal do Brasil* e nele publicar notícias e anúncios populares, ele faz alusão aos vínculos entre os propósitos e ideais dos irmãos Candido Mendes com o encilhamento, e o que veio depois dele:

Eu volto ao relato de familiares. (O que levou a isso foi) A idéia de que o Rio era uma metrópole, passou a megalópole e que havia um novo público resultante da nova classe média ascendente. O que fez com que eles criassem uma Academia de Comércio, em 1902? A idéia de que a classe média, essencialmente é o resultado já do comércio metropolitano; a classe média do Rio é uma classe comerciante, e já era um público novo interessado no jornal mais pelo instrumento de trocas, portanto, nos anúncios, do que mesmo como repercussão da notícia. Isso foi uma noção muito clara que havia na época porque os mesmos autores (fundadores) da primeira escola de comércio, que achavam que havia necessidade de produzir um novo conhecimento, foram os que criaram os anúncios (populares) no jornal. Quer dizer, trabalhar uma noção de uma classe média perfeitamente classificada com um novo *status* econômico do Rio de Janeiro. O pequeno comércio, a metrópole urbana, a cidade central, os níveis de troca que se faziam a partir dos novos empórios, que começavam a partir da enorme revolução. (...)

Atividade empreendedora tipicamente daquele empresariado saído do encilhamento. (...) Os dois foram personagens maiores do encilhamento, sentiram a importância na época desse novo capitalismo acionário e popular e anônimo que estava começando a surgir no ar...

Ou seja, a modernização da imprensa brasileira vista através das memórias do *Jornal do Brasil*, tanto de suas páginas, na virada para o século XX, quanto dos

movimentos e articulações empresariais e políticas que se dão, nesta época, por detrás de suas páginas, digamos assim, metaforicamente, têm vínculos sólidos com o “novo capitalismo acionário e popular e anônimo”. Isto é, com “A lógica da mercadoria (que organiza a nova ordem” (Lins, 1991, p. 38), com essa passagem da imprensa artesanal para a capitalista apontada por Sodré (1966), nessa virada de século, isto é, a chegada das “grandes empresas, propriedades de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falamos, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro”, conforme o personagem de Lima Barreto (1943), Plínio de Andrade. Empresas que, segundo ele, fazendo isso, também vão “conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses” (p. 104).

Essa classe média e esse povo, na virada para o século XX, esses consumidores e leitores dos “anúncios populares”, ou “essa gente livre e pobre no Rio de Janeiro”, segundo Lessa (2000), “buscou as brechas de sobrevivência no emprego doméstico qualificado, como prestadores de serviços autônomos para as famílias e para a logística urbana, como artesãos e ambulantes” (p. 161). E o *Jornal do Brasil*, “formava com o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, ambos vindos do Império, o trio com maior influência” (221). O Rio de Janeiro da entrada do século XX é uma cidade que fervilhava, como se nela já palpitasse os tremores que logo depois se dariam com o “bota-abaixo”, de Pereira Passos, e todas as transformações urbanas promovidas na cidade, a “modernização autoritária”, na expressão de Sevcenko (1998).

Em 1901, foi fundada a Companhia Docas do Rio de Janeiro e se inicia a construção do porto da cidade; é também criado o jornal *Correio da Manhã*, de Edmond Bittencourt (Lessa, 2000, p. 193). Embora a cidade tenha se urbanizado “sem que houvesse a industrialização” (p.170), ela atraía cada vez mais gente, de várias partes do país e do estrangeiro, que vinha para suas apertadas áreas entre o mar e as montanhas em busca de melhores meios de sobrevivência. O espaço urbano e a área central da cidade eram nobres e já muito valorizados, e se valorizariam ainda mais com a reforma de Rodrigues Alves e Pereira Passos. O *Jornal do Brasil*, tanto em sua sede primeira na rua Gonçalves Dias como, posteriormente, em sua nova sede na moderna Avenida Central,

sempre esteve muito bem localizado, isto é, nas imediações do centro financeiro, portuário, ao lado da rua do Ouvidor, que atravessa o século mantendo-se, conforme Lessa, como “a vitrine da França no Brasil”, “espaço difusor de moda e objeto dos desejos da elite”, rua que, “Na segunda metade do século tinha 77 joalherias, 33 relojoeiros, 66 sapateiros finos, 24 fabricantes de carruagem, 23 modistas, 8 retratistas, 4 floristas e 25 tipografias” (p. 165).

Esse número expressivo de tipografias instaladas na rua do Ouvidor, na segunda metade do século anterior, é típico exemplo do fervilhar de publicações de todo o tipo que se produziam na época, como também da imprensa artesanal que vai entrando em seu crepúsculo, cedendo espaço para o surgimento das empresas de um “novo capitalismo”. O *Jornal do Brasil*, com os irmãos Mendes de Almeida, quer ser um jornal popular, por isso publica temas, matérias e anúncios do interesse popular e da classe média, que então surgia e reluzia nos ares da nova República continental, a mais tardia, e de suas novas elites e subclasses que emergiam em uma sociedade cada vez mais capitalista, cada vez mais desigual, desde o nascedouro.

Uma das fases áureas do jornal é, portanto, a primeira década do século XX, quando todo o plantio da gestão Mendes & Cia. mostrará seus frutos: o início da construção da nova sede, na principal avenida da capital do país; a aquisição de novo maquinário, imprimindo com mais velocidade e atratividades gráficas; e a aposta no noticiário popular, publicando também cada vez mais “anúncios classificados” de todo tipo de interesse, daí tornando sua marca a de *O Popularíssimo*, mais tarde também chamado de “o jornal das lavadeiras”.

Na entrevista citada (Anexo I), Candido Mendes estimou como sendo algo entre 5 mil a 8 mil exemplares por edição a tiragem do jornal, havendo, é claro, exceções. Não havia à época qualquer serviço de aferição do número de exemplares dos jornais. Sabe-se que a edição de cinco de dezembro de 1891, que noticiou a morte de D. Pedro II, teve várias reimpressões e Lessa ((2000) escreve que a edição de lançamento do jornal, em

nove de abril daquele ano, rodou 50 mil exemplares, tiragem “impressionante para a época” (221).

Em se tratando da principal metrópole brasileira, uma tiragem, mesmo assim, modesta, principalmente, comparando-se aos milhares e milhões de exemplares que os jornais europeus e estadunidenses já rodavam. Mais ainda, em se tratando do *Jornal do Brasil*, que viria ser identificado símbolo da modernidade. Com sua bonita sede construída na Avenida Central, em 1905, *O Popularíssimo*, “aquele jornal” que publicava fatos e interesses da massa popular, desde moradores do subúrbio sem água e sem luz, às vezes, sem bonde, às prostitutas desrespeitadas pela polícia e aos anúncios de oferta de serviços simples, como jardineiro, cozinheira, costureira etc), o jornal ainda tinha uma tiragem relativamente pequena.

Tanto assim que V. de Algerana, na coluna “A Nota”, de cinco de janeiro, escreve que “infelizmente, somos um país de analfabetos (...) e prova disso é a pequena tiragem dos jornais (...) quanto aos livros (a situação) é bem pior ainda”. Quase cinco décadas depois, Samuel Wainer (1987), em seu livro de memórias, nos diz que, em 1949, *O Jornal*, dos Diários Associados, então, um dos mais populares da rede de propriedade de Assis Chateaubriand, rodava nove mil exemplares (p. 25), o que, de certa forma, confirma as estimativas feitas na entrevista pelo professor Candido Mendes (Anexo I), a respeito da tiragem do *Jornal do Brasil*, na virada para o século XX.

Buscar uma nova linha editorial, preocupada com faixas de públicos mais amplas e com acesso ao mercado era uma proposta tão original, quanto contemporânea, por isso atacada pelos concorrentes. Essa busca do novo se dava nas páginas do *Jornal do Brasil* com a publicação de anúncios populares, oferecendo serviços os mais variados, principalmente, domésticos, através dos primeiros “classificados”; e de notícias também populares, como os resultados e as sugestões do jogo do bicho para o próximo dia; ou um crime, uma briga de rua, uma “navalhada”, ou uma notícia internacional: os “boers” na África do Sul, por exemplo, confrontando o poder imperial britânico; ou a neve em Londres, na virada do ano...

Publicar anúncio tipo “classificado” era novidade para a época. Ainda mais considerando os serviços oferecidos: cozinha, casa, costura, jardins. Mas isto não acontece por acaso, pois, voltando a Sodré (1966):

A imprensa, no início do século, havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois últimos decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX. (p. 315)

O *Jornal do Brasil*, portanto, definiu o seu público alvo a partir de interesses comerciais, econômicos e políticos, não mais somente políticos e/ou ideológicos. Tais interesses eram nitidamente capitalistas, embora o seu discurso, enquanto “linguagem jornalística” (Lage, 2004), hoje assim reconhecida e denominada, ainda estivesse por ser desenvolvida. Mas já era um discurso, que cada vez mais se diferenciaria dos demais discursos sociais, processo esse que as páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 são vestígios relevantes, marcas da história de um discurso, de uma “fala” em formação, em constituição: a jornalística, a linguagem da notícia, “texto para produção industrial” (Lage, 2001), “informação curta e brusca”, de “utilidade mercantil” (Benjamin, 1994), “sucessão automática de operações reguladas” (Adorno e Horkheimer, 2002). Mas nem por isso isenta ou imune a conflitos, resistências, silêncios, lapsos, “outras vozes”.

Na virada para o século, não somente o país mudava ao mesmo tempo em que se preparava para novas e grandes transformações, mas com ele mudava também o jornalismo, que passava a ser exercitado e empreendido por empresas, pessoas jurídicas, com alvos e estratégias definidos e traduzidos em sua linha editorial. O *Jornal do Brasil*, em 1901, é um retrato desta conjuntura, na imprensa brasileira. É deste jornal e desta época que tratam as memórias aqui reconstituídas.

Face às dívidas contraídas para a construção da nova sede, o *Jornal do Brasil* abre seu capital, em 1906, para buscar recursos financeiros, e cria a mudança gráfica que marcaria uma época no jornalismo brasileiro: toda a primeira página com anúncios classificados, eles que, mais tarde, a partir da reforma gráfica iniciada em fins dos anos 50, seriam publicados na coluna esquerda da primeira página do jornal, de alto abaixo, formando com a franja inferior da página a famosa forma gráfica da letra “L”, com os anúncios classificados do *JB*, que perdurou até recentemente.

Como os anúncios, no início do século, eram todos sobre oferta de serviços populares, o jornal reforçou nos concorrentes a alcunha de *O popularíssimo*, que só fez reacender. Carlos de Laet, quando editor, escreveria: “Não podiam ser mais gentis na sua malignidade os que chamam o *Jornal do Brasil* de popularíssimo, (pois ele é), por excelência a folha popular, a folha do povo” (Ferreira, 1984, pp. 2866 e seguintes). O jornal voltaria a ser empastelado em 1930, quando ficou quatro meses sem circular. A crise financeira voltou a cercar e a cercar o *Jornal do Brasil* que, entre 1931 e 1950, se transforma em um “boletim de anúncios”, segundo Ferreira. Na gestão José Pires do Rio, em 1935, os literatos são afastados, e os tantos anúncios reforçam estigmas: “o jornal das cozinheiras” (Ferreira, 1984).

Em 1953, com a morte do conde Pereira Carneiro, assume o comando a condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, em cuja gestão o jornal vai conhecer e experimentar novas transformações, que o levarão, ao final daquela década de 50 e nas seguintes, à vanguarda do jornalismo brasileiro, disputando passo a passo com jornais, como, por exemplo, o *Correio da Manhã*, e depois *O Globo*, a chancela de inovador na linguagem, na liberdade de imprensa, na notícia e na busca pelo jornalismo independente, comprometido com a informação à sociedade e capaz de fazer desta marca o seu valor de mercado. Mais tarde, nos dias de hoje, essa independência se tornaria alvo de uma cada vez mais atual e acirrada polêmica: há jornalismo independente? Ou, de outra forma, é possível havê-lo?

3. Páginas de um velho jornal

O primeiro dia do século XX caiu em uma terça-feira. A charge da primeira página do *Jornal do Brasil*, assinada por Bambino, trazia o título “Dois séculos”, com o diálogo entre o findo e o novo. Ambos são figuras masculinas, de cartola e bengala, usando *pince-nez*, com o ano novo ostentando um charuto e ares de novidade e pujança e o velho carregando o peso da idade e dizendo ao outro:

“– Adeus meu pirralho – a herança que te deixo é grande; vê lá o que fazes...”

Ao que o novo século responde:

– Muito obrigado, ‘seu’ Século das Luzes... elétricas!...”

(*Jornal do Brasil*, 1º/01/901, primeira página)

A charge é a manchete do jornal, pois não há manchetes como hoje as conhecemos e lemos. O texto principal, encostado à ilustração, não contém, a rigor, nenhuma notícia, nenhuma informação nova (ver Anexo II). Diz, por exemplo, que o ano novo chegou “realmente cheio de esperanças, de bons auspícios”, que é por essa esperança e esses “bons auspícios” que se cumprimenta e se reúne a família “em banquete ou em outra qualquer festa para solenizar esta data”. E narra um pouco das tradições da passagem do ano, desde os tempos mais antigos, que “segundo uns, vêm dos romanos, segundo outros, vêm dos gauleses”.

Ficamos sabendo, por exemplo, que a troca de presentes tão comum hoje em dia teve início nos tempos romanos, quando era costume “os inferiores” darem aos “superiores” “ramos escolhidos em um bosque consagrado à Strenna, deusa da força”. Já os nobres e particulares “trocavam moedas de cobre ou *stips*”. Ainda segundo o texto da primeira página do *Jornal do Brasil* do dia primeiro de janeiro de 1901, na Roma de Augusto era comum dar presentes de valor ao imperador, que os retribuía. O costume foi

extinto por Tibério, mas voltou com Calígula. Cláudio acabou com ele, mas teve de restabelecê-lo por pressão social. Quanto aos gauleses, a origem do costume de presentear na virada do ano é atribuída, segundo o jornal, ao costume de distribuir “fragmentos de agarico” ou “visgo” no primeiro dia do ano, “quando findava a festa da colheita da planta sagrada”. Certamente, um atributo ao qual não se negaria o druída Panoramix, descrito por Goscinny e Uderzo na popular série “Asterix, o Gaulês” (1985).

Diz, por fim, o texto do *Jornal do Brasil*, que a Igreja tentou abolir “o costume do tempo pagão”, mas, sem sucesso, “foi obrigada a transigir, modificando somente o uso, retirando as mascaradas grotescas do tempo antigo”. No Brasil, o costume foi conservado pela República – “desde os tempos coloniais o dia do Ano Bom é considerado feriado – com o nome da comemoração da fraternidade universal”. E para quem não sabia, foi em um primeiro de janeiro que nasceram “Godofredo de Bouillon, fidalgo francês, duque de Lorena (1058-1100), chefe da primeira cruzada e primeiro rei de Jerusalém”, e o poeta romântico alemão Heine, nascido em Dusseldorf, em 1797. O primeiro de janeiro de 1901, no Rio de Janeiro, foi um dia bonito, cheio de luz, de calor e de alegria. Na coluna *A Nota*, também na primeira página, V. de Algerana⁶ escreveu que o dia primeiro do novo século:

(...) nasceu festivamente saudado com alvorada nos quartéis, espoucar de foguetes aos milhares, muita gente nas ruas e bailes em quase todas as agremiações recreativas (...). Um dia iluminado e quente, um lindo dia azul, com raios cor de ouro; um dia diante do qual tudo nos apetece, menos ficar em casa; um dia que convida a respirar a plenos pulmões o ar livre dos campos; um dia verdadeiramente acalentador e tépido, que em si não traz nem o frio que enerva, nem o sol que, desapiedadamente, nos mordica a pele.

(*Jornal do Brasil*, 1º/01/901, primeira página)

O *Jornal do Brasil* do dia primeiro de janeiro de 1901, portanto, tem um sintoma (ou uma ausência) que não ocorreria na edição da tarde do dia 31 de dezembro do mesmo

⁶ V. de Algerana era um dos pseudônimos do escritor e jornalista carioca José Caetano de Alvarenga da Fonseca. Teatrólogo, também assinava com outros pseudônimos, entre eles, H. Pito (Coutinho e Souza, 2001).

ano. Em janeiro, de forma muito acanhada, a coluna “Noticiário”, na primeira página, não continha, a rigor, nenhuma notícia (Anexo II). Há publicidade das assinaturas e das promoções do jornal. A primeira nota é um aviso aos assinantes para renovação da respectiva assinatura. A semestral oferece como “prêmio” a publicação gratuita de um anúncio. O anúncio é moeda de troca, brinde, para a aquisição de uma assinatura do jornal. A de um ano, além do anúncio oferece exemplar de livros a escolher: “O castigo”, romance de Georges Natagne; “O ladrão”, de Paul Bertney; “Lúcia”, de Furtado Coelho; “Infâmia”, de Jules Mary; “A filha do pecado”, de Pierre Sales; “Papa Basílio”, de Ferreira de Andrade; “Cartas de um sebastianista”, versos do barão de São Bibiano; “Memórias de um histórico”, de Lúcio Pestana; “Notas e apontamentos sobre a minha prisão”, de Alfredo de Barros; e “Amazônia”, de J. Veríssimo.

Ou seja, não há notícia na coluna “Noticiário”, a não ser a das próprias promoções do jornal. O que aconteceu no país que o jornal daquele dia noticia? Teremos que folheá-lo, detidamente, pois a edição das matérias tal qual conhecemos hoje era feita ainda de uma forma quase aleatória. Os textos vão se sucedendo de cima para baixo de cada uma das nove colunas, sem ordem de prioridade, como se sua disposição na página se desse pela ordem de chegada do texto à redação. A exceção é a charge, que rompe com a repetição simétrica da coluna para comentar, com ilustração, o assunto do dia. A charge é a manchete do jornal, ao mesmo tempo o seu editorial (Anexo II).

Já os textos se sucedem aparentemente sem ordem de prioridade, nem sempre com títulos, e mesmo esses quando aparecem não demonstram grau mais elaborado de confecção, padronização. Os desenhos das manchas gráficas das páginas dos jornais nos Estados Unidos, na época, por exemplo, já eram bem mais atraentes ao leitor do que as modorrentas páginas dos jornais brasileiros, cuja última renovação gráfica, praticamente, se dera com a introdução das charges e ilustrações, no final dos anos de 1860, em jornais do Rio e de São Paulo. No *Jornal do Brasil*, por preferência ao texto, a charge só vai aparecer em 1898 (JB, 1989), com traços de Bambino, Raul Pederneiras, Miragy e muitos outros. E a fotografia bem depois. O velho maquinário dos jornais era, objetivamente, fator impeditivo de progresso, travava o desenvolvimento de linguagens gráficas, visuais e

jornalísticas, como do próprio jornal em termos empresariais. Uma notícia mesma, tal qual a conhecemos hoje, vai aparecer na primeira página do *Jornal do Brasil* de 1º de janeiro de 1901, não na coluna “Noticiário”, mas em uma nota no miolo da página, sob título “No xadrez”, sem muito destaque em relação aos demais mais conteúdos da primeira página, no centro da coluna, com o seguinte texto:

O conquistador barato Jacintho Luiz Gonçalves tratou de cevar em Lauda de Almeida todos os seus pruridos de lubricidade (...). Satisfeito em seus desejos dissipou-se a ilusão, desfez-se o encanto, e a infeliz menor viu-se reduzida a simples posição de concubina do sedutor (...). Mas o pai – morador à rua Estácio de Sá, n. 30 – resolveu conspirar contra a injustiça da sorte e a indignidade do sedutor, e levou sua queixa ao delegado (...). O sedutor foi para o xadrez, mas ele voltaria para casa, passando antes pela pretoria e pela igreja.

Era das poucas notícias daquela primeira página. Outras informavam, através de carta de leitores – “escrevem-nos...”, como se iniciavam os textos atribuídos a leitores –, do apedrejamento de uma casa e o caso de uma agressão de ex-namorado à mulher, com navalha. Além dessas, a mais curiosa (e hilária) era a que informava o caso do “cocheiro da carroça n. 275, da limpeza particular, andava hoje pela manhã com o seu veículo de um lado para outro, sem saber o que fazia, devido a estar completamente embriagado”. A nota informa que o cocheiro foi preso e “recolhido ao xadrez da 9ª delegacia”.

A registrar ainda na primeira página do *Jornal do Brasil*, da primeira edição da tarde do século XX, a coluna que ocupava todo o espaço do meio da página para baixo: “Palestras Científicas”, chamando a atenção, entre outros olhares, da saúde pública para a qualidade e o preparo das chamadas “águas gasosas” (Anexo II). É assinada por Nemo, um outro pseudônimo, este um desafio, pois ainda um enigma. Em Coutinho e Souza (2001) há pelo menos quatro registros de autores que usavam, por esta época, o mesmo pseudônimo da personagem de “20 mil léguas submarinas”, de Julio Verne, o comandante da *Nautilus*. São os dos escritores: Azevedo Junior, Garcia Redondo, Alencastro Autran e Joviano da Silveira.

O século nascia, no Rio de Janeiro, portanto, com uma promessa de jornal. A tardia imprensa brasileira acelerava os passos para entronizar-se na modernidade, como veículo, mídia, e ao mesmo tempo produto desta era e de todas as suas afirmações e contradições. No dia primeiro de janeiro de 1901, além de a coluna “Noticiário” não conter notícias, a não ser, institucionais (que a bem da verdade eram promoções, e não notícias), a maior parte da primeira página, espaço que disputa com a charge a maior ocupação da “mancha” do jornal é a seção “Ação religiosa”, com uma grande quantidade de texto da liturgia e da história católico-cristã, homilias etc. Vinha assinada pelo padre Jacomo Vicenzi e em uma das notas o pároco se desculpa junto aos leitores por não poder desenvolver a coluna “como o prometido, face os preparativos da festa de passagem de ano”. Afinal, ele também escrevia o jornal...

4. O Rio de Janeiro de 1901

O Rio de Janeiro que atravessa o século aparece nas páginas do *Jornal do Brasil* como uma cidade de enormes desigualdades sociais, com trabalho infantil aberto, conflitos entre policiais e soldados, problemas sociais os mais amplos – dos transportes e moradia à saúde pública e com analfabetismo acentuado –, mas também com uma diversidade cultural e étnica representativa e indicadora da sociedade brasileira da época. Uma cidade ameaçada por epidemias, mas também com um razoável crescimento urbano que não fora acompanhado por melhorias na infra-estrutura, muito menos nas condições de vida da população, com uma grande parcela dela habitando em cortiços ou nas encostas dos morros do Centro. Em 1900, por exemplo, por decreto da Inspeção Geral de Higiene os cortiços ficam proibidos.

A divisão de casas de vastas dimensões por cubículos de madeira, de modo a se estabelecerem sob o mesmo teto famílias diversas, é terminantemente proibida, por contrária à higiene das habitações. (Carvalho e Rocha, 1995, p. 161)

Lessa (2000) cita estudo de Sylvia Damazo – Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século – que mostra em números os óbitos das doenças que chegadas à cidade eram aqui expandidas em proporções epidêmicas. No período 1901/1905, por exemplo, morreram: 14.008, de tuberculose; 3.649 de malária; 2.204 de febre amarela; 6.621 de varíola; 528 de tifo; 489 de beribéri; em um total de 27.499 mortes por doenças transmissíveis (p. 195). Mas não era somente aqui. Nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 é possível também acompanhar a presença da febre amarela e da bubônica, por exemplo, em Buenos Aires e na Europa. Nas páginas da edição da tarde de 12 de janeiro, por exemplo, há informação da peste bubônica em Niterói, e um telegrama informa da presença dela em Tucumán, próximo à capital portenha. Uma semana depois, a peste chegava em Buenos Aires. Das capitais européias, uma curiosa nota publicada na primeira página do dia dois de janeiro, com o título “Como se vacina em Paris”, informava, em tom de ironia e glosa, que:

(...) na sala dos Passos Perdidos da Academia de Medicina, onde ao lado de uma estátua de Esculápio, se vacina a raparigas, mães com os filhos ao colo, homens, todos se adiantam lentamente, estendendo os braços nus para o cirurgião que com a lanceta pratica as incisões rituais.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde de 12 de janeiro de 1901)

Da população brasileira de 17,4 milhões de pessoas, cerca de um milhão vivia no Rio, embora a estatística oficial indique uma população em torno de 750 mil habitantes (IBGE⁷ e Lessa, 2000). Um Rio de Janeiro que não apenas se urbanizava, em meio a epidemias e ausência de infraestrutura urbana, como também se industrializava, sem que isso implicasse, contudo, melhoria nas condições de vida da população. Carvalho (1995) diz que:

A proximidade do mercado consumidor, da fonte de matérias primas e dos mercados de capital, fatores decisivos para a concentração fabril e o desenvolvimento industrial, eram encontrados no Rio de Janeiro, cidade portuária e maior centro financeiro do país. (p. 120)

A ocupação da cidade se dá a partir da zona portuária, no Centro, com a expansão para os subúrbios de certa forma vinculada, também, não apenas à expansão urbana e demográfica, mas, como aponta Carvalho, ao “desenvolvimento da produção cafeeira do Vale do Paraíba”, que:

(...) determinaria a proliferação das atividades desempenhadas pela cidade em função dessa área, provocando, conseqüentemente, a expansão urbana para além das zonas mais centrais. Com todas as suas mazelas era o Rio, contudo, o cartão postal do país, o porto de entrada para o qual afluía a maioria dos visitantes estrangeiros e os nativos em busca de mobilidade social. (p. 120)

⁷ Informação disponível em março de 2006 no Portal www.ibge.gov.br.

Lessa (2000) nos diz que a modernização do Brasil teria que ser pelo Rio – “lugar não interiorano do país, o espaço de vanguarda da modernização”:

O projeto do Rio para a cidade-passaporte do ingresso brasileiro na civilização seria construído pelo Progresso, sob o comando da Razão e da Ciência. O umbral da entrada do Brasil na modernidade seria o Rio, desde que radicalmente modificado em seu corpo físico, urbanístico e arquitetônico, com sua população fecundada por fluxos imigratórios e sua cultura renovada pela absorção integral do mundo francês. (p. 191)

Em 1901 é criada a Companhia Docas do Rio de Janeiro e tem início a construção do novo porto da cidade (Lessa, 2000, p. 193), uma série de mudanças que nada mais são do que o anúncio de uma robusta e profunda renovação do capitalismo no país, agora republicano, definitivamente, transformações que antecipam e se somam ao “bota-abaixo” que viria na administração de Pereira Passos. Este foi nomeado prefeito por Rodrigues Alves, que, em 1902, substituiu Campos Sales, responsável pelo primeiro programa de “ajuste estrutural” da economia do país, na era republicana, com combate à inflação, ajuste fiscal, controle do crédito e do câmbio e renegociação da dívida externa. A economia brasileira que já continha inúmeras assimetrias não resistiu à onda especulativa do “encilhamento”, com as reformas liberais comandadas por Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República.

O “encilhamento” tanto promoveu um “choque” de capitalismo na economia do país como também a sua contra-face, os desequilíbrios da expansão da moeda, do crédito e das dívidas, problemas que só foram corrigidos com a ortodoxia do programa econômico do ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murinho, que, por fim, consegue, em 1898, alongar a dívida do país e obtém com os credores internacionais da dívida externa brasileira, tendo à frente o Rothschild & Sons, de Londres, o primeiro *funding loan* da história republicana. Foi este acordo, segundo Bonelli (1996), que permitiu a fase expansionista inaugurada pelo governo de Rodrigues Alves, com a modernização da cidade, capital do país.

O “nicho” de mercado descoberto pelos irmãos Mendes de Almeida quando lançam os anúncios classificados nas páginas do *Jornal do Brasil* decorre também desse processo de industrialização tardio, que se combina com o fim do período cafeeiro do Vale do Paraíba e a Abolição, também tardia, que jorra para a capital uma quantidade expressiva de mão-de-obra desocupada (Lessa, 2000). José Murilo de Carvalho (1998) chama a atenção para este fato.

Uma terceira consequência do rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupação mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupação mal definida chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas. Pouco antes da República, o embaixador português anotava: “Está a cidade do Rio de Janeiro cheia de gatunos e malfeitores de todas as espécies”. (pp. 17-8)

As mudanças que na virada do século vão marcar a cidade, as atividades econômicas, a sociedade brasileira e sua cultura estão vinculadas tanto à consolidação do novo regime político, quanto à responsabilidade crescente das elites em dirigir o país, desde que mantido distante da população o direito do voto e de com ele decidir, nas urnas, as preferências e opções políticas nacionais. Era a monarquia enrustida no próprio exercício do poder republicano.

Quando deixou a presidência, passando o cargo a Rodrigues Alves, em 1902, Campos Sales foi saudado pela população carioca e fluminense que o vaiou por todo o trajeto de sua volta a São Paulo, desde o palácio do Itamaraty até a gare da Central do Brasil, onde embarcou de volta às suas fazendas; e depois, nas estações de trem. Foi um governo impopular pelas medidas econômicas que tomou, mas que, por sua vez, do ponto de vista do receituário liberal da economia capitalista, levaram a que o país voltasse, logo depois, a crescer, consolidando e ampliando suas bases econômicas, em um capitalismo altamente excludente e concentrador da renda e de sua própria reprodução. É nesse

contexto que se dá a radical mudança do Rio de Janeiro, no que Sevcenko (1998) e outros autores denominam como “a modernização autoritária”.

O momento era outro e o capital assumia a sua ditadura. Carvalho (1995) chama a atenção para o fato que, na virada do século, o Rio já não é mais uma cidade “eminentemente comercial”, em decorrência das atividades de seu porto, e desenvolve um processo de industrialização que será determinante na ocupação da cidade no século XX.

Todo esse processo de expansão urbana culminaria no período que vai de 1902 a 1906, quando a administração municipal tomaria a seu cargo a tarefa de orientar a ocupação urbana conforme as exigências do capital. As novas funções acumuladas pela capital federal com o desenvolvimento industrial e com o reaparecimento no cenário político da oligarquia cafeeira, agora ligada aos setores financeiros, exigiam uma reforma do espaço urbano.

(...) A industrialização fez surgir uma grande variedade de novos serviços, ao mesmo tempo que impulsionava os já existentes. As atividades do setor de serviços têm sua execução diretamente ligada aos usuários, o que levou a cidade a se tornar cada vez mais o centro onde todas essas atividades se realizaram. (Carvalho e Rocha, 1995, p. 130)

5. Como era o *Jornal do Brasil* de 1901

O aspecto gráfico do *Jornal do Brasil* que entra o novo século era diferente daquele lançado, uma década antes. A charge, ocupando cinco de suas nove colunas, marcava a principal distinção (Anexo II). Era ainda uma “mancha” gráfica pesada, o que acentuava a predominância do texto, embora não tanto quanto na primeira fase. As edições da tarde do *Jornal do Brasil* de 1901 tinham quatro páginas. O título era o principal destaque do jornal, no alto da página, centralizado, como o é até hoje, e abaixo dele o cabeçalho, com o ano, à esquerda, no meio um retângulo informando o preço das assinaturas, e na parte maior deste cabeçalho, o nome do redator-chefe – Dr. Fernando Mendes de Almeida –, a data, o nome da empresa – “Propriedade Mendes & Cia” – e o endereço da redação e administração: “rua Gonçalves Dias, 54”.

No início de 1901, além da charge apenas a seção “Ação religiosa” ocuparia espaço correspondente na metade de cima da página, com textos corridos por, no mínimo, três, quatro colunas, às vezes até mais. Não havia, como é natural, o uso do que hoje chamamos de “coluna falsa”, isto é, fora dessa distribuição simétrica e equitativa do espaço da página por colunas. Antes desta seção, a primeira coluna à esquerda do jornal, logo abaixo do cabeçalho era a das “Efemérides”, com informação sobre quem nasceu no dia, hora do nascer e por do sol etc. Quando havia espaço, seguia-se a coluna “Noticiário”, após a seção “Ação religiosa”, embora nem sempre as notas, com as notícias, aparecessem nesta seção.

Em muitas das edições pesquisadas, o jornal publicou notícias fora da coluna “Noticiário”. Algumas tantas vezes, sem título completo, apenas uma ou duas palavras em negrito ou corpo maior, na mesma linha do texto da notícia: “Justa reclamação”, “Roubo”, “Notas falsas” etc. Como na edição mesma do dia primeiro, sob o título “No xadrez”, a respeito das tentativas do “conquistador barato Jacinto Luiz Gonçalves”, que acabou preso. Como também já dito, na seção “Noticiário” da edição do dia primeiro de janeiro de 1901 não há notícia, e sim informações sobre as assinaturas e as promoções do jornal. Em outras edições, a seção saíria na página dois.

Após a coluna “Noticiário”, mas em algumas vezes antes dela, a metade de cima da primeira página do *Jornal do Brasil* trazia impressa uma outra coluna intitulada “A Nota”, assinada por V. de Algerana, que na maioria das 200 edições consultadas sai publicada na primeira página. Algumas poucas vezes ela não saiu, e, em outras, também poucas, foi editada na página dois. É uma coluna de opinião, de conteúdo editorial, e havia, por assim dizer, uma certa divisão de abordagens entre a charge, quase sempre de Bambino, e o tema enfocado na coluna “A Nota”. Não era comum, como na edição do dia primeiro de janeiro, a charge e a “A Nota” tocarem no mesmo tema.

No dia quatro, por exemplo, enquanto os traços de Bambino mostram o delegado da polícia Benvindo de Moura, que censurara as informações ao jornal, sendo repreendido por um superior, “A Nota” critica a desatenção e a má redação das leis, provocando múltiplas interpretações, como, na época se dava com o tempo legal do mandato dos intendentes do Conselho Municipal, que eram os vereadores do legislativo de então. Ou seja, cada qual abordava um tema de importância na conjuntura política, social, cultural da época.

Além dessas colunas, a metade de cima da primeira página do *Jornal do Brasil* de 1901 trazia, quase sempre, um anúncio em duas colunas, com altura de cerca de 5cm, da “Revista da Semana”, publicada sempre aos sábados, divulgando a próxima edição, “com a nota da mais palpitante atualidade”, “gravuras sobre o que houve de mais importante nas imponentes festas da passagem do século”, como diz o texto do anúncio publicado na edição do dia quatro de janeiro do jornal.

Por vezes e de forma irregular, eram publicadas na primeira página entrevistas (as “interviews”, de então) ou notas e informações sobre assuntos certamente considerados importantes para ocupar aquele lugar, como na edição de 11 de janeiro, com a nota sobre o Conselho Municipal, com ambas as palavras em negrito, e o texto subsequente informando da suspensão do imposto de importação. Era comum também o jornal publicar notas, com títulos e subtítulos, não necessariamente, como já dito, na coluna “Noticiário”, como nesta

mesma edição da tarde de 11 de janeiro, que publica sob título e dois intertítulos: “2ª Divisão Naval / A partida / Uma reclamação”, seguindo-se o texto que o jornal publica de uma carta reclamando que os “oficiais da Marinha vão viajar para exercícios em Santa Catarina, sem ajuda de custo e a cinco dias de fechar o mês”. Pede o “adiamento da viagem, para que eles não deixem as famílias sem provento”.

Na metade inferior da primeira página, ocupando todas as nove colunas (Anexo II), eram publicadas, com frequência irregular, as seções de conteúdos científicos, literários, médicos, os chamados discursos não jornalísticos, que marcavam tanto a primeira quanto a última página do jornal, nesta sendo publicados os folhetins. Na metade inferior da primeira página da edição da tarde do primeiro dia do século o *Jornal do Brasil* publicou, como já dito, a seção “Palestras Científicas”, assinada pelo pseudônimo de Nemo. Durante boa parte do primeiro semestre o folhetim que essa seção publicaria seria a segunda parte do romance “Expição”, de Fernandez y Gonzáles.

Além das “Palestras”, o jornal também publicava nesse espaço na metade inferior da primeira página as seções “Literatura brasileira”, assinada pelo escritor Múcio Teixeira, autor do livro “Poetas do Brasil”; “Conversas médicas”, por A. P.; “Estudos de história política”, por Eunápio Deiró; entre as mais comuns. Eram temas relevantes para a época e seus conteúdos, certamente, ao mesmo tempo em que atendiam a um público mais refinado, demandador de conhecimentos e informações científicas, eram também formas e meios de divulgação científica daquela época.

Múcio Teixeira, por exemplo, na edição do dia 14 de janeiro, trata da poesia de Gregório de Matos e dos textos do padre Antonio Vieira. No dia 10 de janeiro, a seção “Conversas médicas” aborda temas como “O mosquito na etiologia da malária e da febre amarela”, a “vertigem paralisante ou o mal de Kubisagari”, “a bossa da matemática” e o “medo da morte”. Eunápio Deiró, na edição do dia seguinte, trataria em seus estudos da história política da “obra do senador Bernardo P. Vasconcelos”. E nas “Palestras científicas” que Nemo assinava, havia muito também de prestação de serviço, como na edição do dia oito de janeiro, quando trata do “aeróstato Zepelim”, da “fabricação de

pedras artificiais”, do telégrafo submarino e de como se diferenciar a manteiga da margarina: “coloca a manteiga em um tubo de ensaio e mistura-se o amoníaco. Agita-se e coloca-se mais amoníaco. Se der espuma ou está rançosa ou é margarina. Manteiga não faz espuma”.

Na segunda página, também em nove colunas, quase que invariavelmente o jornal publicava a programação do dia e do dia seguinte nos teatros da cidade – sob títulos “Para hoje” e “Para amanhã” – e, a seguir, a seção “Telegramas”, embora nem sempre as notícias internacionais e/ou dos estados viessem sob este título. Muitas das vezes, como no caso já estudado da seção “Noticiário”, eram publicadas notas, especialmente, sobre os estados brasileiros, algumas vezes “editadas” junto aos “Telegramas”. Na edição do dia dois de janeiro, por exemplo, em meio a notas sobre acontecimentos e notícias da Inglaterra, Chile, Argentina, Alemanha e Itália, ficamos sabendo que “transcorreram calmamente” as eleições em Santa Catarina. Mas há também notícias sobre o Acre, São Paulo, Pernambuco, isto é, o jornal cumprindo o papel de integrador da nacionalidade, da territorialidade do imenso país. O *Jornal do Brasil* de três de janeiro, por exemplo, noticia “a incursão do exército boliviano em território do Acre”, território que, somente em 1903, seria, enfim, formalmente criado e incorporado ao Estado brasileiro. Mas o jornal já noticiava as escaramuças entre brasileiros e bolivianos na disputa pela região.

Além dessa seção, era comum, embora nem sempre, a publicação da seção “Agência Navas”, também com noticiário internacional. Um telegrama desta agência noticia, por exemplo, na edição do dia cinco de janeiro, sobre a chegada de imigrantes italianos a São Paulo e um outro, informa sobre “uma briga entre carabineiros italianos que tentavam impedir rapazes socialistas que cantavam o hino do trabalho, composto por Turati”. Além desse noticiário internacional, a página dois trazia notas sobre assuntos variados, inclusive, notícias da cidade.

De forma também irregular, pois em algumas edições apareceriam na primeira página e, raras vezes, na página três, eram publicadas, também nesta página dois, seções com títulos como “Requerimentos despachados”, informando sobre o que foi ou não

deferido nos ministérios; “No mar”, informando sobre a chegada e partida de navios; “Notícias da Armada”, com informações sobre o meio militar; “O Foro de hoje” e “Justiça locais”, com notas do judiciário e dos processos em andamento ou julgados; “A bicharada”, com os resultados do jogo do bicho da véspera ou da manhã, em se tratando da edição da tarde; “Queixas do Povo”, que também não tinha local definido, sendo por vezes publicada na primeira página e outras na terceira; e uma seção também não cotidiana, mas também não esporádica, sob o título “Publicações”, informando as publicações recebidas e chegadas ao *Jornal do Brasil*.

À página três eram publicadas as seções de “Cumprimentos” do jornal, pequenas notas sobre aniversários, promoções na área militar etc.; “Movimento hospitalar”, com informações sobre quem deu entrada nos hospitais; e “Obituário”, que era extensa, ocupando sempre mais de uma coluna. Nesta seção, na edição do dia 23 de fevereiro, uma nota informa que no dia 17 houve “34 pessoas falecidas” na cidade e que as causas das mortes foram: “angina do peito, artrite supurada, beriberi, bronquite, cacheria cancerosa, cirrose do fígado, debilidade geral, erisidela (é assim mesmo que está grafada a palavra que hoje é escrita com a consoante “p” no lugar do “d” – erisipela), tuberculose, febre amarela, hemorragia, infecção, uremia, icteróide”.

Além dessas seções, na página três eram quase sempre publicadas as atividades de diferentes e diversas associações, a “Seção forense” e/ou “Despachos nos tribunais”, com mais informações sobre processos e julgamentos nos tribunais, e uma seção intitulada “Palcos e salões”, por vezes publicada na página quatro. Apesar da similaridade de assuntos com as seções que tratam das programações dos teatros, publicadas na página dois sob os títulos “Para hoje” e “Para amanhã”, não há vínculos ou relações de temas entre as duas seções. Mas pela “Palcos e salões” publicada nas primeiras edições de 1901 ficamos sabendo que empresários estudavam a possibilidade de trazer ao Brasil “a opereta Os Sinos de Corneville”.

Na página três o jornal publicaria ainda o noticiário sobre o comércio, ocupando boa parte, quando não toda a metade inferior da página, em algumas edições prosseguindo

na página quatro. Esta seção trazia informações amplas sobre cotações de moedas e das bolsas de valores, preços de produtos agrícolas e análises, por vezes microeconômicas, por outras macroeconômicas, principalmente da economia de Portugal, assinadas por “Fernando V. A. M. de Almeida”, isto é, o redator-chefe do jornal. Na edição do dia dois de janeiro, ele analisa o desempenho de algumas companhias das áreas de tabacos, fósforos, materiais de construção, que compreende, além de Portugal, também o Brasil, mas não somente, pois trata também dos empreendimentos portugueses na África. Ou seja, a chamada “economia colonial”. Nesta edição do dia dois, são publicadas as “teses para o próximo Congresso Colonial”.

Na página quatro, eram publicados os editais, avisos de leilões, com os grandes leiloeiros da época, como Assis Carneiro, Elviro Caldas e J. L. Sattamini, além de declarações as mais diversas, dos “Ineditoriais”, nem sempre críticos, muitas vezes de louvor, como o publicado na edição do dia dois de janeiro – “Ao Sr. ministro da Guerra” – em que “As famílias de Niterói” agradecem as presenças de três oficiais que se achavam em comissão na cidade. Por fim na página quatro, os anúncios populares, que mais tarde seriam conhecidos como os “classificados”, pela concisão e objetividade: “Precisa-se de cozinheiro...”, “Precisa-se de mocinha...”, “Precisa-se de lavadeira...”, “... de ama seca...”, “de um rapazinho português...” etc. Os anúncios eram, geralmente, publicados na seqüência da seção “Arca de Noé”, assinada pelo pseudônimo “Kabuloso”, com as sugestões, em forma de sonetos, nem sempre de boa rima, para o jogo do bicho. Na metade inferior da página, o folhetim, publicado diariamente.

Se a primeira página que inaugurou o século XX não tinha notícia em sua seção de “Noticiário”, não será esta a constatação da primeira página do jornal em sua última edição da tarde do dia 31 de dezembro de 1901, que já era outra, do ponto de vista da presença e da prioridade da notícia, embora ainda fosse, do ponto de vista gráfico, a mesma página. Desde meados do ano, a seção sobre religião fora transferida para a página três, e a primeira página do último dia do ano está praticamente tomada pelas notícias; é um jornal muito mais informativo do que aquele da edição do primeiro dia do século. Até notícia internacional já havia na primeira, como aquela, de título para lá de irônico, mas

não só isso – “Progresso feminino” – que tratava de um roubo ocorrido na Califórnia (EUA) praticado somente por mulheres. A mulher aparece, enfim, na cena da notícia, como ladra.

A charge de Ed Max, do dia 30 de dezembro de 1901, retrata capoeiras agindo nas eleições ocorridas na véspera, armados de navalhas, sovando eleitores. Na última edição da tarde de 1901, Bambino assina a charge: “A navalha eleitoral”. É o reforço da denúncia da edição anterior, ou seja, a “voz do jornal”, sua mensagem e seu editorial. O traço do desenho retrata os capoeiras, “foras-da-lei”, negros, mulatos, alguns poucos brancos indolentes⁸, todos à vontade, com navalhas à mão, a arma do malandro, do capoeira da virada do século na cidade do Rio de Janeiro, mas, a serviço do “doutô”. Como diz o diálogo da charge do *Jornal do Brasil*:

Então, venceu ou não o meu hôme?

Haverá de ter graça se o doutô não saísse vencedô! Pois sim.

(*Jornal do Brasil*, 31/12/1901, primeira página)

Uma denúncia, com certeza, das fraudes eleitorais que viciaram todo o processo político da primeira República brasileira, que vai até 1930, onde a presença popular nas urnas eleitorais era mais do que escassa, improvável. Apenas as elites tinham direito ao voto. Mas a charge, com seus capoeiras e malandros, no diálogo deixa à mostra o lugar do negro naquela sociedade: marginal, mesmo quando a serviço do “doutô”.

O jornal mudava, em busca da notícia. Sua administração e gestão também se transformavam, e logo Fernando Mendes de Almeida viajará a Nova Iorque e, depois, a Moscou (Anexo I). Equipamentos vão renovar o parque gráfico e a velha sede na rua Gonçalves Dias, 54, anunciada na primeira página do jornal, em seu cabeçalho, vai mudar de endereço e passar para o quarteirão paralelo, na moderna Avenida Central, quase dois

⁸ Há diversos registros, tanto em jornais quanto em livros, da presença de portugueses e espanhóis, os “galegos”, entre os capoeiras, geralmente moradores de bairros como Saúde, Santo Cristo, Gamboa.

mil metros em linha reta ligando os mares da então Prainha, na Praça Mauá, à Avenida Beira-Mar, tão conhecida da história da boemia e das grandes mudanças urbanas que o Rio de Janeiro passou.

Uma mudança que não acontecia somente na imprensa, mas espalhava-se pela sociedade em transformação. Empresas sendo criadas em várias áreas da atividade econômica, as primeiras grandes mudanças no espaço urbano para abrir passagens para os novos bondes elétricos e os próprios irmãos Candido Mendes participando da fundação de escolas, faculdade e até mesmo do Automóvel Club, a primeira associação a prestar socorro aos novos motoristas. A imprensa, como dito, estava também incorporada a essa onda de modernização. Disse-nos Candido Mendes, na entrevista citada (Anexo I):

O Jornal do Brasil surgiu muito dentro dessa idéia de ser o espelho dessa primeira afluência dessa sociedade móvel, marcada pelo símbolo da Avenida Central, que a gente se esquece do que foi isto, como derrubada do imaginário e reconstrução do imaginário que se faz junto com a Avenida Central. E o *Jornal do Brasil* refletiu muito isso, dentro da época, (com) o anúncio na primeira página, primeira página que era coalhada desses anúncios. Inclusive no começo só ficava uma ou outra menção, notícia, até porque o último jornal a aceitar a entrada da fotografia foi o *Jornal do Brasil*, já nas épocas bem mais adiante.

O *Jornal do Brasil*, na virada do século XX, é, portanto, não só exemplo e estudo de caso da transformação da imprensa brasileira em empresa capitalista, desenvolvendo um discurso próprio, uma nova linguagem; como também de uma imprensa que desde o nascedouro tem e mantém estreitos vínculos com a universidade, com o saber, a difusão do conhecimento (daí as colunas científicas), além da visão comercial e da gestão capitalista inspiradas pelo “novo capitalismo acionário e popular e anônimo” que o encilhamento despertou e promoveu, e que a especulação financeira, na época, fez derrubar, resultando em uma crise econômica de proporções nunca vistas, a primeira grande e grave crise produzida na economia do país, por efeito do que deve ter sido também a primeira “bolha financeira” da história econômica do país.

Sem ter a mesma visão política – “O Fernando Mendes era republicano, nítida e resolutamente republicano. O Candido Mendes absolutamente monárquico” –, unia os irmãos da Mendes & Cia. os ideais e desafios desse “novo capitalismo”, com seu mercado de ações, de capitais, das sociedades anônimas atraindo poupança e recursos para investimentos em projetos. Ou seja, era uma empresa movida por ideais capitalistas e não político-partidários, monarquistas ou republicanos. Ideais do liberalismo clássico que, no Brasil, enfrentaram sempre as mais sólidas resistências, até mesmo pela história da formação empresarial do país. Os jornais desenvolveram-se no correr do século XX, no Brasil, muito mais sob o controle patrimonial e latifundiário de algumas famílias, com profundos e intrínsecos vínculos com o poder, tanto econômico quanto político, quando não militar, do que por serem empresas capitalistas, assumindo riscos, investimentos e obrigações. O sonho de uma empresa jornalística inspirada no “novo capitalismo” ficou para um depois que, talvez, ainda não tenha chegado.

5.1 O que (e quem) dizia o *Jornal do Brasil* de 1901

Lendo o que aconteceu no início do século XX nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 vamos saber que “o mundo” chorava a morte da Rainha Vitória, com telegramas de condolências sendo enviados a Londres por chefes de Estado, monarcas e personalidades de várias partes do mundo. Em sua coluna “A Nota”, de 23 de janeiro, V. de Algerana escreveu como ficara o mundo e a vida, agora sem a presença da rainha Alexandrina Victoria, da Inglaterra, ícone da chamada “era vitoriana”: “quase não é possível compreender a Inglaterra sem a rainha Victoria – parece um dia sem sol, um céu sem estrelas”. Na página dois desta mesma edição, um telegrama com uma nota, ao mesmo tempo curiosa e reveladora das relações entre a monarquia inglesa e o papado romano, diz que: “Corre o boato de que o Papa Leão XIII enviou carta autógrafa de condolências ao rei Eduardo VII, o novo rei”. Nada poderia ser mais impreciso, enquanto um texto jornalístico.

No Rio de Janeiro se discutia o tempo de mandato dos intendentos, os vereadores da época, o novo uniforme da polícia, as greves, os sucessivos conflitos entre policiais e soldados e os roubos de galinhas e até de burros. Na edição do dia dois de janeiro, por exemplo, uma nota informava sobre a greve dos produtores de galinha, em protesto contra o aumento dos impostos. O mesmo Algerana, na edição seguinte, reclamará dos impostos “a falta de informação sobre a que se destinam”.

As greves pipocavam na cidade. Na edição do dia nove de janeiro, uma quarta-feira, uma nota na página dois chamava a atenção para a greve da limpeza pública e particular. Motivo: redução de salário. No dia seguinte, na primeira página, a charge de Bambino “A greve da limpeza pública”: em cinco das nove colunas, logo abaixo do cabeçalho do jornal, são retratados trabalhadores descalços, mas de paletós, reivindicando o pagamento de quatro meses de salários atrasados (Anexo II). A empresa é representada por uma mulher, que diz:

– Os homens não deixam de ter razão, mas eu é que estou numa “disgra” pavorosa! Ora deixe-me ver se franzindo a cara eles se atemorizam! Qual! Aqui só

há um recurso: é chamar a polícia que resolve tudo a pata de cavalo e à espada!...
(*Jornal do Brasil*, 10 de janeiro, edição da tarde, 1901)

Na mesma edição, ainda na primeira página, V. de Algerana em sua coluna “A Nota” vai comentar a greve, afirmando, logo de início, que “Os fazedores de greve não podem contar como de vitória o dia de ontem”, referindo-se ao início do movimento, noticiado pelo próprio jornal, na véspera. O texto prossegue defendendo que “o direito de expressão é livre” e “o de não trabalhar também”, mas que os trabalhadores deveriam negociar, criando uma “comissão” para conversar com o chefe. “Em síntese – é falando que os homens se entendem”, conclui. O autor, contudo, não menciona ou não tomou conhecimento da notícia publicada pelo próprio *Jornal do Brasil*, do dia cinco de janeiro, bem antes da greve, na coluna “Queixas do Povo”: “veio a esta redação uma comissão de operários da limpeza pública e particular, que não recebem salários há quatro meses (...)”.

Na edição de 12 de janeiro, página dois, uma matéria ganhou destaque. Ela informava que os carroceiros da limpeza pública “paralisaram novamente” o trabalho. O motivo era a “redução do ordenado” e a demissão de 25 carroceiros que participaram da greve, inclusive, do chefe, há 25 anos na função. Dessa vez, para impedir os fura-greves, eles retiraram, segundo a notícia, as porcas das carroças para impedir o uso delas. O texto diz ainda que houve tiros “para conter a exaltação” e pedradas “dos grevistas sobre quem aparecia para trabalhar”.

Na edição de quatro de março ficamos sabendo da greve dos operários da Fábrica de Tecidos Carioca, “que funciona no elegante bairro do Jardim Botânico”, contra demissões de colegas e mudança na forma de pagamento. A de 11 de novembro informaria da greve, desta vez, na Fábrica de Tecidos Confiança. Mas as greves na limpeza pública causavam mais impacto. Bambino com sua charge voltaria ao tema da limpeza, que era tanto pública quanto privada, e cujo trabalho consistia em carregar o lixo em carroças puxadas à tração animal.

Na edição de 14 de janeiro, por exemplo, ele abordaria a greve pelos seus efeitos negativos – a sujeira nas ruas. É uma crítica contundente. Na página dois, sob título “O lixo, abandono de serviço”, o jornal traz “ampla reportagem sobre confronto entre carroceiros da limpeza pública e a polícia”, que teve tiros e pedradas “que marcaram o confronto em vários pontos da cidade”. Informa ainda a mudança no comando da empresa e da prisão e libertação “do nosso companheiro tenente Balthazar Mendes, que se achava preso na brigada policial a ordem do 2º delegado auxiliar, por suspeita de que tivesse concorrido para a greve dos lixeiros”.

O texto promete que “Na edição de amanhã daremos notícias circunstanciadas a respeito da violência de que foi vítima o nosso companheiro”, contudo, a promessa não foi cumprida na edição da tarde seguinte. V. de Algerana é quem retoma o assunto da greve, em sua “A Nota”, que na edição de 16 de janeiro sai publicada na página dois, ela que notoriamente ocupava a primeira. O colunista aborda a questão econômica por trás da greve, informando sobre um empréstimo ou “adiantamento de dinheiro da União para a municipalidade”, para o pagamento dos “salários dos lixeiros”, e discutindo o que então já classificava como “relacionamento público/privado”, a autonomia do serviço de limpeza “já que a companhia da limpeza atrasa salário alegando inadimplência – a limpeza particular não dava lucro”.

Os trabalhadores da limpeza voltariam a paralisar as atividades, e Bambino, em sua charge editorial da edição da tarde de 19 de janeiro, desenharia três lixeiros, um descalço e todos mal vestidos, estando o descalço com o dinheiro à mão e travando com os demais o seguinte diálogo:

- Ora até que enfim recebemos a nossa massinha!
- Arre, que nos custou hein seu Zé?! Se não gritássemos não vinha mesmo! Estavam agarrados ao cobre como ostra em pedra! Irra!
- Agora, vamos ao trabalho!

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 19 de janeiro)

Cumprindo seus objetivos editoriais traçados previamente, o jornal publicava notícias populares e trazia para suas páginas e para seu discurso os problemas e até mesmo as “falas” sociais do dia-a-dia de sua época, como as de cima e as da charge anterior, em que a empresa é retratada na figura de uma mulher que está “numa ‘disgra’ pavorosa!”. Os problemas do povo, os “dramas” populares, passam a ter visibilidade, a ser noticiados, mas as falas próprias dos atores desses dramas não aparecem, não são ouvidas, ou, quem sabe, estejam silenciadas para sempre.

As “falas” que aparecem parecem “editadas” e os sujeitos dessas falas “assujeitados” à linha editorial e aos interesses que o jornal defende ou com os quais simpatiza. O trabalhador que aparece falando é comportado – “Agora, vamos ao trabalho!”. Não é o que briga com a polícia e nem aqueles “fazedores de greve” a quem V. de Algerana alertara para que não considerassem “como de vitória o dia de ontem”. O jornal tanto criticava o lixo nas ruas, resultado do “Abandono de serviço”, como alertava os trabalhadores para a necessidade de negociarem com a empresa, criticando a própria empresa, ao denunciar seu discurso, como na parte conclusiva da fala da mulher/empresa: “Qual! Aqui só há um recurso: é chamar a polícia que resolve tudo a pata de cavalo e à espada!” A frase encerra o conceito que duas décadas depois seria expresso por um presidente da República: problema social é problema de polícia.

Mas os problemas da municipalidade só se faziam crescer neste início de século, no Rio de Janeiro, mais de uma década depois da Proclamação da República. Além do lixo, os transportes, em especial, os bondes, eram motivos de insatisfação, tanto dos funcionários, que vez por outra paralisavam suas atividades, quanto por parte da população, que escrevia para o jornal pedindo para denunciar o atraso no horário do transporte. “Moradores do Catumbi reclamam do bonde e pedem para o *Jornal do Brasil* ir ao local averiguar”, diz nota da página dois de quatro de fevereiro. E o apadrinhamento é também, já, um problema de cidadania e municipalidade. Na edição de 15 de julho, o jornal publica “a segunda carta que recebemos sobre essa numerosa e importante classe”, as professoras adjuntas. Reclamam contra a Secretaria de Instrução “e os seus afilhados”. A burla ao concurso público, com a contratação de “afilhados”, “apadrinhados”, expõe

uma característica que se tornaria comum ao Estado brasileiro, as contratações no serviço público a partir das influências nesse serviço do chamado “pistolão”, pessoa capaz de com seu prestígio e poder interceder em favor de alguém.

Mas para além da denúncia do apadrinhamento nas contratações da Secretaria de Instrução, ou do atraso no horário dos bondes, há um papel referencial do jornal enquanto ator social. É assim que ele parece ser distinguido pelos leitores que o procuram, segundo as notas publicadas em suas próprias páginas.

Sr. redator. Não leveis a mal a nossa insistência (...) e permiti que fiador na verbial hospitalidade que o *Jornal do Brasil* costuma conceder em suas colunas a tudo quanto é justo, vos solicitamos mais uma vez a inserção das presentes linhas, o que muito nos penhorará. (...) (E seguem as reclamações).

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 15 de julho de 1901)

No dia nove de janeiro, por exemplo, o jornal publicaria na primeira página da edição da tarde, ao lado da charge, nota sob título “Mais violência por causa do Jornal do Brasil”. Informa o caso do comerciante José Luiz de Oliveira, “que não tendo sucesso em tirar do xadrez o amigo dele, José Vieira, preso injustamente, em um desabafo, já fora da delegacia, ameaçou relatar o fato ao Jornal do Brasil”. Acabou preso e no livro da delegacia constou que ele fora preso “porque disse que se ia queixar ao Jornal do Brasil”.

Na edição do dia 15, o curioso relato sobre um “dólmã de tenente-coronel do estado maior da Guarda Nacional encontrado na porta do estabelecimento comercial Moreira & Mesquita”. Diz a nota que:

Em vez de ir à polícia, o sr. Moreira preferiu chamar pelo telefone o Jornal do Brasil, pedindo a presença de um de nossos companheiros para sindicarem o fato e ouvir a declaração de diversas testemunhas que o presenciaram. Escusa-se o prejudicado de dar queixas à polícia, enquanto lá se abre inquérito para não apurar

nada, a farda e a sobrecasaca ficam no escritório do Jornal do Brasil à disposição de seu legítimo dono.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, página 2, de 15 de janeiro de 1901)

O ano começara com a discussão sobre o mandato dos intendentess, os vereadores de então. Alguns concluíam que era de dois, outros de três anos. Já na edição do dia dois de janeiro o tema era abordado na principal reportagem da edição, publicada na primeira página, com título e subtítulos em seqüência de linhas: “Distrito Federal / Conselho Municipal / O mandato dos intendente / Prorrogação do mandato? / A eleição / Interview”. A palavra entrevista era, então, escrita em inglês, sem grifo itálico que diferenciassse o uso de palavra estrangeira. Diz o texto:

Assunto controvertido para uns, perfeitamente definido em leis, para outros. O público em sua grande maioria ignora por completo os termos em que a questão se debate. *(Jornal do Brasil, edição da tarde, 2 de janeiro de 1901)*

O jornal promete “ouvir muitos” políticos e a primeira “interview” é com o senador Bernardo de Mendonça Sobrinho, eleito pelo estado de Alagoas, “constitucionalista conhecido que tem se dedicado com particular empenho ao estudo da organização do Distrito Federal”. Na “interview”, o senador defende que a combinação de leis o leva a concluir pelo mandato de dois anos. Só que o jornal não pensa da mesma forma e o redator escreve que houve “um cochilo de redação” na elaboração legislativa, insistindo na “duplicidade de leis” que assegurariam tanto o biênio quanto o triênio.

O redator da “interview” interfere editorialmente na compreensão da opinião da autoridade política que ele foi entrevistar, acrescentando e defendendo ponto de vista contrário ao do entrevistado, apesar dele ser um “constitucionalista conhecido”. Isto é, a opinião diferente à do redator saíra publicada – o legislador concluiu pelo mandato de dois anos, na entrevista a que fora convidado –, mas emoldurada pela opinião do jornal, e de certa forma, desautorizando-a. Ou seja, apesar de estar ouvindo um “constitucionalista” a

opinião do jornal parece prevalecer sobre a do entrevistado – a lei é dúbia e admite tanto dois quanto três anos de mandato.

Que o jornal contradite opiniões que ele próprio publica é o que se pensa como um dos propósitos de um jornal. Contudo, em espaço próprio, editorial, e não desautorizando a palavra do entrevistado, no mesmo texto em que apresenta a opinião dele, enquanto entrevistado pelo jornal. Este tipo de texto do redator, essa condução da produção dos sentidos através do discurso escrito parece trazer consigo tanto vestígios dos textos jornalísticos passados, mais literários e meramente defensores de ideais, quanto o que mais tarde Bourdieu (1998) identificou como o incômodo e constrangimento em saber que tudo que será dito passará pelo filtro, opinião e conhecimento do jornalista a respeito do assunto sobre o qual se diz, bem como dos interesses do jornal para o qual ele trabalhe.

Mas a duplicidade e a existência de contradições entre leis e garantias jurídicas não seriam notícias somente no início do século, pois esta parece ser uma característica da história legislativa do Brasil que permanece até os dias de hoje. Como não é de hoje, por sua vez, que o trabalho legislativo é modorrento e parece improdutivo. Na mesma edição que traz a “interview” com o senador Mendonça Sobrinho, sobre o tempo dos mandatos, V. de Algerana, em sua “A Nota”, aborda que esse problema da indefinição legal sobre o tempo dos mandatos dos intendentos decorre do fato que ninguém prestava atenção nas votações do Conselho Municipal. O texto retrata comportamentos que mantêm familiaridade com os dias de hoje e começa exaltando o Parlamento inglês, “do qual nós só assimiláramos o que não presta”.

O secretário, do alto da mesa, vai rezando aquela lenga-lenga, ninguém o ouve, ninguém lhe presta atenção e, afinal, todos votam a favor do que nem ouviram, ao chegar à clássica frase – “os senhores que aprovam a redação que acaba de ser lida, queiram levantar-se...”.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, 2 de janeiro de 1901)

O assunto voltaria nas edições seguintes, embora não viesse a ter o longo curso que o próprio jornal anunciara. Na edição do dia quatro de janeiro, na primeira página, o jornal informava que “continuamos a entrevistar” (ou seja, não apenas o substantivo feminino era grafado a partir da palavra inglesa “interview”, como se produzia um verbo com o neologismo). Na “Nova interview”, como dita o título, o entrevistado era o também senador Thomaz Delfino, eleito pelo Distrito Federal, que defende o mandato de três anos. Desta vez, o entrevistador não interferiria com suas opiniões no texto da “Nova interview”, quem sabe, por concordar com a opinião do entrevistado...

E com essa segunda entrevista o tema sumiria das páginas das próximas edições da tarde. Mas os problemas da municipalidade, não. Na edição de 22 de janeiro, por exemplo, uma terça-feira, é publicada carta do leitor Joaquim da Costa Salgueirinho, “morador da rua Humaitá, 75”. Nela, o leitor escreve sobre os danos do temporal de sábado, pois, talvez “V. queira publicar no seu muito acreditado jornal” sobre a chuva torrencial que inundou o Humaitá, caindo árvores em Jacarepaguá, paralisando bondes no Largo do Tanque e na Quinta da Boa Vista. Sob o título “Fatalidade”, outra nota informa sobre a morte de uma criança afogada em um buraco de obra. Na edição da tarde do dia seguinte, a charge editorial de Bambino terá por título “Afogado”, com a epígrafe questionadora: “Quem tem responsabilidade direta da morte dessa infeliz criança?” O jornal é um ator social e político, questiona e interpela ministros e até mesmo o presidente da República sobre assuntos os mais variados, inclusive, sobre a criação da nova taxa para alvará de soltura. Ele questiona, põe os assuntos em debate e dá sua opinião.

Na edição de 25 de janeiro, V. de Algerana comenta e discute a medida baixada pela Saúde Pública, “para que os comissários de higiene monitorassem os atestados de óbito, pois muitas mortes por bubônica ou febre amarela estavam sendo dissimuladas por outras moléstias”. No dia seguinte, na primeira página, o colunista de “A Nota” insiste no caso, contestando a determinação para que os comissários da Saúde Pública fiscalizem os atestados de óbitos. Diz a nota:

Mas se a questão é por causa das doenças infecto-contagiosas, que alguns médicos, esquecidos do cumprimento do dever, como por aí se diz, ocultam aos

defensores sanitários da capital, ao invés desses comissários fiscais, não seria melhor a obrigatoriedade de desinfecção no domicílio, sem para que falecesse alguém; a queima de tudo que fosse encontrado no aposento em que morreu o doente, e mais providências correlatas, fosse qual fosse a moléstia, desde que se desse um óbito? (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 26 de janeiro de 1901)

As moléstias proliferavam na antiga capital do império brasileiro, e prosseguiam no período republicano. Ainda a sociedade teria de esperar alguns anos para que, sob intensos protestos da população, bem como da própria imprensa, e que explodiriam na já conhecida *Revolta da Vacina*, Oswaldo Cruz realizasse o trabalho saneador da cidade. Isso porque a questão da saúde pública era tema controverso. Já na edição da tarde da terça-feira, primeiro de janeiro de 1901, o jornal publicava em sua página dois a carta de “um oficial do Exército”, sob o título “Laboratório Químico e Farmacêutico Militar”. Reclama da proibição pelo comandante diretor de os médicos receitarem medicamentos para evitar doenças como a peste bubônica e a varíola. Ficaram proibidos: sabonetes medicinais, Água Inglesa, Lysol, Vinho de Jurubeba, Magnésia Fluida. E denuncia que o posto de saúde que atendia a guarnição, em São Cristóvão, foi fechado.

Os problemas da cidade eram imensos e intensos, escorriam por todas as áreas do poro social. Até mesmo porque o “programa de ajuste” que Campos Sales impusera à economia deixara o Estado sem recursos para investimentos. Na saúde pública, a falta de saneamento era um dos fatores determinantes para a proliferação das moléstias. Até então as soluções, desde o Império, eram de curto ou médio prazo. Além dessa paralisia do poder público, parece que havia também um certo ceticismo em relação aos avanços científicos, talvez, quem sabe, pela necessidade de combater uma memória ainda “viva” daquele positivismo dos jacobinos do primeiro governo republicano, o Governo Provisório, para quem o Progresso e a Ciência não conheciam obstáculos.

Esse ceticismo o *Jornal do Brasil* expressaria na edição de 12 de janeiro, com a charge/editorial de Bambino, intitulada “A descoberta”, a partir de um “telegrama de Havana”, informando que “uma comissão de médicos norte-americanos anuncia ter

descoberto o germe da febre amarela, que consiste em um parasita”. Na charge (Anexo II), a figura da morte aparece sorridente, com a foice à mão e a roupa comprida, e a legenda para lá de debochada e descrente:

– Os Esculápios não cansam de parafusar o miolo à procura do meio de liquidar-me... Pois eu continuo a rir-me, a rir-me, e sem receio de todos os descobridores que estão há muito tempo a descobrir e... nada descobrem!... Qual! Parece que tenho vida para muito tempo! Eu e as minhas companheiras de lida – a tuberculose e a bubônica!...

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 12 de janeiro de 1901)

A charge (re)produz e amplifica uma certa descrença em relação aos progressos das experiências médicas – “Parece que tenho vida para muito tempo!”, diz a morte, confundindo-se com uma “vitoriosa” febre amarela –, o que contradiz com os esforços de divulgação científica empreendidos pelo próprio jornal, com suas seções sobre medicina, história e as “Palestras Científicas”. Ao mesmo tempo, mostra uma diversidade de comportamento e reação diante das informações científicas que talvez estivesse presente, quem sabe, na própria sociedade do Rio de Janeiro que atravessa o século XX. As descobertas em Havana, por ironia a esse ceticismo incentivado pelo jornal, dariam fim à febre amarela. Mas o ceticismo perduraria ainda algum tempo na sociedade e nos jornais.

Dois anos depois dessa charge, Olavo Bilac, precipitando-se diante de um telegrama que informara (erroneamente) da volta da febre amarela em Cuba, escreveu na *Gazeta de Notícias* de 1903: “(...) Que me dizes do que se está passando em Cuba? Dizem que a febre amarela reapareceu... Tanto mosquito morto, e ela cada vez mais viva” (Scliar, 1996, p. 46). A afirmação do poeta e jornalista que a febre está “cada vez mais viva” é em outras palavras o que diz a “morte”, na charge de Bambino, dois anos e meio antes, no *Jornal do Brasil*: “Parece que tenho vida para muito tempo”. O telegrama era falso, e a febre amarela estava decididamente extinta na ilha caribenha.

Mas esse poder de influenciar o público e os formadores do que se convencionou chamar de “opinião pública” foi percebido pelo próprio sanitarista Oswaldo Cruz, em sua difícil jornada para desmontar, combater os ceticismos e pontos de vistas arraigados na população, como o de que a febre fosse invencível, imbatível. Scliar (1996) conta que:

Da mesma forma o sanitarista recorrerá eventualmente aos meios de comunicação, que são sempre uma faca de dois gumes, como Oswaldo veio a descobrir. Mas que remédio? Saúde pública não existe sem público, e não há outra forma de atingir instantaneamente esse público. Por vezes a mídia é o espaço em que se dá a polêmica. (p. 74)

Mas para além do ceticismo que havia na sociedade em relação ao fim de certas moléstias e das epidemias, o jornal expunha problemas outros da municipalidade da capital do país, como, por exemplo, o da transparência da gestão pública, especialmente no que diz respeito ao saneamento e a saúde pública, que deveria ser mínima, pelo que se lê à página dois, da edição do dia três de janeiro:

Somos informados de que, com as maiores reservas, está sendo redigido no gabinete do sr. dr. Prefeito o contrato de saneamento do Rio de Janeiro. Diz-se que o plano aceito é o oferecido pelo engenheiro Revy, que se propõe a executá-lo com capitais fornecidos pelo sr. barão de Ipiaba.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, dia três de janeiro de 1901)

Falta de água e de limpeza pública eram reclamações recorrentes na seção “Queixas do Povo”. Na edição de três de janeiro, várias notas denunciavam a falta d’água em ruas do Centro, falta de limpeza pública nas ruas que cortavam a antiga área central da cidade, onde, décadas depois, apareceria a avenida Presidente Vargas. Nesta edição, o jornal também noticia, com algum exagero, que:

Informam-nos de que na mesma rua (Miguel Ângelo), entre as de Baldraco e Pedro Álvares Cabral, há uma floresta de plantas exóticas, parasitas, lixo,

atravancando o trânsito, e que por ali a limpeza pública jamais dá um ar de sua graça.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, três de janeiro de 1901)

O jornal é, portanto, ator social e político, com papel que é referência na sociedade. Por isso o público busca o jornal para se informar e também para informá-lo – “Informam-nos...”. Ao mesmo tempo em que o jornal busca publicar notícias populares, ampliando o seu público leitor e tratando de temas até então pouco comuns e que pouco apareciam nas páginas dos outros jornais, ele se torna mais popular. Na mesma seção “Queixas do Povo”, mas no dia 11 de fevereiro, o texto informa:

Escrevem-nos: Sr. redator. A Travessa Benjamin Constant, na Glória, foi, ao que parece, retirada do mapa cartográfico do Distrito Federal, pois há mais de três anos não sofreria limpeza, não fossem os moradores”.

(Jornal do Brasil, 11 de fevereiro de 1901)

Notas como essa eram comuns e quase diárias, mudando-se tão somente os bairros. Na ausência do poder público, a iniciativa privada aparecia. O jornal publicava uma coluna sob o título “Associações”, tratando de entidades que se formavam e divulgavam suas atividades, entre as quais uma das mais freqüentes era a voltada para o combate à tuberculose, com informações sobre atividades para angariar recursos e donativos. Mas todo tipo de associação era divulgado. Na edição de três de janeiro, por exemplo, a seção das “associações” traz a informação de que “foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro”. Na petição em que justificam a criação da instituição, o senador Quintino Bocayuva (presidente) e o dr. Moncorvo Filho (fundador) alegam que o Instituto tem o “intuito de preencher momentosa lacuna”. Moncorvo Filho é figura presente nas páginas do jornal. Na edição de 14 de fevereiro uma nota informa ser ele “o primeiro médico brasileiro a receber o honroso título de membro correspondente da Sociedade de Pediatria de Moscou”.

Ainda na edição de três de janeiro, mas, à página três, antecedido por notícias da “Seção forense” e de “editais” de falência de seis empresas pelo Tribunal Civil e Criminal, é publicado o que hoje chamaríamos de um boxe com informação publicitária, informando da “criação da Sociedade Beneficente Mendes de Almeida, para prestar socorro material e moral aos sócios e esprotegidos”. Mendes de Almeida eram os irmãos Fernando e Candido, donos do jornal desde 1894, sendo o primeiro editor e redator chefe.

Em 15 de julho, a edição da tarde do *Jornal do Brasil* publicaria curiosa e extensa nota sobre “A festa do Jardim Zoológico”, como cravava o título, referindo-se ao “grande festival em benefício das famílias das vítimas dos recentes conflitos motivados pelo aumento das passagens da Companhia de S. Cristóvão”. Na linha seguinte:

O programa dos festejos constou: de visitas às jaulas dos animais, corridas de bicicletas pelos valentes sócios do Velo-Club, danças ao ar livre, organizadas por gentis senhoritas, espetáculo variado e leilão de prendas. À 1 hora da tarde teve início a grande corrida de bicicletas. O primeiro páreo – Mocidade – foi ganho por Zid, em primeiro; Veloz, em segundo; e Juscky em terceiro, não tendo tirado colocação Anto, Gastão e Linton. O páreo foi regularmente disputado, tendo sido percorrida a distância de 500 metros, uma volta em 56 segundos. No segundo páreo (...). (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 15 de julho de 1901)

Ao final da “ampla reportagem”, após um extenso relatório dos resultados do que fora toda a competição e os seus respectivos festejos e brindes – material nada jornalístico, e mesmo enfadonho – a informação final (e certamente esclarecedora, em parte, para tão generosa cobertura): “O sr. Carlos Drumond, diretor do Jardim Zoológico, ofereceu aos representantes da imprensa uma lauta mesa de doces. Às 6 horas terminavam os festejos”.

Nas edições da tarde dos dias 23 e 26 de dezembro o *Jornal do Brasil* publicaria as charges de Bambino e notas sobre o “Natal dos pobres e das crianças”, com a representação de uma figura materna alada cercada de crianças e mães com filhos ao colo. Numa outra charge, a “distribuição de esmolas e brinquedos no *Jornal do Brasil*”, com o desenho de centenas de crianças, de mães e algumas poucas figuras adultas e masculinas,

traz a consagração não do nascimento de Cristo, mas do jornal. *O Popularíssimo*, enfim, era também o Papai Noel dos pobres...

O jornal continha informações curiosas, como as que se seguiam na coluna “Requerimentos despachados”, na página dois daquela mesma edição da tarde do dia primeiro de janeiro, onde somos informados sobre o que se passa nos ministérios. No “Da guerra”, por exemplo, consta que “Oscar Schmidt, ex-praça do Exército, pedindo pagamento de etapas que deixou de receber – complete selo do requerimento”; ou “Tenente João de Deus Menna Barreto, propondo a adoção no exército de um ponche de borracha de sua invenção, que não foi aceita”.

Na edição de 17 de janeiro, na página dois, há a informação das cartas recebidas “no escritório” do *Jornal do Brasil*, uma delas, sem maiores detalhes sobre o conteúdo, tem como remetente um certo “dr. Lima Barreto”. Na edição do dia 23, na mesma página, nova referência à correspondência enviada ao jornal pelo “dr. Lima Barreto”. O escritor das “Recordações do escrivão Isaías Caminha” (1943) nasceu em 1881, portanto, na virada do século estaria para completar seus 20 anos. Morava em um quarto, na rua das Marrecas, no Centro do Rio, e se esforçava para ser aprovado no exame de Mecânica Racional do terceiro ano do Curso Fundamental da Escola Politécnica. Terminaria reprovado três vezes pelo professor Licínio Cardoso, até abandonar o curso (Barbosa, 1952, p. 100). Ou seja, é possível que as cartas enviadas ao *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1901, fossem mesmo do então estudante Afonso Henriques de Lima Barreto. Mas o que diziam? Jamais saberemos.

As notas sobre roubos eram praticamente diárias, muitas delas mais que curiosas, hilárias aos olhos e ouvidos de hoje. Senão, vejamos o que diz a nota a seguir, publicada na segunda-feira, 14 de janeiro.

Ontem, às três horas da madrugada, os gatunos fizeram uma limpeza no galinheiro da casa do sr. Albino, morador à rua Barbosa, n. 28, em Cascadura, levando as galinhas e algumas peças de roupa que encontraram. Aos gritos de “pega ladrão”, fugiram os gatunos, levando precipitadamente os objetos roubados. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 14 de janeiro de 1901)

Qual terá sido a intenção do redator, o que ele quis dizer quando escreveu que os “gatunos”, “aos gritos de ‘pega ladrão’”, fugiram, “levando precipitadamente os objetos roubados”? Como assim, precipitadamente? Como é de imaginar que nenhum gatuno vai esperar a polícia ou o dono do objeto roubado aparecer, ficam em aberto os sentidos possíveis e almejados pelo redator. Mas roubava-se muita galinha no Rio, naquela época. Eram comuns notas pequenas denunciando “roubo de galinha na Praia do Russel”, “em Botafogo”, “no Engenho de Dentro”, mas o bairro, segundo a edição do dia 30 de janeiro, em que mais ocorriam os roubos das penosas era o da Piedade, um subúrbio do Rio, entre o Méier e o Encantado. Coincidência nada mais que propícia esse nome do bairro para os ladrões: piedade. “O último (roubo) aconteceu no lugar Buraco Quente, perto da estação”, diz a nota. Mas roubava-se também camarão, como diz pequena notícia publicada em cinco de fevereiro, informando do “casal preso no xadrez por roubar um cesto de camarão de Jerônimo de tal”. E também “burros furtados na rua Goiás, no Méier”. A mesma rua Goiás em que, no dia 25, foi preso “um bicheiro italiano, quando vendia aos incautos o celeberrimo jogo dos bichos”. Nomes e sobrenomes não eram tão importantes, mas a notícia estava lá, nas páginas do jornal.

Aliás, essa mesma edição de 25 de janeiro registraria pequena nota com reclamação contra “o mau atendimento na Biblioteca Nacional – faltam obras, outras ainda não catalogadas e o horário irregular”. Cinco dias depois, o jornal publicaria carta do diretor da Biblioteca, Manuel Cícero, justificando o pequeno quadro de servidores da instituição e lamentando que cartas como as publicadas pelo jornal não sejam dirigidas diretamente a ele, diretor. Diz ainda “não ter fundamento a queixa de que o Salão Público fecha às três horas, pois ele fecha às nove”. Seria mesmo?

O jornal não verifica a veracidade da denúncia e nem das afirmações do diretor da Biblioteca, e nem extrai da reclamação um assunto de pauta, até porque não havia ainda a função que mais tarde ficaria conhecida como a de “pauteiro”: o profissional que seleciona assuntos a serem apurados, pesquisados e investigados pela reportagem e que depois

poderão tornar-se ou não matérias, reportagens, entrevistas. O assunto, que (aos olhos de hoje) renderia uma excelente pauta para uma reportagem, sai de cena nas páginas do jornal. Antes, porém, na edição de sete de janeiro, uma segunda-feira, uma nota publicada na primeira página informava que “Em 12 dias que funcionou em 1900, (a Biblioteca Nacional) recebeu 946 leitores, que consultaram 1.189 obras, a maioria sobre ciências e em português, seguindo francês (378), inglês (27) e latim (18)”.

Publicar balanços das atividades públicas era comum nas páginas do *Jornal do Brasil*. Na edição do dia três, por exemplo, ficamos sabendo do “Movimento hospitalar”. O número de atendidos no dia 31 de dezembro, nos hospitais da Cidade (Misericórdia) e dos hospícios de Nossa Senhora da Saúde, São João Batista, Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi: 1.741 enfermos, sendo “959 nacionais, 782 estrangeiros”. A nota conclui que, “na média, faleceram 8,4 de cada”. Apesar do pouco desenvolvimento da linguagem jornalística, o “economês” ou a “mania da estatística” como fontes da verdade já estavam presentes no texto do jornal. Pelo menos, neste caso. Já o Museu Nacional, segundo nota desta mesma edição, que abria suas portas ao público às quintas, sábados e domingos, das 11h às 14h30, recebeu, em 1900, 23.928 visitantes, sendo 4.266 crianças.

5.2 Primórdios da reportagem policial

A reportagem policial é, praticamente, em todos os jornais não especializados (como os de economia, turismo, esportes etc.), a porta de entrada dos e das jovens profissionais de jornalismo. É comum, para adquirir experiência e ganhar confiança na apuração de assuntos e nas entrevistas, o início da vida profissional dos jornalistas nas grandes redações se dar pela cobertura policial, no acompanhamento do que acontece no mundo social do crime, através da “ronda” pelas delegacias de polícia, onde a reportagem se informa dos últimos acontecimentos, confirmando boatos, informações já divulgadas por emissoras de rádio, tevê, notícias transmitidas pela internet etc.

Na virada do século, as notas e mesmo reportagens policiais eram as mais presentes nas páginas do *Jornal do Brasil*, até pelo interesse editorial de publicar notícias populares. O jornal publicava muitas notas de roubos, furtos, brigas de ruas, mas, em 1901, o mais comum em suas páginas eram as críticas à polícia do Rio. Boa parcela da cobertura do noticiário do jornal dizia respeito à polícia e ao relacionamento, pelo visto, problemático, entre a instituição policial e a imprensa.

Já na edição de primeiro de janeiro, texto com título “Reforma policial” afirma que “Como bem disse o *Jornal do Brasil*, está se fazendo sentir o modo irregular e incompetente com que os srs. ministro da Justiça e chefe de polícia organizaram essa já agora trapalhada, sob o título de reforma policial”. E prossegue:

No número dos felizardos contemplados nessa trapalhada está o inspetor Brandão (...), sobre quem o *Jornal do Brasil* teve ocasião de ocupar-se, salientando seu pouco escrupuloso procedimento com relação às exceções que, em proveito próprio, fazia, na odiosa repressão contra as mulheres fáceis daquela circunscrição (...) Com semelhante norma de proceder, o prestígio da administração só tem a perder, mas... assim lamentavelmente o permite o sr. presidente da República. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 1º de janeiro de 1901)

A crítica era contundente e o jornal não se eximia de alvejar, nela, a atuação de autoridades do primeiro escalão do governo e até mesmo do presidente da República (na época, Campos Sales). Esta elevação de tom vinha em razão de uma reforma policial não bem explicitada e bem informada pelo jornal, pois, sobre ela pouco se fica sabendo. Não há notícias, na edição da tarde, por exemplo, informando que reforma foi essa. Mas ação e a crítica do jornal deviam incomodar de tal modo, que o chefe da polícia (segundo o jornal) determinou que não mais fossem repassadas informações à reportagem. Daí, sob o título “Bom início / Ordem arbitrária”, nota na primeira página do dia dois de janeiro informa que “o delegado Bemvindo Moura, da 2ª circunscrição urbana, ao assumir, determinou aos inspetores que não fornecessem nenhuma notícia à reportagem”.

A determinação do delegado será tema da charge de Bambino, na edição do dia três. Um repórter bem vestido, papel e caneta em cada uma das mãos, ouve de um policial de bigodinho bem caricato o seguinte:

- Se o sr. quiser pode entrar, mas previno-lhe que nada saberá. Os inspetores estão avisados: sua excelência, o doutor, não quer que eles falem...
 - Pois diga ao doutor Malvindo que ele há de ganhar muito com isto!
 - Não há que ver, o homenzinho antes deste fim de século é chefe da polícia.
- (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, três de janeiro de 1901)

A marcação sobre o delegado Bemvindo será quase que diária pelo jornal, embora nem sempre com a precisão do sobrenome, que ora aparece Moura, ora Meira. Em edição dias depois, sob o título “Evasão de um gatuno” é publicada a nota:

O sr. Bemvindo Meira, delegado da 2ª circunscrição, que tem negado notícias à reportagem policial, pode ter certeza que não ficará livre de nossa vigilância. Havemos de narrar todos os abusos e desleixos que se praticarem na sua delegacia. Para pasmo de amostra temos o fato da evasão de um indivíduo, preso em flagrante por crime de furto, que se realizou hoje pela madrugada. Na edição de amanhã daremos notícia circunstanciada a respeito. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 10 de janeiro de 1901)

Na charge da primeira página da edição do dia quatro, Bambino retrata o delegado Bemvindo sendo repreendido por superior, com o repórter do jornal meio escondido, apreciando a cena e com o seguinte comentário:

- Bem feito! Chupa que é cana doce!

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 4 de janeiro de 1901)

Mas há pouca informação sobre que reforma é essa. Na edição do dia cinco, sob o título “A trapalhada policial”, é dito que a reforma produziu a “falta de atendimento na repartição central da polícia”. E na charge de Bambino aparece um homem enlouquecido, com o texto: “Como vê o homem que foi tentar entender a reforma policial: acabou dando pulos e berros. Ficou louco, perfeitamente louco”. A sensação é que ao leitor não é dada a oportunidade de ser informado sobre como e por que foi feita a reforma, que acabara de deixar aos “pulos e berros”, “louco, perfeitamente louco”, “o homem que foi tentar entender a reforma”. Mas que reforma era essa? O discurso do redator silencia.

Uma nota publicada na edição do dia quatro de janeiro vira charge na edição da tarde do dia oito (Anexo II). A nota é a denúncia de um preso na Casa de Detenção que, solto, “foi ao *Jornal do Brasil*” dizer que sofreu espancamento e “torturas do cambá”, que consistiria em colocar um pão atravessado na boca do detento para impedir que gritasse. Novamente, o jornal aparece como fonte e instrumento de denúncias para a população. Na charge aparecem quatro policiais, mais o delegado e o preso, seguro pelas costas e com o pão atravessado na boca, com a legenda:

– Sabem o que é um cambá, meus caros leitores? (E segue a explicação)

– Mas onde se pratica semelhante suplício? Na China, na Turquia ou na Costa d’África?

– Leiam e pasmem! É na capital federal, ali assim na Casa de Detenção.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, oito de janeiro de 1901)

As críticas à polícia apareciam sob diferentes abordagens. Sob o título “Não é sério”, a edição de 11 de fevereiro noticiava que:

Chegou ao nosso conhecimento que tendo o Clube dos Fenianos planejado um carro alegórico para o carnaval, mandou o seu desenho para o chefe da polícia, para este pôr o competente visto, o que foi feito depois de minucioso exame, sem objeção alguma. Dias depois o carro estava construído, com grande dispêndio e pronto para sair. O encarregado da polícia, porém, entendeu que devia voltar atrás e mandou desmanchar o carro, depois de ter concedido a licença. E a despesa que se fez?, alegaram os prejudicados. Nada o demoveu do seu intento. Não é sério. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 11 de fevereiro de 1901)

Mas nem sempre prevaleceria a crítica contundente. Muitas das vezes a crítica apareceria enviesada, no meio de notícias que pareceriam (aos olhos de hoje) mais gozação e brincadeira. Na seção “Notícias da Armada”, na primeira página da edição da tarde de 13 de fevereiro, por exemplo, uma nota, com o título “Inspetor falsificado”, tem o seguinte texto:

João da Costa e Silva tem grande vocação para inspetor de quarteirão, como ele diz. Com a polícia atual, principalmente, ele se coaduna muito bem, pois, o seu maior gostinho é prender pacatos cidadãos. Ontem, às 10 horas da noite, intitulado-se inspetor seccional, ei-lo na rua General Câmara a intimar todas as mulheres que se achavam nas janelas. Fez grande reboliço o homenzinho e afinal foi descoberta a *tramóia* e o novo *inspetor* teve o xadrez da 3ª delegacia para seção de diligências policiais.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 13 de fevereiro de 1901)

O tom irônico do texto transmutava-se para dramático, quando assim exigia a cobertura. Uma edição anterior, por exemplo, o jornal noticiava em sua página dois, sob título e intertítulo, em duas linhas, “Louco / No Necrotério”, o seguinte:

Na primeira mesa à esquerda jazia hoje no Necrotério o cadáver da desventurada Maria do Carmo Duarte, covardemente assassinada ontem pelo seu ex-amante José de Almeida, como noticiamos minuciosamente na edição da manhã. Grande massa de curiosos estacionava à porta da casa dos mortos, em atitude piedosa, lastimando o triste sucesso (...). O cadáver da vítima trajava ainda as roupas com que foi assassinada, devendo vestir-se de preto para o enterro que se realizará às quatro horas da tarde, no cemitério de São Francisco de Paula, às expensas de sua amiga Percilia Ramos (...).

Esteve também no Necrotério d. Maria José de Almeida, senhora idosa e respeitável. Vendo o cadáver da vítima de seu irmão, profligou o seu procedimento, envergonhando-se de ser sua irmã. Não quer mais vê-lo e pede a Deus que o mate. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 12 de fevereiro de 1901)

Terá realmente a irmã do assassino “profligado” o procedimento do irmão? Terá realmente pedido “a Deus que o mate”, como diz o redator? Onde está a voz dela no texto? Uma vez mais as “falas” próprias dos atores sociais não aparecem, mas sentidos lhe são atribuídos pelo redator da notícia.

Na edição do dia primeiro de março nova denúncia contra um inspetor de polícia – “Mais uma arbitrariedade foi ontem cometida pelo inspetor Alexandre, da 7ª circunscrição, já bastante conhecido dos leitores do *Jornal do Brasil* pelas suas façanhas policiais”.

Ontem, às oito horas da noite, o célebre inspetor prendeu, na rua Dona Feliciano, José da Silva Clemente, antigo empregado da Companhia de Gás, e, levando-o para uma estalagem abandonada da rua Senador Eusébio espancou a bofetadas o pobre homem. Não satisfeito com isso, mandou duas praças que o acompanhavam espalhar brutalmente o preso. Os srs. José Antonio Pereira e Joaquim da Silva, moradores da rua Visconde de Itaúna, n. 231, ambos empregados da Cia. de Gás, assistiram ao espancamento de que foi vítima Clemente, seu companheiro de trabalho, e, indignados, vieram queixar-se ao *Jornal do Brasil*. O inspetor colérico, na ocasião em que perpetrava o crime, vendo aproximarem-se vários curiosos, gritou: “Camaradas! Dêem um banho de espadas nestes vagabundos”. E as praças, assanhadas, investiram contra os curiosos que verberaram

veementemente esse ato selvagem do célebre inspetor. O infeliz José Clemente foi ainda recolhido ao xadrez da 9ª delegacia, com a nota de suspeito de ser gatuno. O respectivo delegado precisa providenciar contra essa irregularidade. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 1º de março de 1901)

As críticas e alfinetadas ao trabalho da polícia não se restringiriam, como já vimos, aos escalões inferiores da corporação. Na edição da tarde de 13 de fevereiro, em sua página dois, lê-se, embaixo do título “Alvará de soltura vergonhoso”, que “para a exposição do seguinte fato, altamente censurável, chamamos a atenção do sr. presidente da República”.

E informa que o regimento processual da época estabelece que os alvarás de soltura estão sujeitos ao pagamento de quantia para selos, mas que “o sr. ministro da Justiça, porém, por sua alta recreação, ordenou que os referidos alvarás fossem sobrecarregados”, com a cobrança de mais uma quantia, “pouco inferior à primeira, que se reverterá para a Casa de Detenção. Dinheiro que é cobrado na hora da liberação do preso”. Quem não tinha, voltaria para a cadeia, com alvará e tudo. E, conclui a nota: “É vergonhoso tudo isso. Acreditamos que o sr. presidente da República, ao ter conhecimento do fato, providenciará energicamente a respeito”.

Eram críticas constantes, permanentes, quase que diárias. Na edição de primeiro de julho, por exemplo, a charge/editorial de Bambino tem por título “A intimação”. Mostra um policial convocando uma mulher, aparentemente desarrumada e em trajes de dormir. Na edição seguinte, a charge do mesmo Bambino, com o título “Pasmem”, retrata um homem preso saindo da cadeia pela porta principal, com a sentinela dormindo, em pé. Na legenda:

Qual hábeas corpus, nem nada. A gente vai indo assim... de lado! É muito mais cômodo... A polícia dorme. Está fatigada das lidas da semana vermelha!...
(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, dois de julho de 1901)

No canto da charge a explicação para sua publicação é uma notícia do próprio jornal:

A polícia procura capturar José Sarmiento, acusado do crime de tentativa de morte, o qual se evadiu há dias do Tribunal Civil e Criminal, quando esperava a decisão de um hábeas corpus que havia impetrado.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, dois de julho de 1901)

Mas muitas notas policiais são, aos olhos e compreensões de hoje, saborosas. Na mesma edição do dia 13 de fevereiro, já comentada, o jornal noticia, sob título e intertítulo seguido na linha debaixo “O Seixas / Desacato na 1ª urbana”, que:

José Thomaz Henrique Seixas, o *Seixas*, o velho tipo de rua da capital, foi preso ontem, pelas três horas da tarde, quando fazia grande algazarra, açulado pela garotada, na rua do Ouvidor. Quando o inspetor Machado efetuava essa prisão, apareceu inopinadamente Armando Waleck que, opondo-se às ordens emanadas da autoridade legal, aos gritos de “não pode”, desacatou aquele inspetor, pelo que foi também preso e levado para a 1ª delegacia urbana, onde foi mimoseado com um auto de flagrante, que deve facultar-lhe estar em companhia do pobre Seixas.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, 13 de fevereiro de 1901)

Na edição do dia 12, uma terça-feira, logo após uma nota que informa que “Sobe amanhã para Petrópolis, a fim de despachar e conferenciar com o sr. presidente da República, o sr. ministro da Marinha, que levará em sua pasta o decreto que regula a reserva da armada”, há a seguinte notícia, sobre assunto completamente diferente, que tem o título “Um queixoso original”:

Ontem, às três da tarde, um desconhecido, cujo nome ignoramos, foi à 1ª delegacia suburbana dar queixa ao inspetor de dia. Em companhia do queixoso ia Florindo de Souza Machado, que pelo modo que procedia pôs de sobreaviso o inspetor, que se dispunha a atender o queixoso. Aí conta que Florindo tentou mudar a intenção do amigo para que este se queixasse ao chefe da polícia, e

passou a se tornar mais inconveniente ainda. Acabou preso e recolhido ao xadrez pelo inspetor, por desacato à autoridade. E o indivíduo que pretendia queixar-se, talvez por medo do que acontecera ou por temer que o feitiço virasse contra o feiticeiro, pôs-se a panos, sem ter querido dizer coisa alguma. Florindo é solteiro, tem 20 anos e mora na avenida da Liberdade, em Cupertino.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 12 de fevereiro de 1901)

Mas bem antes desta edição de 12 de fevereiro, em 11 de janeiro, em sua seção “A Nota” V. de Algerana informará aos leitores do *Jornal do Brasil* da morte “do boêmio Desiré Khan”, “aquele francês bonito e, esperto, de longas suíças louras, muito louras”. “Foi ele”, prossegue a nota de Alverana, “o introdutor, aqui, da porção sortida e do chope”, concluindo:

Pois não devia morrer esse homem, porque, ao menos, encontrando-o, se lembraria muita gente da feliz idade em que todas as loucuras se explicam e as responsabilidades não existem.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde de 11 de janeiro de 1901)

Em seu saboroso livro sobre o Rio “de todos os Brasis”, Lessa (2000), que como o articulista do *JB* do início do século é também um amante do chope, nos conta que esta bebida tão apreciada – “uma paixão do Rio” – foi produzida pela primeira vez em 1887, na Casa Jacó, na rua da Assembléia (p. 168). Daí poder tratar-se da mesma pessoa, o francês Desiré Khan, cuja morte foi noticiada por V. de Algerana.

5.3 Datas e heróis nacionais

As datas nacionais, hoje tão celebradas na mídia contemporânea, nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 eram pouco presentes. O dia do padroeiro, naquele ano, cai em um domingo, quando não era publicada a edição da tarde. Mas no dia seguinte, 21 de janeiro, não há qualquer referência ao assunto. O mesmo ocorrendo com o dia de fundação da cidade do Rio de Janeiro, em primeiro de março, uma sexta-feira. Nem nesta e nem na edição seguinte há qualquer menção à data. Ficamos sabendo, contudo, que era forte o calor na cidade, pois, este é o tema da charge de Bambino. Um homem mais ou menos forte, deitado, com abanador e a legenda: “E durma-se com um calor destes!...”.

E o calor parecia ser realmente intenso, na cidade, pois outra nota publicada na mesma edição do dia de fundação da cidade traz, sob título “Um banho interrompido”, a seguinte informação.

Na rua Treze de Maio existe um pequeno riacho, onde a água corre com alguma regularidade. A canícula que nos assoberba, o suor que corre elo nosso corpo e a provocadora água do ribeirinho incitavam a um esplêndido banho. Manuel Tavares e Pompílio Augusto de Souza, que passavam pela rua Treze de Maio, viram o riacho e resolveram banhar-se. Desfizeram-se das roupas e, nos trajes do pai Adão, atiraram-se ao banho. Mas não há prazer completo e, quando começavam a sentir as delícias da água fria, eis que surge a autoridade policial e faz seguir os dois, depois de vestidos, caminho da 1ª circunscrição suburbana. O fato deu-se ontem, às 10 horas da noite, e os banhistas residem, um, na rua José dos Reis e, o outro, na Estrada Real de Santa Cruz. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 1º de março de 1901)

Um século depois causa admiração saber de um riacho na hoje avenida 13 de maio, no centro do burburinho urbano. Mas sobre a fundação da cidade nenhuma notícia e menção. Na edição seguinte, no sábado, também não há qualquer referência à fundação do Rio, por Estácio de Sá. Mas ficamos sabendo que “às três horas da madrugada, no

Boulevard de São Cristóvão, foi presa e recolhida ao xadrez da 3ª delegacia a menor de cor preta Julieta da Conceição. Em seu poder foi encontrada a quantia de 4\$500”. Na charge de Bambino, em vez de homenagem ao fundador da cidade, é o papa Leão XIII quem é celebrado nos traços do desenhista do jornal, pela passagem dos 94 anos do Sumo Pontífice, com um poema traduzido pelo próprio papa.

Já em sete de setembro, um sábado, a edição da tarde do jornal estampa em sua primeira página a charge de Bambino, trazendo a Independência representada por uma mulher, segurando um mastro, lendo-se na dobra da bandeira ostentada no mastro a palavra “pátria”, vindo abaixo as figuras de Pedro I e José Bonifácio. Curiosa alusão à mulher na representação da Independência, visto a figura feminina ser, desde os jacobinos franceses, a representação ideal da República (Carvalho, 2003, pp. 86-7), inclusive, no Brasil.

Mas na edição do dia 15 de novembro, data da Proclamação da República, a charge é para lá de irônica, podendo-se entendê-la no contexto da trajetória do jornal nascido em abril de 1891. A charge de Bambino traz dois figurões em destaque – os irmãos Mendes de Almeida – recebendo flores de uma multidão de gente, em maioria, homens, em menores dimensões gráficas, na porta de entrada do jornal. Era, afinal, “o popularíssimo”. Na legenda: “As manifestações de simpatia que o *Jornal do Brasil* tem recebido hoje pelo sétimo aniversário da sua atual fase”. Sob o comando dos irmãos, o jornal voltara a circular exatamente no dia 15 de novembro de 1894, mas os subtextos presentes na charge e o silenciamento sobre a data da proclamação da República, na edição do dia 15 de novembro, interpretados à luz da conjuntura da época querem dizer muito mais, talvez, até mesmo a reafirmação do credo monarquista de parte de seus fundadores, credo que se mistura com a origem do próprio jornal, nascido para combater a ditadura republicana. Intencional ou não, a ausência de referência à data abre possibilidade de muitas leituras e interpretações. Na entrevista (Anexo I), Candido Mendes confirma que apenas o seu avô, Candido, era monarquista. O tio-avô, Fernando, era republicano. Mas a ausência de menção à data da proclamação da República, esse silêncio ou esse silenciamento é revelador de sentidos (Orlandi, 2002).

Primeiro grande herói nacional celebrado em vida, Santos Dumont teve bons espaços no *Jornal do Brasil*, antes mesmo do seu célebre vôo de 19 de outubro de 1901, quando pela primeira vez contornou a torre Eiffel, demonstrando a dirigibilidade e navegabilidade de seu balão nº 6. Na edição do dia 15 de julho, sob o título, em duas linhas, “Navegação aérea / O invento de Santos Dumont” era publicado um texto, sem identificação do autor, carregado de adjetivações, triunfalismo e enaltecimento, e fazendo menção aos “feitos gloriosos dos nossos soldados e marinheiros empenhados no Paraguai”. Diferentemente daquela epopéia, em que “hinos festivos de um povo consciente de que o rio de sangue derramado seria o Jordão (...) misturaram-se soluços de orfandade, lágrimas de viuvez, prantos de desgraças”, a aventura agora era outra.

Hoje, à vitória estrondosa que enobrece o nome brasileiro não se vêm juntar sombras de tristeza para toldar a manifestação do nosso orgulho de povo intelectual, que depois de conquistar o triunfo na terra em meio das metralhas, foi buscar na imensidade do espaço, zombando da fúria dos ventos, a conquista científica da realização espantosa do magno problema da navegação aérea.

Glória a Santos Dumont, o ilustre patricio que, além oceano, talvez nostálgico da terra ideal do seu berço, procurando vencer a distância que o separava dela, achando demasiadamente longa a travessia pelo Atlântico em paquetes vagarosos, cuja marcha as ondas impetuosas do pélagos retardavam, depois de estudos aprofundados, guiado pela luz do gênio e pela fé robusta, que não se apagou no cérebro fatigado do grande e infeliz Gusmão e foi iluminar a intelectualidade de eleito do moço brasileiro, conseguiu com assombro do mundo civilizado a vitória estrondosa da direção dos aeróstatos, vitória que foi o início das extraordinárias descobertas científicas que serão feitas no século presente das apoteoses.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 15 de julho de 1901)

Chama a atenção no texto não haver a explicitação do fato que o justifique, enquanto uma notícia. O fato parece estar implícito na compreensão do redator – o vôo do balão nº 5, de Santos Dumont, sobre o Longchamps, contornando a torre Eiffel, no dia 12 de julho –, mas não para o leitor. O mesmo balão, aliás, no dia seguinte ao da edição do

citado acima, ao tentar o aviador repetir o feito foi atirado pelos ventos nos jardins dos Rotschild, em Paris, explodindo dias depois, quando de uma nova tentativa de Dumont. Ou seja, a navegabilidade e dirigibilidade dos balões do aviador brasileiro seriam demonstradas, definitivamente, somente no vôo do nº 6, em 19 de outubro, quando em menos de meia hora contornou a torre e retornou ao ponto de partida, em Saint-Cloud (Silva, 2001).

Mas não é essa a compreensão provocada pelo texto do jornal, com o seu tom triunfalista e enaltecido do homem brasileiro, que enfrentou a fúria do Paraguai e agora vence os ares, “zombando da fúria dos ventos”. Esse discurso triunfalista parece-nos construir-se e se constituir muito mais enquanto um “discurso fundador” de identidades, de bases ideológicas, portanto, do que um discurso jornalístico, linguagem de jornal, notícia baseada em fatos. Daí, talvez, afirmações do tipo “o ilustre patricio que, além oceano, talvez nostálgico da terra ideal do seu berço, procurando vencer a distância que o separava dela”, “conseguiu com assombro do mundo civilizado a vitória estrondosa da direção dos aerostatos”.

Sabe-se hoje pelas leituras das obras sobre Santos Dumont o quanto ele amava Paris, mais ainda naquele momento, quando precisava manter-se no centro que era a capital francesa dos experimentos e estudos técnicos e teóricos da iniciante navegação aérea. Ou seja, o texto apela para sentimentos que não provavelmente não eram de Santos Dumont, mas que são a ele atribuídos. Dias depois, a 25 de julho, ainda sobre Santos Dumont, na primeira nota da primeira página da edição da tarde, é republicada uma carta do “dr. Gabriel dos Santos”, onde o autor “digno juiz substituto da comarca de Ouro Preto e primo irmão do glorioso aeronauta mineiro”, esclarece a data e o lugar de nascimento do aviador do 14 Bis, em um texto que já contém um tom crítico aos jornais.

(...) Todos os jornais que celebram a glória do brasileiro ilustre que acaba de resolver o problema da navegação aérea, despertando verdadeiro entusiasmo nas cultas sociedades, supõem-no paulista e a totalidade, felizmente, o reconhece brasileiro. Alberto Santos Dumont é genuinamente mineiro, nascido em um sítio próximo à atual estação de João Ayres, e de mineiros. É filho do dr. Henrique

Dumont, natural este de Diamantina, nascido de brasileira casada com um cidadão francês, que lá residiu muitos anos empregado em serviços de mineração e que, voltando à França, levou seu filho dr. Henrique Dumont para se formar em engenharia pela Escola Central de Paris.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 25 de julho de 1901)

O *Jornal do Brasil* gostava dos ares do céu e tinha especial apreço pelas informações científicas. E desde o início do ano de 1901 passara a publicar a coluna “O Tempo”, com as informações do Observatório do Rio de Janeiro, o atual Observatório Nacional. Aliás, em sua edição do segundo dia do ano, publicaria a seguinte nota, sob o título “Recenseamento das estrelas”.

Os primeiros meses deste século verão a conclusão de uma das maiores empresas realizadas pelo moderno gênio científico, isto é, o mapa fotográfico do céu. (...) Iniciado há treze anos nos dois hemisférios (...) o trabalho foi realizado por 18 observatórios de várias partes do mundo. Foram 44 mil fotografias da esfera celeste. Resta ainda reunir os diversos elementos astronômicos obtidos para estabelecer o catálogo das 2.500.000 principais estrelas que formará como que o mapa do céu. (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, dois de janeiro de 1901)

O texto da nota acrescenta que o mapa compreenderá 30 milhões de estrelas, mas não informa se o Observatório do Rio de Janeiro fez parte dos 18 que trabalhavam há 13 anos no projeto. Ainda não era o jornalismo tal qual o conhecemos e praticamos hoje, com as notícias sendo apuradas, gerando novas pautas, desdobramentos etc. Como já dito, era um jornalismo em busca da notícia, um discurso em transição, deixando as velhas formas literárias por um texto mais sucinto, imediato, que mais tarde viria a caracterizar o texto jornalístico. O discurso também transitava do arcaico para o novo, assim como as formas de gestão e gerenciamento da empresa capitalista.

5.4 Os anúncios classificados e o jogo do bicho

Esses novos serviços demandados pela sociedade que se diversificava e se estratificava, criando os chamados segmentos médios da hierarquia social, estavam nas ofertas ou procura de mão de obra dos anúncios classificados do *Jornal do Brasil*, o primeiro a publicá-los desta forma. Junto com o noticiário sobre o jogo do bicho, não somente os resultados do dia, como também as dicas e sugestões para os próximos jogos, eram ambos as grandes novidades jornalísticas da época, ao lado das notícias populares. Na sua edição inaugural do novo século, o jornal tentava dar destaque a uma informação institucional, como hoje a identificamos:

O Jornal do Brasil traz diariamente grande número de anúncios de criados que se alugam.

Criados – Quem precisar não tem mais do que ler os anúncios do *Jornal do Brasil*. (negrito no original)

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde de 1º de janeiro de 1901)

Publicados, nesta época, sempre à página quatro, tanto as dicas do jogo quanto os anúncios iriam se tornar uma marca do jornal e deles o *Jornal do Brasil* extrairia todo um novelo de novidades a apresentar ao público, conquistando novos leitores e consolidando a sua marca de jornal popular. Nas páginas de 1901 podem-se ler os seguintes anúncios, publicados sempre à página quatro, logo a seguir da seção intitulada “Arca de Noé” (que trazia as sugestões para o jogo do bicho, em versos, como veremos adiante):

Alugam-se duas boas cozinheiras do trivial, na rua de S. Antonio. (3/1)

Aluga-se uma cozinheira na rua do Senado. (3/1)

Precisa-se de uma criada para todo o serviço de um casal. Rua da Alfândega, 248. (7/1)

Alugam-se três moças portuguesas para copeiras e arrumadeiras de casa. (10/1)

Precisa-se de uma criada branca para todo serviço. (10/1)

Precisa-se de modista que corta e coze com perfeição. (16/1)

Aluga-se uma boa ama de leite, francesa, na rua Gonçalves Dias, n. 81, 3º andar, quarto n. 10. (20/2)

Precisa-se de um compositor e impressor tipógrafo, pessoas de confiança. (23/3)

Capitalismo tardio, também aqui os direitos viriam depois. Por esta época, pelas colunas de classificados do jornal é possível perceber que o trabalho infantil, na sociedade brasileira desta época, era aberto e incentivado, até. É o que se constata ao ler nas páginas do jornal as seguintes ofertas de serviço de mão-de-obra.

Precisa-se de cozinheiro, criada, ama-seca, lavadeira e mocinha de 13, 14 anos para cuidar de uma criança. (3/1)

Precisa-se de um mocinho português, de 15 a 18 anos, para entregar pães em saco.

Precisa-se de um pequeno para vender cana.

Precisa-se de um pequeno para caixeiro. (10/1)

Precisa-se de uma rapariguinha para ama-seca. (18/1)

Precisa-se de um pequeno e uma pequena de 10 e 12 anos para serviços leves. (18/1)

Alugam-se duas mocinhas de 12 e 15 anos para copeiras. (20/2)

Precisa-se de um pequeno de 10 anos para serviços leves, na Travessa do Paço. (2/3)

Precisa-se de uma mocinha para serviços domésticos de pequena família, na rua 7 de Setembro, 96. (1/7)

Se na capital federal o emprego de crianças era aberto, o que dá para imaginar que acontecesse nas cidades do interior do país. A ex-cidade imperial vivia seu dia-a-dia e as páginas do *Jornal do Brasil* retratavam, de certa forma, editados pelo olhar e pela fala dos donos do jornal, os problemas da capital, nos seus bairros, ruas, a falta de bondes, as reclamações contra as companhias de serviços públicos (bondes, gás, luz e telefone), as carências de todo tipo nos subúrbios do Rio, dos transportes, das vias, à iluminação e policiamento, como ainda a oferta de serviços populares através dos anúncios do tipo “classificados”.

A virada para o século XX marca também a mudança da escrita do jornal, de sua linguagem, discurso que cada vez mais vai deixando de ser literário para ir desenvolvendo técnicas de dizer e falar, que viriam resultar no modo de transmitir a notícia, como a conhecemos hoje, influenciados pelo modelo do jornalismo estadunidense, no entendimento que Lage (2004) o confere. Ou seja, um discurso próprio, transfronteira, escrito e descrito em qualquer idioma.

Em pleno período de repressão ao jogo do bicho, criado pelo Barão de Drumond na década anterior, e tornado inimigo público a partir do governo Campo Sales (Lessa, 2000, p. 215), o *Jornal do Brasil* passa, exatamente, a divulgar em suas páginas, com maior desfaçatez, os resultados da aposta popular e, mais ainda, as dicas para o jogo do dia. Naturalmente, com o humor da época. O resultado do jogo era inicialmente publicado na página dois, mas em várias edições da tarde de 1901 foi publicado na primeira. Sempre assinado por “Marocas”, trazia invariavelmente um pequeno texto antes dos números. Como na quinta-feira, três de janeiro.

JOANINHA. Continuo a sofrer de nevrálgia. Que dor insuportável! Ainda hoje não te posso escrever por esse motivo. Vai o resultado. Ant. gr. 20. Touro, cent. 182; Mod. Gr. 18; Porco, cent. 670; Rio gr. 20; Peru, cent. 780; Salt. gr. 7; carneiro... 9 beijos e 17 abraços da tua Marocas.

A quantidade de beijos e abraços variava, tanto quanto os números do bicho e os casos contados. “Não tive notícias do Casusa, coitado! Tenho medo de que ele se suicide”, escreveu dias depois, deixando para “Joaninha” “seis beijos e 10 abraços”. Tanta ternura sugere que tantos beijos e os tantos abraços já indicavam sugestões para o jogo seguinte, embora as sugestões mesmas, assumidas como dicas em versos, fossem publicadas na forma de quadras de soneto, nem sempre de boa qualidade ou rima, em uma seção geralmente acima dos anúncios, e que vinha assinada pelo pseudônimo de “Kabuloso”. A “Arca de Noé” trazia, a cada edição, suas sugestões para o jogo seguinte.

Sou homem desconfiado / Mas sincero e verdadeiro / Se não joga no carneiro /
Faço jogo no veado. (9/1)

Sou homem de muita sorte / Em nada meto o bedelho / Jogarei até a morte / No
cavalo e no coelho. (15/1)

Tenho motivos de sobre / Para jogar sem cuidado / No veado / E na cobra. (1/2)

Braz de Arruda Perdigão / Residente em Macaé / Joga sempre no pavão / E
também no jacaré. (4/1)

Acredito neste instante / Sem fazer espalhafato / Que ganharei no elefante / Ou no
gato. (11/3)

Neste tempo em que o calor / resiste até o gelo / Jogo sempre com ardor / No
jacaré e no camelo. (23/3)

Não consta em nenhuma das edições pesquisadas, bem como nas referências bibliográficas desta dissertação, que o *Jornal do Brasil* tenha sofrido qualquer censura ou qualquer interpelação ou admoestação das autoridades públicas por publicar resultados e incentivar um jogo que era proibido. Tal como nos dias de hoje, o jogo do bicho era proibido, mas acontecia quase que de forma escancarada, pois, em plena rua.

5.5 Silenciados e esquecidos

O discurso jornalístico é, como já dito, uma prática em construção, em transição, nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901, e suas definições editoriais contêm espaços para a divulgação de assuntos religiosos, instituições diversas – desde as Forças Armadas, a justiça, órgãos governamentais, a polícia – a entidades de cunho assistencialista, e os demais atores sociais relevantes, como os políticos, ministros, juristas, advogados, comerciantes, até temas que eram então considerados relevantes para os leitores, como as imensas e detalhadas colunas sobre o comércio em Portugal e em suas colônias, escritas e assinadas pelo próprio redator-chefe do jornal, Fernando Mendes de Almeida, que as publicava regularmente.

Contudo, chama a atenção, sendo um jornal que se propõe a ser popular, as presenças e ausências de grupos e etnias representantes de expressivas camadas sociais, como é o caso dos negros, das mulheres e dos índios. Nas mais de 200 edições da tarde do *Jornal do Brasil*, de 1901, consultadas para esta dissertação, as citações a negros e negras em suas páginas têm quase sempre as mesmas referências: noticiário policial, quando não com as mesmas caracterizações de “capoeiras”, “malandros”, “mulheres de vida fácil, frágeis”. Não tão raras as referências “às digníssimas senhoras esposas” de ministros, empresários, políticos – a elite, ou cumprimentos enigmáticos, como na edição de 15 de janeiro – “À Biloca, por mais uma primavera. Do seu J.L.P.A.”

As mulheres simples e do meio do povo, por sua vez, quando aparecem são por serem notas policiais, à exceção de referências como “as cartas das professoras” primárias, divulgadas pelo jornal em, pelo menos, duas edições e comentadas anteriormente. Nos subtextos das notas, em seus implícitos quando não em seus silêncios é possível enxergar escalas e conflitos sociais da época.

Na edição de três de janeiro, por exemplo, uma nota na página dois informa da agressão que o dono de comércio em Piedade praticou no “crioulo Sebastião Barreto”:

“vibrou-lhe uma forte cacetada, ferindo-o na cabeça”. Em poucas linhas, a nota afirma que “só ontem, a polícia da 1ª circunscrição suburbana teve conhecimento da ocorrência, prendendo o agressor e removendo hoje o ferido para o Hospital da Misericórdia”.

No dia 14 do mesmo mês, nota com o sugestivo título “D. Juan... crioulo”, diz que, no Engenho de Dentro (bairro carioca do subúrbio da Central do Brasil):

O crioulo Porfírio Manoel, morador no Morro do Pinto, encontrou anteontem, à noite, na estação do Engenho de Dentro, Antonieta Maria da Silva, residente à rua Eugênia, n. 4, do que, sem mais preâmbulos (queria) praticar certos atos de libidinagem a que Antonieta, resistindo mesmo ao pulso do seu indiscreto namorado, não quis aceder.

(Jornal do Brasil, edição da tarde de 14 de janeiro de 1901)

A nota informa ainda que “o crioulo” terminou preso. A 25 de janeiro, também na página dois, o jornal publica, sob título em duas linhas “Sarilho na rua General Câmara / Mulher volúvel”, o seguinte texto:

Corria na maior calma o serviço da 3ª delegacia urbana, quando de repente invade a sala dos inspetores a crioula Maria da Conceição, que banhada em prantos queixava-se de que um indivíduo, ex-marinheiro nacional e amante de uma sua vizinha, moradora à rua do Regente, tentava feri-la com uma navalha.

(Jornal do Brasil, edição da tarde de 25 de janeiro de 1901)

A notícia não esclarece porque a mulher seria “volúvel”, como a qualifica o título da nota, contudo, em sendo mulher, “crioula” e apanhando fisicamente do ex-amante, talvez não pudesse ser reconhecida e, portanto, identificada de outra forma pela sociedade da época. Afinal, retomando Baczkof (1985), “aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais” (p. 310). Como se sabe, os “*mass media*” não só “fabricam e emitem” imaginários sociais como os reforçam e reproduzem e, quem sabe, os editam.

Em primeiro de fevereiro, a edição da tarde do *Jornal do Brasil* publicava, também na página dois, nota sobre um assassinato em São Paulo, onde “Preto Ignácio, pernambucano, célebre pelas suas façanhas de desordeiro perigoso, morreu ao tentar agredir outros dois homens”. Na mesma página, outra nota, bem miúda, informava sobre uma agressão a canivete, cujo autor é assim descrito: “Pedro Moleque é um crioulo levado dos diabos, conhecido no Andaraí como desordeiro”.

Na edição do dia 13, nota tratando de “um indivíduo de cor preta” ganhou pequeno espaço, de oito linhas, em uma coluna, na primeira página: “Às 3 horas da tarde de ontem, queixou-se ao delegado da 1ª suburbana d. Constança dos Santos, moradora à rua Marechal Floriano, n. 2, de que, às 11 horas da manhã, foi sua casa assaltada por um indivíduo de cor preta, que lhe furtou um vestido de alpaca preta, ainda novo”.

Na mesma edição duas notas reveladoras, na página dois. A primeira tem por título “Ferimento” e diz:

Hoje, cerca de meio-dia, no largo da Carioca, um dos muitos menores vagabundos e perversos que impunemente permanecem ali teve uma desavença com o crioulo Luiz do Carmo e feriu-o no ventre. O rondante, segundo vieram informar-nos, assistiu a este fato, mas com o maior escândalo, deixou que o criminoso se evadisse. Quanto ao ferido, o tal rondante limitou-se a fazê-lo medicar, deixando-o depois em abandono.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde, 13 de fevereiro de 1901)

Chama a atenção o fato recorrente, revelado pelas notas, de quando o negro é vítima a polícia demora a aparecer; quando é o vilão logo acaba no xadrez. Contudo, há que se reconhecer o sentimento de indignidade presente na nota, em relação ao descaso da autoridade – “o tal rondante” – com “o crioulo Luiz do Carmo”, qualificado no texto (o descaso) como “o maior escândalo”. A outra nota daquela edição saiu publicada na mesma página, mas, na seção “Queixas do povo”. Ela é uma denúncia, e bem revela as condições

sociais, de então, quando os negros não eram mais escravos, mas, sim, “alugados”, como nos informa o seguinte texto:

Dizem-nos que é espancada diariamente uma menor de cor preta, pela moradora de um prédio da rua Silveira Martins, próximo ao n. 88. A menor acha-se alugada, ao serviço da dona da referida casa, que desumanamente a esborda e maltrata, de modo a revoltar a vizinhança.

(Jornal do Brasil, edição da tarde, 13 de fevereiro de 1901)

Na charge da primeira página de seis de março, o negro, enfim, é a principal figura. O desenho retrata notícia publicada na véspera pelo jornal, aparecendo em primeiro plano o “caboclo Hermógeno Ferreira Lapa, demitido da Empresa de Sal e Navegação, que à saída, já na rua, tenta matar o súdito inglês Roberto Vance”. O “súdito”, no caso, era o gerente todo poderoso da empresa, que na charge aparece caído, ferido pelo “caboclo Hermógeno”. Nem na nota da véspera e nem na edição em que a charge foi publicada, nem nas posteriores, há qualquer nota sobre os motivos que levaram o “caboclo Hermógenes Ferreira Lapa” a praticar a tentativa de homicídio, nem sobre sua demissão e menos ainda sobre as condições em que trabalhava.

Na edição de 15 de julho uma negra voltaria a ocupar espaço na charge de Bambino. Ela é a cozinheira da patroa que lhe estende dinheiro para as compras. Na época, o jornal noticiara as péssimas condições dos açougues, dos matadouros clandestinos e da ausência de fiscalização. As duas personagens – a negra de avental, gorda e com seus traços típicos e a patroa, bem vestida, esguia, senhora da situação – travam o seguinte diálogo:

- Está aí o dinheiro para as compras, Maria. Traze-me uma galinha e legumes.

- Ué, sinhá não qué carne fresca hoje?

- Fresca é o que te parece...

- E carne de porco, sinhá também não qué?

- Essa então nem o cheiro... está cheia de “cystecaercus cellulosae”.

- Credo! O que é isso, sinhá?

- São aqueles bichinhos que o bebê tem na barriguinha... (*Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1901)

Os traços de Bambino acentuam a perplexidade no olhar da cozinheira. Afinal, não seria comum a essa gente simples, saber o que eram os “*cystecaercus cellulosae*”. Mesmo velhos, os negros continuariam configurados com as mesmas identificações no imaginário social da época, segundo o que as páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 permitem supor e deduzir. No dia quatro de janeiro, por exemplo, a página dois do jornal publicou nota tratando da prisão, “a uma da madrugada, na Praia de Botafogo, de Ambrósio Victorio, africano, 90 anos, conhecido ébrio, vagabundo e gatuno de galinhas”.

A velhice deveria ser um problema na época, pois, na mesma edição em que o preto velho africano é “recolhido ao xadrez”, há outra nota informando sobre a “tentativa de suicídio” de duas pessoas idosas – “uma com doença incurável e outro desgostoso da vida”. Por que desgostoso? O jornal não esclarece. Mas tanto deveria ser difícil a vida para a terceira idade que, ainda nesta mesma edição de quatro de janeiro, o *Jornal do Brasil* noticiaria o caso “Suspensão de pagamentos no Estado do Rio de Janeiro”, “em várias repartições”, até “as Caixas Econômicas”, “o que levou o aposentado, “velho tenente Queiroz, de 85 anos, a não receber”. Há o caso do guarda municipal Eusébio Alves de Moura, “nomeado em agosto de 1842”, requerendo aposentadoria. A nota é solidária com o pedido e expõe o caso dele nos seguintes termos:

Não é muito vulgar um pedido de aposentadoria em que se conta 59 anos sem interrupção de uma só licença, o que torna o pedido digno de acolhimento.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde de quatro de janeiro de 1901)

São das raras notas sobre idosos, que ainda aparecem mais do que os índios, os nativos da terra. Nas edições consultadas há duas referências, mesmo assim, indiretas. A primeira em 17 de janeiro, onde à primeira página, na seção “Noticiário”, há a informação sobre “a exposição de produtos nacionais, quase todos com nomes indígenas”, um deles é

o título da nota: “Hidychium Coronarium”. A nota informa da inauguração dessa exposição, na rua do Ouvidor, com alimentos, “pó para limpeza”, “polvilho indígena, o trigo brasileiro”, “omega indígena para frieiras, chagas”, todos oriundos “do vegetal hidychium coronarium, o lírio do vale, e de que são fabricantes privilegiados os srs. José de Vasconcellos & C.”. A notícia narra ainda “a invenção de um líquido para apagar incêndio, que pode ser colocado em grandes ou pequenas salas”, também à mostra na exposição. A outra nota é anterior a esta, tendo sido publicada em cinco de janeiro, na seção de telegramas na página dois. Informa da revolta dos índios à presença inglesa em Cape Coast Castle. O índio não está presente, e se já não sabemos de negros, menos ainda dos indígenas brasileiros.

Se, é possível haver silêncios sobre esses assuntos, sobre a mulher é encontrada uma nota na edição de 15 de fevereiro, uma sexta-feira de carnaval, na página dois, discreta, sem título, a respeito de abuso sexual “contra uma menina de 11 anos, por uma bem conceituada pessoa em Cascadura”, que aconteceu “em plena rua”. Nas edições seguintes o jornal não volta ao assunto, nem revela o nome da pessoa “bem conceituada”. Não eram raras notas sobre abuso sexual. Em primeiro de julho, o jornal publicaria carta sobre “crime hediondo”, o caso de uma “menina vítima de agressão sexual, que morreu defendendo a sua honra”. O nome do agressor também aqui não aparece.

Em compensação, “Firmina das Dores e Maria da Conceição” têm seus nomes publicados na edição do dia 26 de janeiro, na primeira página. Elas “são duas valentonas e quando o sangue lhes sobe as guelras ficam levadas do diabo”. Daí, “foram recolhidas ao xadrez da 12^a”. Quem também não teve muita sorte foi dona Chiquinha, cujo nome e endereço apareceriam como última nota da primeira página do *Jornal do Brasil* de cinco de janeiro:

Mulher moradora da rua Lavradio, embriagada, mordeu vizinho que fora reclamar. D. Chiquinha dormiu no xadrez.

(*Jornal do Brasil*, edição da tarde de cinco de janeiro de 1901)

As questões femininas quando aparecem nas páginas do *Jornal do Brasil* de 1901 sugerem que são vistas e “editadas” (julgadas, silenciadas?) pelo olhar masculino, o que parece bastante provável, visto ser uma sociedade fortemente dominada pelos homens. Na edição de três de janeiro, por exemplo, a nota sob título “Queixa infundada”, publicada na primeira página, trata de uma jovem, menor de idade, que fora reclamar ao delegado de polícia maus tratos dos pais. Prossegue a nota: “Procuramos saber o que havia de verdade nessa queixa e apuramos não ter fundamento. A menina estava apaixonada e queria casar-se”. Em 28 de fevereiro, a mulher “quarentona” seria tema da charge assinada, desta vez, por P. Isasi. Os traços do artista retratam uma mulher encurvada pelo peso da idade, óculos, bengala e saia larga, aparentando muito velha, em conversa com um jovem, chapéu e cigarro à boca, insinuante, mas ao mesmo tempo de cara zombeteira. Travam o seguinte diálogo:

- Triste, muito triste a sorte da mulher que atinge aos quarenta!
 - De certo, porque os homens põem as quarentonas de quarentena.
- (*Jornal do Brasil*, edição da tarde de 28 de fevereiro de 1901)

Não são situações de provocar boa estima, mas era parte de como as mulheres, de uma forma geral, eram vistas: determinadas pelo comportamento masculino e sem seus direitos reconhecidos. Pelo menos é o que sugere a charge de Bambino, publicada no dia seis de fevereiro. Sob o título “Bolinagem”, dois homens, aparentando idades maduras, um de bengala e outro portando um guarda-chuva, conversam o seguinte.

- Pois tu, na tua idade, ainda te entregas à bolinagem?...
 - E por que não?
 - Mas não medes a conseqüência?
 - Ora, o que mais pode suceder-me é levar uma guarda-chuvada...
 - E achas pouco?
 - ... Ora, nesse caso, fica-me o gosto de dar queixa contra a agressora!...
- (*Jornal do Brasil*, edição da tarde, seis de fevereiro de 1901)

Mesmo em se tratando de uma crítica, que pode ser considerada como “bem humorada”, a um tipo de comportamento masculino, ela revela, talvez, bem mais do que esse pretendido humor. Embora não tenha sido localizada nenhuma nota, comentário ou artigo tratando dos direitos políticos da mulher, no Brasil, na seção telegramas, portanto, à página dois, da edição de 13 de fevereiro há a notícia procedente de Paris, cujo título era “O voto da mulher”. Diz: “A câmara dos deputados aprovou por 371 votos contra 161 a lei eleitoral que concede à mulher o direito do voto, de acordo com as opiniões do grande legislador Prudhomme, cujos conceitos jurídicos foram afinal compreendidos”.

Coincidência ou evidência do discurso masculino e machista, a aprovação pelo parlamento francês do direito de voto às mulheres acaba sendo atribuída às opiniões de um homem: “o grande legislador Prudhomme”. Resta saber se a referência diz respeito ao notório anarquista francês, cujo nome teria sido grafado de uma forma diferente, ou à personagem “Prudhomme”, criada pelo escritor e caricaturista francês Henri Monnier. Segundo verbete na primeira edição do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975), a palavra “prudhommesco” é um adjetivo que “encarna a banalidade sentenciosa, enfática e ridícula própria de Prudhomme” (p. 1161). Seja a um ou a outro a referência, permanece, de fundo, o silenciamento da luta das mulheres pelos seus direitos políticos, que, quando conquistados, são atribuídos, de alguma forma, à ação ou reflexão dos homens.

IV

Considerações finais

*Time present and time past
Are both perhaps in time future
And time future contained in time past*
(Eliot, 1981)

O percurso realizado na pesquisa que resultou nesta dissertação tomou por meta reconstituir as memórias possíveis do *Jornal do Brasil* de 1901, por considerar a virada para o século XX um momento especial também para a sociedade brasileira. Na maioria das cidades e países, especialmente, do chamado “mundo ocidental”, esta passagem foi anunciada como a do “Século das Luzes” para o novo século que traria grande desenvolvimento da ciência, do saber e da tecnologia. Os homens, enquanto espécie, e as sociedades, assumiam novos desafios e o século XX se inicia empurrado e ao mesmo tempo imbuído de uma visão sobre um futuro de admiráveis e inescapáveis conquistas. Há, também no Brasil, como vimos, uma boa dose desse espírito desafiador aos novos tempos.

O Brasil que atravessa o século não é muito diferente dos demais países, embora tomado de contradições, algumas já seculares, e carregando as conseqüências de, na América do Sul, ter sido o último a abolir a escravidão e também o derradeiro a proclamar a República, bem como a ter uma imprensa livre. O Brasil que entra o século XX é um país que busca a modernidade, processo do qual o Rio de Janeiro seria ao mesmo tempo sede e símbolo, com as grandes transformações que vão se dar, especialmente, a partir do Governo de Rodrigues Alves e pelas décadas seguintes. Busquei mostrar que a imprensa está presente nesta incursão à modernidade, que praticamente contagiava todas as demais atividades econômicas. A sede do *Jornal do Brasil*, primeiro arranha-céu da mais moderna avenida do Brasil, na primeira década do século XX, é o mais acabado exemplo da busca pela modernização, que passou tanto pelas modernas máquinas que agilizaram suas impressões, quanto pelos discursos que iam retratando o dia-a-dia da cidade e das sociedades.

Nesse sentido, a virada para o século XX será aqui sugerida como um marco, um divisor, em que se pode enxergar com alguma nitidez vestígios, marcas, evidências mesmo de uma imprensa em transformação, até mesmo porque é um ente em uma sociedade em mudança, em um país que transita do arcaico para o novo, o moderno, mesmo que à base de uma “modernização autoritária”, que irá expulsar o povo para a periferia da cidade. O jornal não necessariamente vai defender esse povo, mas vai falar dele. Os anúncios na forma de classificados – “Precisa-se...”, “Oferece-se...” – e as notícias populares como até então os jornais não publicavam foram as estratégias discursivas através das quais e com as quais o *Jornal do Brasil* tornou-se *O Popularíssimo*, ou também, anos mais tarde, o “jornal das cozinheiras”, por publicar esses anúncios em sua primeira página.

Essa transição da imprensa, portanto, é sintoma de uma mudança que acontece e perpassa todos os demais tecidos da sociedade brasileira nessa virada de século, pois é o país que muda e se transforma, ainda que lentamente, mesmo que de forma desigual e concentradora da renda, da terra e dos capitais. Mas tanto na agricultura, com a entrada massiva de imigrantes, especialmente para a lavoura do café, em São Paulo, quanto no também tardio e lento processo de industrialização, que vai alargar o espaço urbano da capital do país, atraindo mão-de-obra de vários cantos da nacionalidade e mesmo do estrangeiro, o Brasil é um país em mudança.

Na virada do século, o Brasil praticamente consolida o regime republicano, em meio a oscilações e processos políticos nem sempre tranquilos, renegocia a sua dívida externa, reabrindo o acesso às fontes de crédito internacional e aos investimentos, e age para também consolidar sua imensa territorialidade, o que fica marcado com o Tratado do Acre, em 1903, quando é incorporado definitivamente à sua geografia aquele território, disputado por mais de uma década com os bolivianos. Tais ações vão se desdobrar, mais adiante, nas incursões para o interior e para o Norte, comandadas pelo Marechal Rondon, ligando o país de ponta a ponta através do telégrafo, e muitas delas são noticiadas pelo *Jornal do Brasil*, levando à população do Sudeste informações sobre o que acontecia nas outras extremidades do país, isto é, contribuindo na integração do país, na consciência de sua territorialidade.

O mundo dançava e proclamava com as valsas de Viena a exuberância das cortes européias e o momento de apogeu das elites e da economia mundial, sem mais os conflitos políticos que estremeceram fronteiras e poderes no início e no final do século XIX; e marcava o ritmo e o compasso, dava o diapasão para países de desenvolvimento periférico, como o Brasil. Após a Grande Depressão, que convulsionara antigos aliados, tornando-os inimigos e adversários, na Europa vigorava a paz. Viena e Paris eram as capitais do mundo, com a expansão do capitalismo por praticamente todos os continentes do planeta. Na imprensa, as novas máquinas rotativas imprimiam velozmente tiragens impressionantes de jornais, alcançando seus primeiros milhões de exemplares tanto em Londres e Paris, quanto em Nova Iorque.

No Brasil, a imprensa também mudava, embora em proporções menores em tamanho e velocidade, mas ganhando ares de empresa capitalista, o que até então era, em sua maioria, uma atividade artesanal, intimamente vinculada à divulgação e à defesa de idéias e ideais. Essas mudanças se deram principalmente por razões objetivas, exigências do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, que passaram a cobrar nas atividades jornalísticas formas de gestão e administração também modernas, buscando públicos mais amplos e, para tanto, oferecendo serviços e ao mesmo tempo prestando um serviço público: a informação. E um pouco mais do que isso, a informação sobre assuntos e questões populares, dos anúncios às notícias.

Ao colocar em operação, isto é, ao executar as estratégias discursivas através dos anúncios e notícias o jornal promove interesses, sujeitos, identificações, criando, reproduzindo e reforçando, ao mesmo tempo ou separadamente, imaginários sociais e ideologias que estão na sociedade, na qual ele está imerso e a qual ele busca retratar através do que é notícia, dos fatos que irão para as páginas do jornal. Nessa investida, o jornal, através de seus discursos, do que viria a ser mais tarde conhecida e chamada como a “linguagem jornalística”, não somente cria, reproduz e reforça imaginários como escreve seu próprio discurso reproduzindo-os e/ou acrescentando-os e/ou silenciando-os em suas próprias “falas”.

Lendo essas “falas” através das notas, charges, comentários e reportagens do *Jornal do Brasil* de 1901, percebe-se o silêncio sobre a real situação de negros e negras, uma década depois da tardia Abolição; ou sobre os derrotados de Canudos, cuja maior parcela sobrevivente veio para a capital e se instalou na primeira favela do Rio, no Morro da Providência, nas proximidades do Campo de Santana; ou o silêncio em que foram colocados os índios – silenciados. Fica-se sabendo pouco sobre os negros, a não ser que são “capoeiras”, “malandros”, “arruaceiros”, “fazedores de algazarras”. Os índios, que por essa época viviam em boa quantidade ainda nos territórios do Rio de Janeiro, como até hoje os guaranis, no litoral sul do estado, não são notícia. Como as crianças, que aparecem apenas nos anúncios classificados – “precisa-se de um menino... de uma menina de 12 anos...” –, no emprego aberto da mão-de-obra infantil, ou quando vítimas de abuso e violência sexual. Diferentemente das mulheres, que aparecem, inclusive, como personagens nas charges da primeira página. Contudo, quase sempre em situação adversa, ou enquanto ladras, criminosas, ou quando “crioulas”, “volúveis”, “embriagadas”.

As construções e práticas discursivas presentes nas notícias do *Jornal do Brasil* de 1901 sugerem que os discursos sobre as mulheres são, sim, operações conduzidas pelo olhar e pelo julgamento masculino, pela “moral dos homens”, contudo, mais do que isso, esses discursos deixam à mostra sujeitos e identificações de uma época e de uma sociedade, em uma cidade capital de um país periférico, ao mesmo tempo o maior do continente sul-americano, o qual, coincidentemente, como já dito, foi o último a acabar com a censura à imprensa, a abolir a escravatura e a proclamar a República. Essas marcas, de certa forma, estão impregnadas nos discursos do jornal, até mesmo pela suas ausências.

Esses discursos estão, pois, também em transição, como a gestão e a administração da empresa jornalística, deixando para trás formas mais literárias e assumindo novas maneiras de dizer; textos que se ainda não são aqueles que hoje são típicos da produção jornalística e industrial, contudo já não são mais os que marcaram época nos jornais da segunda metade até o final do século XIX, e que ingressam mesmo no novo século como emblemas do passado, que terminaram passando, cedendo a vez para um novo texto,

“curto e objetivo”: o texto da notícia. Portanto, se o discurso do *Jornal do Brasil*, em 1901, não é ainda a linguagem jornalística tal qual a conhecemos e concebemos nos dias de hoje, ele é, sim, um discurso em busca da notícia, em um jornal cada vez mais noticioso e que também transita para formas mais capitalistas de gestão, em uma sociedade que se moderniza e onde cada vez mais a informação ganha importância.

Lugar de notícias, de informação, o jornal é, portanto, lugar de poder, de disputas, de conflitos, ao mesmo tempo obra e instrumento das sociedades. Os jornais revelam pelo que noticiam, pelo que ocultam, silenciam, e o próprio jornal se revela ao noticiar e expor os fatos e acontecimentos de sua época. Como o juiz que ao proferir o seu julgamento revela também os seus critérios, princípios e parâmetros de justiça, o jornal ao discursar sobre e a respeito da sociedade a quem presta informação e noticia deixa à mostra em seu discurso os subtextos, os implícitos com os quais trabalha, os silêncios e silenciamentos que suas “falas” ocultam e revelam, e que devem também estar presentes nos falares da sociedade que lhe é contemporânea.

O jornal diz pelo que noticia e pelo que deixa de dizer, tanto em 1901 como até hoje. Não havia, como até hoje não há, meios através dos quais as sociedades possam exercer algum tipo de cobrança de responsabilidades em relação aos fatos e a como eles são noticiados pela imprensa. Na modernidade atual, contemporânea, os jornais desenvolveram ouvidores, ombudsmen, que executam um certo monitoramento sobre o que o jornal noticia, e como o faz. Contudo, esse ainda é um processo muito mais determinado pelo próprio jornal, do que um espaço onde o público influencie, de tal forma a promover mudanças de enfoque ou das produções dos discursos e notícias. Bem mais do que naquela época, é a concorrência entre os jornais que promove as mudanças, não necessariamente em atendimento a algum anseio social, mas, hoje em dia, muito mais uma estratégia de marketing, em que os dirigentes do jornal apostam e põem em operação para o alcance de objetivos determinados.

Mas mostramos ao longo desta dissertação que foi interessado em ganhar público à concorrência que o *Jornal do Brasil* ampliou o diapasão de seus discursos, passando a

abordar e opinar sobre assuntos e demandas populares, modernizando suas máquinas, até alcançar o apogeu desta fase com a construção do primeiro arranha-céu da cidade. As páginas do velho jornal de tantas histórias, cuja primeira depredação ocorreu ao final de seu primeiro ano de existência, aos gritos de “Mata Nabuco”, essas páginas, onde Rui Barbosa fez tremer as bases do Governo Floriano e que, na virada do século, com as notícias e os anúncios populares, publicados de uma forma nova e diferente, atraíram grande curiosidade popular, pois essas páginas são hoje fontes, vestígios de memória.

Há muito ainda a fazer nas pesquisas e estudos da imprensa brasileira nesse período da virada para o século XX. Há inquietações que justificam novos olhares, novas buscas e pesquisas, como, por exemplo, a diferença de discursos na imprensa desta época ou as razões, mercadológicas ou não, editoriais ou não, de outros jornais, como *O Paiz*, *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, entre outros, não terem investido mais a fundo em uma modernização que fosse radical, reconstituente de identidades e identificações, como no caso do próprio *Jornal do Brasil*, que à época em que esteve sob o comando da Mendes e Cia. deixou a velha imagem, se assim podemos dizer, de um jornal das elites para se tornar o “jornal das cozinheiras”, o “popularíssimo” que tanto incomodou os concorrentes.

V – Referências bibliográficas

Abreu, Regina. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados”. In: *Estudos Históricos 14*. Rio de Janeiro: Apdoc/FGV, 1994.

Achard, Pierre... (et al). Memória e produção discursiva do sentido. In: *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Adorno, T. Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Adorno T. Horkheimer, M. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Amaral, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1969.

Baczkof, Bronislaw. *Imaginação social*. Lisboa: Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
(a)

_____ *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. (b)

_____ Apontamentos: 1970-1971. In: Tagé, Terezinha. *Cultura e memória social no discurso jornalístico*. Disponível em nov/2003 in: www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html.

Barreto, Afonso H. Lima. *As recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Livro do Bolso, 1943.

Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

Barros, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: *Diálogos com Bakhtin*. Faraco, Carlos A., Tezza, Cristóvão e Castro, Gilberto de. (Org.). 3ª ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

Beloch, Israel. Abreu, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-bibliográfico: 1930-1983*, 2º vol. Equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, 1984.

Benjamin, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, Volume 1).

_____ *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____ O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bonelli, Regis. *Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai/Ciet, 1996.

Borges, Rosane da Silva. O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. Da Silva, Cidinha (org.). São Paulo: Summus, 2003.

Bourdieu, Pierre. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____ *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2003.

Briggs, Asa. Burke, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Cardoso, F. Faletto, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL* (Org. Ricardo Bielschowsky). Rio de Janeiro: Record, 2000.

Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Carvalho, Lia de Aquino. Rocha, Osvaldo Porto. *A era das demolições, Habitações populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. Biblioteca Carioca, Volume 1, Série Publicação Científica.

Cervantes, M. de. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2002.

Costa, Ângela M. da. Schwarcz, Lilia Moritz. *Virando séculos – 1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Costa, Pedro Pereira da Silva. *José Bonifácio*. A vida dos grandes brasileiros. São Paulo: Editora Três Ltda., 2001.

Coutinho, Afrânio. Souza, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, vols. I e II, 2ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL, Academia Brasileira de Letras, 2001.

d’Amaral, M.Tavares. *Rui Barbosa*. A Vida dos Grandes Brasileiros. São Paulo: Editora Três Ltda., 2001.

Davallon, J. A imagem: uma arte de memória? In: Achard, P., Davallon, J., Durand, J.L., Pêcheux, M. e Orlandi, E. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

Dupas, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Eliot, T.S. *Poesia*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

Ferreira, Marieta de Moraes. Jornal do Brasil. Verbete in: *Dicionário histórico-bibliográfico: 1930-1983*, 2º vol. Beloch, Israel e Abreu, Alzira Alves (coord.). Equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, 1984.

Foucault, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____ *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France: Aula de 17 de março de 1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. e Rabinow, P. (orgs). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Apêndice, p. 231-249.

Girardert, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Gondar, J. Memória, poder e resistência. In: Gondar, J. e Barrenechea, M.A. *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2003.

Gosciny, R. e Uderzo, A. *As aventuras de Asterix, o gaulês*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967, 1985, 2002 etc.

Guilhon, Orlando J.F. *José do Patrocínio. A Vida dos Grandes Brasileiros*. São Paulo: Editora Três Ltda., 2001.

Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

Huysen, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora e Consultoria Ltda, 2000.

Jornal do Brasil. *O Álbum dos presidentes*. Edição do Centenário da República. Encarte da edição do dia 15 de novembro de 1989. Editor: Roberto Pompeu de Toledo. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Brasil, 1989.

Hobsbawm, E. *A era dos impérios*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

Juarroz, Roberto. *Poesía vertical – Antología esencial*. Buenos Aires: Emecé Editores Ltda., 2001.

Kant, E. *Que é esclarecimento? (Aufklärung)*. Texto publicado em 5 de dezembro de 1783.

Kramer, Sonia. Linguagem e tradução: um diálogo com Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin. In: *Diálogos com Bakhtin*. Faraco, Carlos A., Tezza, Cristóvão, e Castro, Gilberto de. (Orgs.) Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

Lage, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Editora Insular, da UFSC, 2001.

_____ *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____ *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

Le Goff, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

Leite, Roberto Lopes. *Republicanos e libertários – Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Lessa, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Levy, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, pág. 127.

Lins, Vera. *Gonzaga Duque – a estratégia do franco-atirador.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Mariani, Bethânia. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.

_____ Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: Orlandi, E.P. (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

Morel, Marco. *Frei Caneca, entre Marília e a Pátria.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares.* São Paulo, Projeto História - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

Orlandi, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: Achard, P. Davallon, J. Durand, J.L. Pêcheux, M. Orlandi, E. *Papel da memória.* Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____ *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.* Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____ E vão surgindo os sentidos... In: (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.* 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____ *As formas do silêncio.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____ *Análise de discurso – Princípios e procedimentos.* Campinas, SP: Pontes, 5ª edição, 2003.

Pêcheux, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Editora Unicamp, 1988.

_____ Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos.* Campinas: IEL, 1991.

_____ Papel da memória. In: Achard, P., Davallon, J., Durand, J.L., Pêcheux, M. e Orlandi, E. *Papel da memória.* Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____ *O Discurso. Estrutura ou acontecimento.* Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2002.

Pepe, Braz F. W. Miranda, Luiz Felipe C. de. *Botafogo, O Glorioso. Uma história em preto e branco.* Editor: Ney Oscar R. de Carvalho. Rio de Janeiro, Gráfica Jornal do Brasil, 1996.

Rouso, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro: vol. 9, nº 17, 1996, pp. 85-91.

Schorske, Carl E. *Pensando com a história.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pág. 186.

Sliar, Moacyr. *Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas.* Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, Coleção Perfis do Rio, 1996.

Sevcenko, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da Vida Privada no Brasil – 3.* Coordenador geral da coleção: Fernando A. Novais; organizador do volume: Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Silva, Eduardo. *As queixas do povo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

Silva, Francisco Pereira da. *Santos Dumont – A Vida dos Grandes Brasileiros.* São Paulo: Editora Três Ltda., 2001.

Silva, Sergio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

Sodré, N. W. *A história da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

Tagé, Terezinha. *Cultura e memória social no discurso jornalístico.* Disponível em nov./2003 in: www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html.

Toledo, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão.* São Paulo: Editora Objetiva, 2004.

Verne, Júlio. *20.000 léguas submarinas.* São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

Wainer, Samuel. *Minha razão de viver – memórias de um repórter.* Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.

Anexo I

Entrevistas

No início de 2005, incentivado pelos estudos e pesquisas a respeito da memória do *Jornal do Brasil*, procurei o neto de Candido Mendes de Almeida, que junto com o irmão, Fernando, empreendera as mudanças que, na primeira década do século XX levariam o jornal ao topo da preferência popular, no Rio de Janeiro, construtor e sede que foi do primeiro arranha-céu da Avenida Central.

Reitor da octogenária Universidade Candido Mendes, no Rio, o professor Candido Mendes recebeu-me, por duas vezes, em seu gabinete no prédio da antiga Escola do Comércio, na Praça XV, sede pioneira da instituição de ensino que hoje dirige. Falou-me do que sabia, de memória, e fez referência à sua prima, ainda viva, morando na prazerosa encosta das montanhas de Itatiaia, na localidade denominada Serrinha, a caminho de Penedo e de Visconde de Mauá, na região Sul Fluminense.

Não pude vê-la e ouvi-la, mas pelo que o seu primo, filho do irmão do pai dela, seu sobrinho neto, portanto, deixou-me a certeza de que tivemos, à frente do *Jornal do Brasil*, na virada do século, dois empresários e intelectuais que se distinguiram de alguns de seus contemporâneos pela visão de longo alcance. Não criaram somente a Escola de Comércio, a primeira do Rio de Janeiro, mas também o *Automóvel Club do Rio de Janeiro* e a primeira faculdade de Direito, até hoje instalada no antigo Campo da Aclamação, atual Praça da República, no Campo de Santana.

A seguir, a íntegra das duas entrevistas que me foram concedidas pelo professor Candido Mendes.

26/01/2005

Nilo Sérgio Gomes – *Estudo a análise de discurso, em especial, a jornalística, a partir dos estudos de Bakhtin, Saussure, Foucault, Pêcheux e as brasileiras Eni Orlandi e Bethânia Mariani, e me interessa saber, em 1901, no Jornal do Brasil, quem dizia o quê e para quem. O que levou o seu avô e seu tio avô a comprarem o Jornal do Brasil, sob a intermediação de Rui Barbosa?*

Candido Mendes – Mas há um dado que amplia a sua primeira perspectiva, é que este espírito empresarial sai diretamente da época das aspirações de 1891/92, do clima do encilhamento. Encilhamento que teve exatamente em Barbosa como o seu primeiro grande fundador, quando foi ministro da Fazenda, e não se pode dissociar o empreendedorismo do começo do século da extraordinária revolução de mentalidades, que foi, naquele biênio, a criação do clima do encilhamento. Inclusive, naquele período, Fernando Mendes de Almeida e Candido Mendes de Almeida, mas aí, sobretudo, sob a liderança de Fernando Mendes de Almeida, advogado, senador maranhense e grande prócer da Guarda Nacional, onde ele foi general, criaram o Banco da Bolsa. É interessante verificar o contexto da criação do Banco da Bolsa, com essa capacidade e com essa noção de que assumia-se uma cultura do risco e dentro dela a proposta do empreendimento. O jornal chega aos meus avós, depois do ciclo de Rodolfo Dantas e de Rui Barbosa. E é curioso verificar que foi no mesmo espírito que esse jornalismo, vamos dizer assim, a busca de um novo, de uma nova atitude, de uma nova opinião pública que se construía e de um novo risco de ouvir, começou a pensar em um jornal popular. Um jornal popular e ao mesmo tempo um jornal muito marcado pela visão dessas elites civis, que começavam, então, a se destacar do quadro (da situação) militar, onde Rui Barbosa é um padrão de consciência (civil), praticamente, desse tipo de destaque. E há um espírito empreendedor que associa a noção do jornal, ou seja, o próprio título marca essa ambição, com a preocupação com o preparo técnico, do equipamento e, sobretudo, com a própria preocupação da construção do edifício – o edifício de 1910 foi programado de saída por uma visita de meu bisavô a Mc’Cornick, em Chicago, onde ele não só discutiu a fatura do *Chicago Tribune*, que na época era um jornal modelar para esse tipo de nova audácia econômica brasileira, digamos

assim, muito mais do que o *New York Times*, o que levou até, nessa experiência, a ver as inovações de imprensa e de jornais com os próprios russos quando o meu avô estava, justamente em 1910, em São Petersburgo. Daí surgiu a noção conjunta de um jornal diferente, para uma elite que emergia e dentro de padrões de absoluto avanço, tanto no jornal, quanto no – se eu pudesse dizer assim – em toda a sua nova disposição de informar e de anunciar.

Daí veio a noção dos anúncios, com aquela inovação de ser um jornal de anúncios domésticos na primeira página, o que era uma absoluta novidade na época. Inclusive, a minha própria avó, Maria da Glória Teixeira de Almeida, neta do Marquês do Paraná, ainda a ouvi dizendo que ela insistiu muito com o meu avô para que isso se fizesse porque era preciso criar, com a modernização, um efetivo mercado de trabalho à condição, já, de uma nova classe média, isso é que é muito interessante. Por que aquele anúncio surge e se desenvolve com tanta força naquele momento? Porque era preciso circular informação do trabalho doméstico, do trabalho de empregadas, do trabalho de modas, de ofertas de serviços que estavam tipicamente dentro daquele assunto, daquela elite comerciante e de terciário que estava se criando no Rio de Janeiro, naquele momento. Não sei se você já fez uma sociologia das ofertas dos primeiros anúncios, mas eles estão ligados a domésticos, a ateliê de costura, ligados à moda e estão ligados de uma maneira geral e, sobretudo, às importações de mercadorias vindas pelo último pacote, digamos assim, onde essa especial sociedade nova do Rio de Janeiro se viu urbana e altamente preocupada com a figuração da nova cidade que se definia. O *Jornal do Brasil* surgiu muito dentro dessa idéia de ser o espelho dessa primeira afluência dessa sociedade móvel, marcada pelo símbolo da Avenida Central, que a gente se esquece do que foi isto como derrubada do imaginário e reconstrução do imaginário que se faz junto com a Avenida Central. E o *Jornal do Brasil* refletiu muito isso, dentro da época, (com) o anúncio na primeira página, primeira página que era coalhada desses anúncios. Inclusive no começo só ficava uma ou outra menção, notícia, até porque o último jornal a aceitar a entrada da fotografia foi o *Jornal do Brasil*, já nas épocas bem mais adiante. (Usava muito a caricatura) onde o Raul Pederneiras teve uma influência enorme e era muitíssimo amigo de meus avós. Há uma inovação, na caricatura, não porque se pode inovar na caricatura brasileira depois do

Ângelo Agostini. Se há um gênero que funciona no jornalismo imperial é a caricatura, e eu acho que a caricatura tinha uma dimensão cívica e congenial, quer dizer, porque o Pederneiras fazia todo mundo querer ver o jornal, ver a caricatura dele, e criava um pouco esse primeiro decalque de uma sociedade urbana a partir, diria, desse retrato muito claro das ofertas, das possibilidades de serviços, indicando uma sociedade de mobilidades. E, ao mesmo tempo, a caricatura, o “suelto” e uma profunda visão opiniática diante da realidade brasileira. Se você acompanha todos os “sultos” dentro, que não são editoriais, realmente, mas são um pouco aquilo que o Bastos Tigre depois retomaria em “pingos e respingos”, a anotação rápida e marcada do fato, do fenômeno, da intriga do dia porque, curiosamente, os meus avós tinham uma posição absolutamente conservadora, se assim pudesse dizer, sobretudo marcada pelo “ultramontanismo”, quer dizer, pela defesa absoluta da posição da Igreja Católica, dentro da sua tradição papal. Os dois receberam os títulos de Condes Vaticanos a partir do que meu bisavô, o senador Candido Mendes, fez a defesa dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa (?) na Questão Religiosa. Ele os defendeu contra o Imperador, com isso o meu bisavô conseguiu e teve de Dom Pedro a contrapartida, quer dizer, ele nunca será membro do Conselho de Estado, e manteve-se senador até o fim pelo Maranhão, quando morreu do que hoje se chamaria um AVC, em primeiro de março de 1881. Mas o jornal saiu então, com essa tríplice inovação e a busca de comentaristas de época e, curiosamente, ao mesmo tempo, foi um jornal “hermista”, nós sabemos, e ficou contra o Rui Barbosa, antigo diretor do jornal. Mas na campanha o *Jornal do Brasil* foi hermista resoluto e definido, isso em 1910.

A tríplice inovação: a busca de um público, segundo lugar a excelência tecnológica, buscada com comparações internacionais, basicamente Chicago, e a correspondência direta do coronel McCornick com o senador Fernando Mendes, e, terceiro, uma primeira visão dessa sociedade que sai do ceticismo imperial marcada por uma outra iniciativa muito interessante: os fundadores do *Automóvel Club*, já a caminho da segunda década do século XX, são os mesmos Fernando e Candido Mendes, que à época faziam o *Jornal do Brasil*. O primeiro fundador e diretor do AC foi mais uma vez Fernando Mendes, isso, em 1910, no Catete. Não há mundanidade e modernidade mais representativas de uma época do que o *Automóvel Club*, marcando a noção do novo

símbolo de tecnologia, digamos assim, combinado com uma nova afluência social e com essa noção de que era realmente uma nova classe média. E era uma sociedade, neste aspecto, oligárquica, mas profundamente republicana, se assim se pudesse dizer, um fenômeno bastante curioso.

P – *Mas os avós eu poderia compreendê-los como republicanos?*

CM – Não, vou explicar. O Fernando Mendes era republicano, nitidamente e resolutamente republicano. O Candido Mendes absolutamente monárquico. Há aí uma divisão entre os irmãos. Agora, na mesma época surge também, na mesma preocupação, a idéia da educação popular e a criação da primeira Academia de Comércio do Brasil. Os dois irmãos compram o *Jornal do Brasil*, fundam o *Automóvel Club* e criam isso aqui (bate na mesa), a *Academia de Comércio*, que sempre foi aqui (referência ao prédio da Candido Mendes, na Praça XV). O *Jornal do Brasil* foi comprado em 1894, depois do “florianismo”. A Sociedade Brasileira de Instrução, criada para oferecer aos caixeiros, aos guarda-livros, uma profissão digna da sua nova competência: Academia de Comércio. É a primeira vez que se faz isso, no Brasil, que, como a educação superior que pode ser considerada superior era o clássico e rígido (cursos de) Engenharia, Medicina e Direito; quer dizer, criar uma Escola de Comércio naquela época tinha uma marca absolutamente inovadora e ligada a essa noção do progresso pela educação de uma nova classe média, com a profissionalização daquele conhecimento de uma sociedade de comércio, desdobrada pela metrópole iria necessariamente oferecer. Surge a Academia de Comércio, que é de 1902, e, interessante, a primeira faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Brasil é criada em 1919. É esta aqui, que traduziu a iniciativa de um nível superior da sociedade brasileira de instrução, que se transformou no núcleo da atual Universidade Candido Mendes.

P – *O senhor falou em “suetos”, mas, em 1901, o que já pesquisei não vi muita opinião. Há muita notícia, a partir do meio do ano, muita nota de malícia, mas não há, a não ser nas charges, embora nem sempre, o que hoje chamaríamos de editorial ou o que Rui*

Barbosa escreveu contrariamente ao governo e que motivaram a perseguição de Floriano a ele...

CM – Eu me exprimi mal. Eu quis dizer que a opinião se fazia a “suelos”. Eu fui educado nessa noção, o meu avô dizia que não havia jornal sem malícia e sem humor, e sem notas deixadas como indicação. (peço para repetir) Não há jornal sem malícia, sem humor e sem críticas, mas ela era deixada um pouco como um trunfo, porque na típica ideologia da época de um jornal o que se impunha era essa informação disseminada e o desejo do último grito. Eu não tenho aqui essas informações, posso levantar, mas posso lhe dizer que o *Jornal do Brasil* em 1905, 1906, ele rodava diversas edições, na preocupação de ter a última notícia (isso meu pai me contava). Eles rodavam, e o que podia ser uma edição na época? Devia ser de 8 a 10 mil exemplares. Isso é o que eu ouvi. Mas vamos ficar no 5 a 8 mil exemplares – porque não havia mais público.

P – *O Jornal do Brasil também tinha a afluência do público para saber as últimas notícias, ou as informações mais recentes sobre “aquele fato” que virara interesse popular?*

CM – Não tenho dúvida. A página policial e a página de diversos vinham dessa noção de um jornal de atualidades. Acho que já lhe dei algumas pistas para fixar a mentalidade com que estava sendo (re) criado o *Jornal do Brasil*, sobretudo, o comandante dessa opinião, do ponto de vista da mundialidade, é muito mais o meu tio-avô, Fernando.

P – *Não eram jornalistas, por que se interessaram pela compra do Jornal do Brasil?*

CM – Eu acho que pela exigência de um processo de política de poder e de ascendência. O Fernando Mendes ficou indefinidamente senador, foi general da Guarda Nacional, com enorme influência no “grande mundo” do Rio de Janeiro, e o outro avançou mais do ponto de vista do saber – se bem que os dois fossem professores e fundadores da então Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, aquela que está até hoje no Campo de Santana, então eles não só criaram a Academia, mas a primeira Faculdade de

Direito do Rio de Janeiro, pois o Rio de Janeiro não a tinha – quem tinha era Recife e São Paulo. Ela é de 1905, depois de terem feito isto aqui (a Academia de Comércio), eles também criaram essa faculdade, com Afonso Celso, Carlos de Laet e com Clovis Bevilácqua – a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, que se transformou na Faculdade de Direito. Eles foram lentes fundadores, o Fernando Mendes, de Direito Comercial, e o Candido Mendes de Direito Processual Penal.

P – *Como em suas memórias se distinguiria o Jornal do Brasil dos outros jornais, como o Jornal do Commercio, O País, a Gazeta de Notícias, que eram os jornais mais importantes, na época?*

CM – A *Gazeta* e o *País* eram jornais tipicamente político-partidários, vinculados ostensivamente às lutas presidenciais e às facções da República do “café com leite”. O outro é um jornal mais dedicado à contemporaneidade da informação, se assim pudesse dizer, e há uma certa distância do fato político, como era o *Jornal do Commercio*, frente ao que era efetivamente a *Gazeta*, o *País* e depois *O Imparcial*, dentro da mesma seqüência. O *Jornal do Commercio* seria o jornal da cultura letrada, muito mais do que da informação. Com a informação dessa modernidade vem o terceiro momento do *Jornal do Brasil*, na mão de meus avós.

Segunda entrevista.

11/02/2005

P – *Eu preciso de algumas datas. O senhor falou do Banco da Bolsa, da Academia de Comércio, Sociedade Brasileira de Instrução... Em que datas exatamente foram criados?*

CM – A Sociedade Brasileira de Instrução e Academia de Comércio são na mesma data: 12/06/1902. Quando foi criada a mantenedora e a primeira mantida. A mantenedora é a Sociedade Brasileira de Instrução e a mantida é a Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

P – *E os dois estavam envolvidos? Fernando e o Cândido?*

CM – Sim.

P – *Não apenas eles?*

CM – Outros também, como o padre Rossi, o doutor Sabóia de Medeiros, o Afonso Celso e o Carlos Laet que são os primeiros fundadores.

P – *São os mesmos que fundam a atual Faculdade de Direito?*

CM – Uma boa parte deles. A Faculdade de Direito, naquela época era Faculdade de Direito do Brasil.

P – *O senhor falou Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais...*

CM – Tem razão. Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais sempre ali no Campo de Santana.

P – *Fundada em 1905?*

CM – Isso, em 1905.

P – O Automóvel Club é mais tarde, em 1910?

CM – Isso mesmo.

P – *E aqui em 1919? A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas...*

CM – A primeira faculdade de Ciências Políticas e Econômicas voltada para o ensino comercial.

P – *Quando a Economia nem era reconhecida. Isso só aconteceu em 1953.*

CM – Isso. Mas nós abrimos na marra porque não existia isso no Brasil.

P – *O senhor citou, em 1910, uma viagem do seu avô a Chicago e depois a Moscou. Em Chicago o senhor cita o Chicago Opinion?*

CM – Não. *Chicago Tribune*.

P – O senhor citou também um militar, McCornick?

CM – Não. O coronel McCornick era o presidente do *Chicago Tribune*.

P – *Coronel é?*

CM – Eu acho que era coronel. Como o Fernando Mendes de Almeida era coronel da Guarda Nacional.

P – *O meu foco está na passagem do século. O professor Nelson Werneck Sodré aponta que nessa passagem os jornais no Brasil passam, deixam de ser empreendimentos individuais e se tornam empresas capitalistas.*

CM – Muito na consequência do encilhamento que criou a moda da sociedade comercial no Brasil.

P – *E era esse o sentido que já tinham Cândido e Fernando?*

CM – Eles participaram de uma onda empresarial brasileira que foi, no fundo, suscitada pelo ministério do Rui Barbosa e que começou a suscitar a idéia de empreendimentos comerciais, aproveitando as novas oportunidades que o Brasil tinha do ponto de vista das suas riquezas em várias áreas tanto dos recursos de base; várias organizações se fizeram da exploração de minas, sobretudo no transporte, dá uma série de ferrovias. O número de ferrovias, se todos os grupos que se organizaram a partir do encilhamento em sociedade de capital aberto, porque na verdade é a seguinte: naquele momento, com a abertura que o Rui Barbosa deu à criação de sociedades brasileiras comerciais, dentro do código comercial que como se sabe é de 1835. Naquele momento, o número de empresas que se fizeram a partir da possibilidade de subscrição, como sociedade anônima, foi muito grande. Se me permite, eu vou te dar na segunda ou terça-feira um livro que fala sobre encilhamento, que é muito interessante onde tudo isso está colocado. É um período mau conhecido do Brasil. O auge disso é 1891, 92, é o período crítico em que o encilhamento...encilhar um investimento de risco sobre o outro, uma possibilidade que se abre para completar uma outra e novamente entra naquela primeira idéia de criar um capitalismo acionário no Brasil. É uma época muito interessante.

P – *Critica-se muito o liberalismo de Rui Barbosa que não percebeu, teria sido ingênuo diante de tantos chantagistas que se aproveitaram para jogar qualquer papel no mercado...*

CM – Perfeitamente. Foi Rui Barbosa o pai o do encilhamento. Não adianta aquela idéia liberal de que efetivamente o mercado pagar. Ele foi o próprio liberal. Não havia isso antes dele e depois ele sentiu a dificuldade dessa legislação que, afinal de contas, não tinha nenhuma penalização sobre quem fizesse ou agisse dessa forma.

P – *Quando o senhor diz da sua avó, Maria da Glória Mendes de Almeida, neta do marquês do Paraná, que “ainda a ouvi dizendo que insistiu muito com meu avô para que se fizesse isso”. “Isso” era um jornal de anúncios domésticos, de primeira página?*

CM – Era.

P – *Isso é virada do século?*

CM – Não. Isso é o começo do JB, da fase dos Mendes de Almeida.

P – *1894...?*

CM – Não. Isso é 1905, é o começo da *Béle Époque* no Rio de Janeiro. Essa fase da minha avó é meio dos anos da primeira década.

P – *Na virada do século, o que seu o avô, o tio-avô pensavam? Existe, por exemplo, memória que eu pudesse consultar, arquivos pessoais que eu pudesse pesquisar sobre como na virada do século eles estavam pensando o jornal?*

CM – Que coincidência você estar falando comigo hoje. Do meu lado eu sei que não dá, mas no lado do Fernando, o busto dele está aqui fora, curiosamente a neta dele está viva. Ela está fazendo 100 anos amanhã. Ela está em uma fazenda em Serrinha, perto de Resende. Eu vou lá amanhã de manhã e vou perguntar se existe.

P – *Será que ela me atenderia?*

CM – Vou perguntar a ela. Vou te colocar em contato com contato com a única neta com 100 anos do Fernando Mendes. Vou perguntar a ela. Não sei se ela tem documentos.

P – *O senhor nasce em...?*

CM – 1928. Tenho 76 anos.

P – *Quando o senhor diz que o JB surgiu muito dentro dessa idéia de derrubada daquele imaginário que era o antes da Avenida Central e a reconstrução de um novo imaginário que se faz com o novo edifício da Avenida Central. O que a memória lhe diz do que o senhor viu a avó contar?*

CM – Primeiro a idéia de que a Avenida Central era realmente um rasgo de megalópole no Rio de Janeiro. A minha memória principal foram os planos para construção da torre do *Jornal do Brasil*. Quando o meu avô e meu tio-avô foram aos EUA, entre outras coisas eles aprenderam a construção com ferro, que permitiu a criação dos primeiros arranha-céus no Brasil. Não havia naquela época a utilização do cimento e o primeiro grande arranha-céu da Avenida Central foi o do *JB*, feito com ferro...

P – *Ferro vindo...?*

CM – Importado dos EUA, o que permitiu a criação daquele super edifício que na época tinha 12 andares. Já era um mega edifício. Aquele edifício é o único que tem realmente os andares feitos de ferro, que era a construção normal da época. O meu primeiro imaginário é construir a reta, pegar o melhor da tecnologia. O *JB* queria ser esse jornal para um novo público brasileiro e também tinha a construção que era a do edifício, fechada por uma torre, com uma bola em cima. Em 1910, 1914, levou três anos para ser construído porque o edifício era o mais alto da Avenida Central.

P – *Ele começa a ser construído em...?*

CM – Por volta de 1910. A idéia era reproduzir o *Chicago Tribune*, inclusive com a sua torre e cúpula, que era uma bola resplandecente. O edifício era um prodígio até um ponto que meus avós se endividaram para fazer aquele edifício. Ele foi feito antes da guerra de 14, mas o auge das despesas que tiveram durante a guerra, com problemas de garantias de financiamento e o meu avô e meu tio-avô tiveram um empréstimo de uma companhia comercial marítima. Uma companhia que tinha como diretor o Ernesto Pereira Carneiro. Com as dificuldades financeiras da época, sobretudo porque os meus avós tinham tomado uma posição contra o “bernardismo”. Você sabe muito bem que na época o crédito público, poder político e econômico se identificavam. O meu tio-avô e meu avô (estamos falando de 1922) tiveram muitas dificuldades para renegociar os financiamentos e houve uma execução. Na execução foi muito discutido o que estava sendo dado como garantia hipotecária: o prédio. Mas a companhia comercial marítima entendeu que ao lado do prédio estava o título. Os meus avós declaram que nunca o título tinha sido negociado. Aí começou uma pendenga judiciária que vai de 1924 até 1952. Outra polêmica era de se saber se efetivamente na garantia estava entregue também o título ou não, porque meus avós estavam absolutamente tranqüilos de que na pior das hipóteses eles perderiam o imóvel como garantia hipotecária, mas o outro lado já tinha o título também na hipoteca...Ou seja, um impasse. Meu pai contava que meu avô foi lá de manhã e encontrou as fechaduras trocadas. Houve uma imposição, quase que de força, de uma situação de desocupação pelo Mendes de Almeida da administração e começou uma das pendengas judiciárias mais demoradas da história do Brasil. Em 1950, finalmente o Supremo Tribunal deu ganho de causa de que o conde Pereira Carneiro devia prestar contas de qual era o passivo real dos Mendes de Almeida. Em 25 anos, o jogo do poder político instalado evitou que a matéria de fato, a matéria de direito fosse discutida. A firma Pereira Carneiro e o *JB* foram obrigados a prestar contas aos Mendes de Almeida. Acontece que aí eles levantaram uma outra preliminar, que era de se saber se uma prestação de contas, nesse momento, de acordo com o fórum de processo que deixou de ser estadual para ser federal, a partir de 1937, seria considerado prescrito. Isso foi levado de novo ao Supremo Tribunal e foi dado que foi prescrito. Foi uma pendenga longa e toda ela resultante de que a minha família se endividou demais para construir aquele prédio. É uma história ao mesmo tempo bonita e angustiante de uma época.

P – *Voltando à virada do século, eu posso compreender que na virada do século o JB já tinha esse interesse em ser um jornal de notícias, de como o senhor diz com alguns “suelos”, mas, sobretudo, preocupado em ser um jornal popular, que o apelido dele perante os outros escritos era o “popularíssimo”. Isso em 1900, 1902, chamavam o JB de o “popularíssimo” porque ele se preocupava em publicar notícias do povo simples. O que a memória lhe diz?*

CM – Eu volto ao relato de familiares. A idéia era de que isso era o complexo da metrópole, da vida central. A idéia de que o Rio era uma metrópole, passou a megalópole e que havia um novo público resultante da nova classe média ascendente. O que fez com que eles criassem uma Academia de Comércio, em 1902? A idéia de que a classe média, que essencialmente é o resultado já do comércio metropolitano; a classe média do Rio é uma classe comerciante, e já era um público novo interessado no jornal mais pelo instrumento de trocas, portanto, nos anúncios, do que mesmo como repercussão da notícia. Isso foi uma noção muito clara que havia na época porque os mesmos autores da primeira escola de comércio, que achavam que havia necessidade de produzir um novo conhecimento, foram os que criaram os anúncios no jornal. Quer dizer, trabalhar uma noção de uma classe média perfeitamente classificada com um novo status econômico do Rio de Janeiro. O pequeno comércio, a metrópole urbana, a cidade central, os níveis de troca que se faziam a partir dos novos empórios, que começavam a partir da enorme revolução.

P – *Os dois eram conservadores e estavam realizando uma atividade, digamos assim, de mudança...*

CM – Atividade empreendedora tipicamente daquele empresariado saído do encilhamento.

P – *O senhor faz um vínculo profundo...*

CM – Faço. Eu faço no sentido de que os dois foram os personagens maiores do encilhamento. Quer dizer, eles sentiram a importância na época desse novo capitalismo acionário e popular e anônimo que estava começando a surgir no ar...

P – *E que não deu certo. Pelo menos naquele momento.*

CM – Não deu certo naquele momento pelo caráter especulativo.

P – *E como é que eles trabalharam?*

CM – Eu acredito que eles recuaram justamente para o essencial de carreiras novas no Brasil. Quer dizer, como foi a criação de uma Academia de Comércio por um lado e por outro lado pela real criação, no Rio de Janeiro, da primeira faculdade de Direito. O Direito não existia no Rio de Janeiro. O Direito estava em São Paulo.

P – *Uma coisa imbricada com a outra...*

CM – Essencialmente. Eu tenho a impressão que houve a noção, no fundo, uma cultura profundamente liberal partida da noção de que a ascensão deveria já, em função de um conhecimento típico da carreira liberal. O que eles fizeram? A profissionalização de carreiras liberais: o Direito e o Comércio. Sempre com o mesmo grupo. Esse grupo não pode ser dissociado.

P – *Esse é um período em que se tinha o Parnasianismo, com Bilac brilhando com aquele discurso que alguns chamam de discurso oficial da academia, se tinha os simbolistas meio excluídos como Gonzaga Duque, Cruz Souza. Como é que o JB, em suas memórias, os irmãos transitavam nisso aí?*

CM – Não. Uma coisa interessante é que os irmãos nunca tiveram nenhum texto literário. Não conheço nenhuma obra literária dos meus avós. A produção deles não estava ligada ao literário. É interessante porque eu tenho a impressão que...

P – *Porque eram amigos de Pederneiras...não?*

CM – Mas aí é mais um homem da caricatura e da parte plástica. As convivências literárias maiores deles foram o próprio Afonso Celso. Todos eles são personagens que utilizam a palavra dentro de uma definição quase que política. O Afonso Celso com o ufanismo, de maneira geral, é um pouco a literatura da retórica que vai para o jornalismo, o Carlos de Laet, que é um dos principais personagens do *JB*.

P – *Ele seria o principal jornalista? Quem eram os jornalistas do JB?*

CM – Tenho que voltar a buscar isso, mas, sem dúvida, o próprio Afonso Celso estava nisso, o Carlos de Laet também.

P – *Mas esses eram redatores. Quem escrevia o noticiário do crime na Piedade, em Santa Cruz?*

CM – Isso eu não sei, mas posso buscar.

P – *Não tem a assinatura de ninguém, tem o texto e não tem muita identificação.*

CM – Eu não tenho nenhum nome na minha memória. Poderei, retomando o que eu sei, encontrar alguns grandes articulistas, mas propiciadores da fatura do jornal eu não estou vendo.

P – *Memórias que eu pudesse usar, não só arquivos que eu pudesse pesquisar...*

CM – Não há. Deixa-me fazer a minha peregrinação aos 100 anos amanhã. Eu, infelizmente, não tenho arquivos, mas talvez essa minha prima tenha.

Anexo II

Imagens